



Diagnóstico Social – 2024

FICHA TÉCNICA

Título

Diagnóstico Social do Município de Sines - 2024

Edição

Câmara Municipal de Sines

Documento Elaborado pela Equipa do Radar Social com o apoio do

Núcleo Executivo da Rede Social:

Câmara Municipal de Sines

Instituto de Segurança Social

Escola Secundária/ 3º C.E.B. Poeta Al Berto

“A Gralha” Associação para o Desenvolvimento do Porto Covo

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano

Santa Casa da Misericórdia de Sines

Fontes de Informação:

Entidades Parceiras do CLAS – Conselho Local de Ação Social de Sines

Câmara Municipal de Sines

Agrupamento de Escolas de Sines

Escola Secundária/ 3º C.E.B. Poeta Al Berto

Santa Casa da Misericórdia de Sines

“A Gralha” Associação para o Desenvolvimento do Porto Covo

Centro de Saúde de Sines

Centro de Emprego de Sines

Guarda Nacional Republicana

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sines

Intervenção Precoce na Infância de Sines

Financiamento:



Intermediário:



Projeto Entre Nós
Cáritas Paroquial de Sines
Associação Cabo-verdiana de Sines e Santiago do Cacém
Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
Cercisiago
Espiga – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Associação PROSAS
Associação Pro-artes
Núcleo de Inserção de Sines
CRI Litoral Alentejano - Intervenção Comportamentos Aditivos e Dependências
Litoral Alentejano Solidário
PROT Alentejo
Intervir.Com
IEFP
Instituto de Segurança Social

Sines, 16 de Dezembro de 2024

Índice

Índice	4
Listagem de Gráficos e Tabelas	5
1. Introdução	8
2. A Rede Social	8
2.1. Radar Social	13
3. Metodologia do Diagnóstico	15
4. Caracterização Socio Demográfica do Concelho	16
4.1. Enquadramento Demográfico	17
5. Saúde	29
5.1. Caracterização sociodemográfica na área da saúde	29
5.2. Cuidados de Saúde Primários	31
5.3. Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências, I.P. (ICAD, IP)	41
5.4. Projeto Alimentação Saudável no Litoral Alentejano (ADL)	43
6. Ação Social	45
6.1. Pobreza Infantil e Exclusão Social	45
5.2. Envelhecimento	68
5.3. Respostas na área Imigração	76
5.4. Respostas na área das pessoas com deficiência	79
5.5. Respostas na área da Violência Doméstica	81
7. Emprego e Empreendedorismo	87
8. Educação e Formação	99
8.1. Estabelecimentos educativos e ensino:	99
8.2. A escolaridade no concelho de Sines	102
8.3. Equipamentos e Serviços Educativos (2024/2025)	106
8.4. Atividades de Tempos livres – Centro de Estudos	114
8.5. Ação Social e apoio escolar	115
8.6. Formação ao Longo da vida	116
9. Habitação	122
10. Conclusão	130
11. ANEXO I – GLOSSÁRIO	131
12. ANEXO II – Sessões com a Comunidade	134

Listagem de Gráficos e Tabelas

Gráficos

Gráfico 1: Evolução em número (N.º) da população residente no Concelho de Sines segundo os Censos de 1991, 2001, 2011 e 2021

Gráfico 2: Variação da População 2011 – 2021

Gráfico 3: Densidade Populacional – habitantes/km2

Gráfico 4: Variação da Distribuição por género em 2001, 2011 e 2021 em Portugal

Gráfico 5: Variação da Distribuição por género em 2001, 2011 e 2021 no Alentejo Litoral

Gráfico 6: Variação da Distribuição por género em 2001, 2011 e 2021 no Concelho de Sines

Gráfico 7: População residente em Portugal, segundo os grandes grupos etários

Gráfico 8: População residente no Alentejo Litoral, segundo os grandes grupos etários

Gráfico 9: População residente em Sines, segundo os grandes grupos etários

Gráfico 10: Número de óbitos e de Nados Vivos em Portugal em 2021, 2022 e 2023

Gráfico 11: Número de óbitos e de Nados Vivos no Alentejo Litoral em 2021, 2022 e 2023

Gráfico 12: Número de óbitos e de Nados Vivos em Sines em 2021, 2022 e 2023

Gráfico 13: Distribuição da pop. estrangeira residente em Sines por Nacionalidade em 2021

Gráfico 14: Agregados Domésticos em Sines em 2011 e 2021

Gráfico 15: Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência em 2023

Gráfico 16: Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de trabalho em 2023

Gráfico 17: Participantes do Ocupacita em 2023 e 2024

Gráfico 18: Utentes do CLAIM em 2023

Gráfico 19: Utentes do CLAIM em 2024

Gráfico 20: População empregada segundo setor de atividade em 2011 e 2021

Gráfico 22: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem

Gráfico 23: Disparidade salarial entre homens e mulheres

Gráfico 24: Taxa de emprego

Gráfico 25: Taxa de desemprego 2021

Gráfico 26: Proporção de população residente com ensino superior completo

Gráfico 27: População por nível de escolaridade mais elevado completo

Gráfico 28: Taxa de Analfabetismo

Gráfico 29: Alunos matriculados por grau de ensino – ano letivo 2024/2025

Gráfico 30 : Taxas de retenção e desistência

Gráfico 31: Alojamentos familiares clássicos

Gráfico 32: Habitação Municipal

Gráfico 33: Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos €/m2 - 2021

Gráfico 34: Tipologias dos apartamentos do Br. Municipal da Floresta

Gráfico 35: Valor dos encargos mensais devido à aquisição de habitação própria/€ 2021

Gráfico 36: Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%) - 2021

Gráfico 37: População estrangeira no concelho - 2021

Gráfico 38: Valor médio das rendas sociais - 2021

Tabelas

Tabela 1: População residente (N.º), em cada unidade territorial do Concelho de Sines de acordo com o sexo

Tabela 2: População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por Local de residência

Tabela 3: Tipologias Familiares em Portugal, Alentejo Litoral e Sines em 2011 e 2021

Tabela 4: Nº de Médicos/as de Família por unidade

Tabela 5: Recursos Humanos da USF Porto de Mar

Tabela 6: Nº de Utentes Inscritos na USF Porto de Mar em Setembro de 2024

Tabela 7: Distribuição dos Utentes Inscritos na USF Porto de Mar por Género e grupo etário em Setembro de 2024

Tabela 8: Nº de Utentes Inscritos na UCSP em Setembro de 2024

Tabela 9: Distribuição dos Utentes Inscritos na UCSP por Género e grupo etário em Setembro de 2024

Tabela 10: Recursos Humanos da UCSP em Setembro de 2024

Tabela 11: Distribuição dos Utentes Inscritos na UCC por Género e grupo etário em Setembro de 2024

Tabela 12: Programa Saúde Escolar da UCC Sines Com Vida

Tabela 13: Prestações Por Encargos Familiares

Tabela 14: Crianças E Jovens Com Deficiência

Tabela 15: Prestação Social Para A Inclusão

Tabela 16: Prestações Garantidas Na Parentalidade

Tabela 17: Subsídio Social Parental Inicial

Tabela 18: Nº De Beneficiários/As Do RSI Por Sexo E Escalão Etário

Tabela 19: Nº De Beneficiários/As Do Rsi Por Nacionalidade

Tabela 20: Montante Do RSI Por Freguesia

Tabela 21: Tipologia de Casos acompanhados pela CPCJ de Sines e Setembro de 2024

Financiamento:



Intermediário:



Tabela 22: Plano de Atividades para o ano letivo 2024-2025 da Escola Segura

Tabela 23: Resumo ações dadas pela GNR - SPC em Escolas do Concelho Sines

Tabela 24: Beneficiários/As Do Csi Por Sexo E Escalão Etário

Tabela 25: Nº Total De Pensionistas Por Tipo De Pensão

Tabela 26: Nº De Pensionistas Por Sexo – Pensão Social

Tabela 27: Desemprego no Alentejo Litoral em outubro de 2024

Tabela 28: Desemprego no Alentejo Litoral em outubro de 2024 Por Grupo Etário

Tabela 29: Desemprego no Alentejo Litoral em outubro de 2024 Por Nível de Escolaridade

Tabela 30: Beneficiários/as do Subsídio de Desemprego por escalão etário

Tabela 31: Nº De Beneficiários/As Do Subsídio De Desemprego Por Nacionalidade

Tabela 32: Nº De Beneficiários/as Do Subsídio Social de desemprego

Tabela 33: Nº De Beneficiários/as com outras prestações de desemprego

Tabela 34: Nº de crianças que frequentam a resposta de creche

Tabela 35: Estabelecimentos de Educação Pré-escolar

Tabela 36: Ensino básico 1º ciclo (1º ao 4º ano)

Tabela 37: Ensino Básico /Secundário – 5º - 12º anos

Tabela 38: Formações IEFP- Alentejo Litoral – 2023

Tabela 39: IEFP - Centro qualifica – Alentejo Litoral

Tabela 40: Sines Tecnopolo - Dados estatísticos – formações 2023/2024

Tabela 41: Soluções Habitacionais

1. Introdução

De acordo com o decreto-lei nº 115/2006 de 14 de junho, artigo 35.º, o Diagnóstico Social é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais.

O Diagnóstico Social do Concelho de Sines referente ao ano 2024 foi elaborado pela equipa técnica do projeto Radar Social do serviço de Intervenção Social da Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Sines, com a colaboração do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Sines e com os contributos das várias entidades com intervenção na área do concelho.

Este instrumento é uma ferramenta dinâmica e em constante atualização que está aberta a novos contributos e informações visto que a realidade socioeconómica e cultural está em permanente mutação. Esta atualização sistemática permite adequar a atuação dos vários atores sociais locais de forma mais eficaz face à realidade do território.

O Diagnóstico Social é considerado fundamental para a intervenção social e serve de base à construção de um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) onde são definidos conjuntamente as metas e os objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local para um espaço temporal de cerca de 3 anos. A operacionalização do PDS remete para um período temporal mais reduzido através de Planos de Ação Anuais.

Este documento encontra-se organizado em 5 capítulos: apresentação da Rede Social e do projeto Radar Social; metodologia utilizada na elaboração deste documento; os Dados Demográficos do concelho; e posteriormente, é dedicado um capítulo a cada grande área problemática, nomeadamente Saúde; Ação Social; Emprego e Empreendedorismo; Educação e Formação e Habitação.

2. A Rede Social

A Rede Social é uma plataforma criada através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 197/97 de 18 de novembro, regulamentada pelo Decreto-Lei N.º 115/2006 de 14 de junho, que visa incentivar a articulação dos organismos do setor público (serviços desconcentrados e

Financiamento:



Intermediário:



autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social com o objetivo final de promover o desenvolvimento social local e regional com vista ao combate à pobreza e à exclusão social.

Esta plataforma procura estimular a criação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou Interconcelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local.

A Rede Social assenta num conjunto de princípios de ação orientadores que garantem a coerência da estratégia de intervenção e a funcionalidade do dispositivo criado e das ações desenvolvidas, tais como:

- Princípio da subsidiariedade;
- Princípio da integração;
- Princípio da articulação;
- Princípio da participação;
- Princípio da inovação;
- Princípio da igualdade de género.

Para atingir os objetivos da Rede Social o Programa propõe uma estratégia participada de planeamento cujos instrumentos fundamentais são o Diagnóstico Participado, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação.

1. Diagnóstico Social: integrando os resultados da avaliação do ciclo de planeamento anterior e definindo as prioridades de intervenção para o ciclo de planeamento seguinte;
2. Plano de Desenvolvimento Social: contemplando a articulação com outros instrumentos de planeamento (Planos estratégicos nacionais, setoriais, Plano Diretor Municipal, entre outros) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local;
3. Plano de Ação (anual): em que se explicitem as ações, o cronograma, os parceiros envolvidos e os recursos para cada ação, bem como a relação destas com os objetivos específicos no Plano de Desenvolvimento Social.

Os CLAS - Concelho Local de Ação Social são uma das formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social a nível concelhio. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que contemplam os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, os CLAS não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

O Concelho Local de Ação Social de Sines, abreviadamente designado por CLASS, foi constituído a 6 de agosto de 2004, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, que institui a Rede Social e do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho.

O CLASS é um órgão de articulação dos diferentes parceiros públicos e privados que o constituem com vista ao planeamento estratégico da intervenção social local, tendo como finalidade a erradicação da pobreza e exclusão social, pela promoção do desenvolvimento social local, numa lógica de compromisso coletivo.

A implementação da Rede Social no concelho de Sines veio reforçar e consolidar experiências de trabalho em parceria que, apesar de existirem pontualmente e de forma informal, não constituíam uma verdadeira cultura de trabalho em rede.

De acordo com o Regulamento Interno, o CLASS é uma plataforma de que tem por objetivos:

- a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- b) Promover o desenvolvimento social integrado;
- c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- d) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);
- e) Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- f) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- g) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

A Rede Social do concelho de Sines é composta pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS), que integra o plenário e o Núcleo Executivo sendo constituída por representantes de várias entidades públicas e privadas, e tendo em 2024 a seguinte composição:

Núcleo Executivo:

- Câmara Municipal de Sines
- Instituto de Segurança Social
- Escola Secundária/ 3º C.E.B. Poeta Al Berto
- A Gralha - Associação para o Desenvolvimento do Porto Covo
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano
- Santa Casa da Misericórdia de Sines

CLASS:

- ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
- A Gralha - Associação para o Desenvolvimento do Porto Covo
- Agrupamento de Escolas de Sines
- Associação Recreativa de Danças de Salão
- Associação Cabo-verdiana de Sines e Santiago do Cacém
- Associação de Moradores da Sonega
- Associação dos Serviços Sociais Culturais e Desportivos dos Trabalhadores das Autarquias Locais de Sines
- Associação Pro-Artes de Sines
- Associação Prosas - Projecto Sénior de Artes e Saberes de Sines
- Bombeiros Voluntários de Sines
- CAFAP Porta Aberta
- Cáritas Paroquial de Sines
- CENFIM – Núcleo de Sines
- Cercisiago - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sines
- Contra Regra - Associação de Animação Cultural / Teatro do Mar
- CRI Litoral Alentejano - Intervenção Comportamentos Aditivos e Dependências
- Direção Geral de Reinserção Social

Financiamento:



Intermediário:



- Escola Poeta Al Berto
- Espiga – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
- ETLA - Escola Tecnológica do Litoral Alentejano
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Intervir.Com
- Intervenção Precoce na Infância de Sines
- Instituto da Segurança Social, I.P. - Rede Social Distrito de Setúbal
- Junta de Freguesia Porto Covo
- Junta de Freguesia Sines
- Associação Missão Coragem - núcleo de sines
- Núcleo Local de Inserção
- Rotary Club Sines
- Santa Casa da Misericórdia de Sines
- Sines Em Rede
- Sines Tecnopolo
- Universidade de Évora
- ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE.
- Litoral Alentejano Solidário (LAS)

O CLASS é atualmente presidido pelo Vereador responsável pela Divisão de Desenvolvimento Social e vice-presidente da Câmara Municipal de Sines, Dr. Fernando Ramos.

A nível Supraconcelhio, Sines conta com a Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral que tem como finalidade promover o planeamento concertado supraconcelhio para a organização dos recursos e das respostas e equipamentos sociais, através da articulação dos instrumentos de planeamento locais com as medidas e ações de âmbito nacional, garantindo a articulação e o planeamento das Redes Sociais dos cinco municípios que a integram: CLAS de Alcácer do Sal, CLAS de Grândola, CLAS de Santiago do Cacém, CLAS de Sines e CLAS de Odemira.

Grupos de Trabalho:

Para a prossecução dos objetivos do CLAS de Sines, foram criados grupos de trabalho que consistem em espaços de reflexão, investigação e formulação de propostas, tornando-se num apoio dinâmico à atividade do CLASS.

Financiamento:



Intermediário:



As preocupações de carácter social são uma das prioridades da autarquia e, por essa razão, a Câmara Municipal aposta numa política social onde se incentiva as relações de parceria entre entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, de forma a contribuir para a consensualização de objetivos, a concertação das ações desenvolvidas e a racionalização de meios.

As entidades são convidadas a unirem esforços e a articular a sua intervenção no terreno, através de um trabalho de parceria assente na prevenção ou erradicação de situações de vulnerabilidade social e na tentativa de garantir maior eficácia na intervenção das respostas sociais do concelho.

Atualmente, estão em vigor os seguintes grupos de Trabalho:

- Grupo de Trabalho sobre Saúde Mental, criado em 2014
- Grupo de Trabalho de Técnicos/as de Orientação Profissional de Sines, criado em 2016
- Grupo de Trabalho Alimentar=Desafios, criado em 2020
- Grupo de Trabalho Envelhecimento, criado em 2022

2.1. Radar Social

O Município de Sines iniciou em setembro de 2024 um projeto na área da intervenção social aprovado no âmbito de uma candidatura ao investimento RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, apoiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), na tipologia Radar Social – Criação de Equipas para Projeto Piloto, doravante designado de Radar Social.

Esta medida tem como objetivo a criação de 278 equipas técnicas multidisciplinares para implementação de projetos piloto, em Portugal continental, com a duração máxima de 27 meses, terminando em março de 2026, de acordo com a dimensão populacional residente em cada concelho e a abrangência da intervenção, integradas nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), da Rede Social, das Câmaras Municipais.

O projeto contempla 2 fases distintas de intervenção, durante o seu período de vigência:

Fases de intervenção do projeto	Descrição dos domínios da articulação com a Rede Social e da georreferenciação - Atividades
FASE 1 (Até 3+1 meses)	

Financiamento:



Intermediário:



	DIAGNÓSTICO SOCIAL, PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PLANO DE AÇÃO • Atualizar os instrumentos de planeamento da Rede Social - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e Plano de Ação, onde devem estar incluídas as atividades que irão desenvolver no âmbito do Programa Radar Social, devidamente discriminadas, com metas e respetivos indicadores. • Mapear os recursos, regionais e locais, em estreita articulação com as cartas sociais municipais, de forma a garantir maior eficácia das respostas e melhor coordenação das intervenções ao nível dos concelhos e das freguesias.
FASE 2 (Até 24 meses)	GEORREFERENCIAÇÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS E EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO Esta fase tem como objetivos: • Implementar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social. Este sistema deve ser operacionalizado em articulação com a rede de parcerias locais. • Promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções, a nível local/regional, promovendo a participação e sustentabilidade das comunidades. • Executar o Plano de Ação do Radar Social, devendo, ter como referência as atividades descritas no aviso de abertura.

Atividades do plano de Ação do Radar Social:

- Referenciação em contexto de vida, da pessoa ou a família em situação de vulnerabilidade social;

Financiamento:



Intermediário:



- Realização da avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar, registando o seu resultado no sistema integrado de georreferenciação;
- Informação/orientação da pessoa ou família, assegurando o seu encaminhamento para a rede dos serviços de atendimento e acompanhamento social ou dos parceiros da Rede Social, mediante a ativação do sistema integrado de referenciação;
- Ativação direta da rede de recursos locais da Rede Social local, sempre que da referenciação resultar a necessidade de uma intervenção social emergencial.

A aplicação “Radar Social” será o instrumento de registo/identificação de pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou risco de pobreza e exclusão social, encontrando-se integrada na segurança social direta e após parametrização no sistema de informação da segurança social

Para a execução do projeto, foi criada uma equipa multidisciplinar constituída por duas técnicas superiores das áreas de psicologia e animação sócio cultural.

O Radar Social tem como objetivo capacitar o nosso território na ativação de respostas e otimização dos recursos existentes na comunidade, através de um trabalho de parceria e cooperação, fortalecendo a capacidade de intervenção das entidades da Rede Social do concelho.

3. Metodologia do Diagnóstico

A metodologia desenvolvida para o processo de atualização do Diagnóstico Social de Sines teve como base um conjunto de métodos de recolha de informação quantitativa e qualitativa que permitiu a análise dos principais problemas e das prioridades a nível da intervenção social no concelho.

Durante todo o processo, houve um esforço coletivo das entidades do CLASS, do núcleo executivo e dos grupos de trabalho na elaboração deste documento.

A elaboração do documento centrou-se nas seguintes etapas:

1. Recolha, compilação, seleção e tratamento de informação quantitativa, obtida a partir de fontes oficiais (INE, PORDATA, Instituto de Segurança Social, I.P., Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., Ministérios, entre outras) e das entidades locais parceiras do CLASS (exemplo: Câmara Municipal de Sines, Centro de Saúde, da CPCJ de Sines, da Intervenção Precoce, da Santa Casa da Misericórdia de Sines entre outros);

2. Realização de 4 reuniões temáticas presenciais envolvendo profissionais com funções no desenvolvimento social local que, com o seu conhecimento empírico, realizaram uma identificação exploratória dos principais problemas no território e dos recursos necessários para uma intervenção mais adequada, através da utilização da técnica de análise S.W.O.T. - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Após este aprofundamento da realidade social do concelho foram definidas as prioridades de intervenção. Em todas as reuniões temáticas foi abordado o trabalho e articulação em rede e a implementação de parcerias formais e informais.
3. Recolha de informação através de sessões participadas com grupos de idosos, frequentadores/as dos Espaços Sêniors do concelho, com desempregados/as e jovens do projeto Entre Nós;
4. Análise e sistematização da informação recolhida nas sessões participadas com a comunidade e com os técnicos/as durante a realização das reuniões temáticas.
5. Elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Sines tendo em conta os dados obtidos durante todo o processo em articulação com o núcleo executivo e respetiva apresentação e aprovação em CLASS.

4. Caracterização Socio Demográfica do Concelho

O Município de Sines pertence ao Alentejo, NUTS II (Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos), está inserido no Baixo Alentejo e, em termos administrativos, integra o Distrito de Setúbal. Devido à sua localização geográfica, Sines, está inserido na subunidade Alentejo Litoral, NUTS III (Nomenclatura de Unidade Territorial Para Fins Estatísticos) composta por cinco municípios, a saber: Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

O Alentejo Litoral integra os municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines e tem uma área total de 5 308 km².

O concelho de Sines, em área, ocupa uma área total do Alentejo Litoral de 3.83% (203,3km²) e representa 15.01% (14 771 habitantes) da população do Alentejo Litoral.

AS FREGUESIAS

O Município de Sines é composto por 2 freguesias:

- Sines
- Porto Covo

Áreas das Freguesias:

- Sines 150,24 km²
- Porto Covo 48,73 km²



Mapa do Município de Sines

No que se refere à história da sua origem, a sua autonomia administrativa é adquirida em 1362. No século XX a indústria da cortiça, a pesca e agricultura constituem a base da vida de Sines e no início da década de 70 é criado o complexo portuário e industrial, com a intenção de equipar Portugal de autonomia nos setores da energia e da transformação de matérias-primas. A instalação do complexo muda a paisagem humana do concelho, a população da área de Sines cresce 92% e o nível médio de rendimentos cresce expressivamente, prejudicando, no entanto, os pescadores e pequenos e médios proprietários agrícolas. Desde o final do século XX e início do século XXI observa-se um crescimento do Porto de Sines na sua componente comercial (CMS, Factos e Números, s.d).

4.1. Enquadramento Demográfico

POPULAÇÃO RESIDENTE

Financiamento:



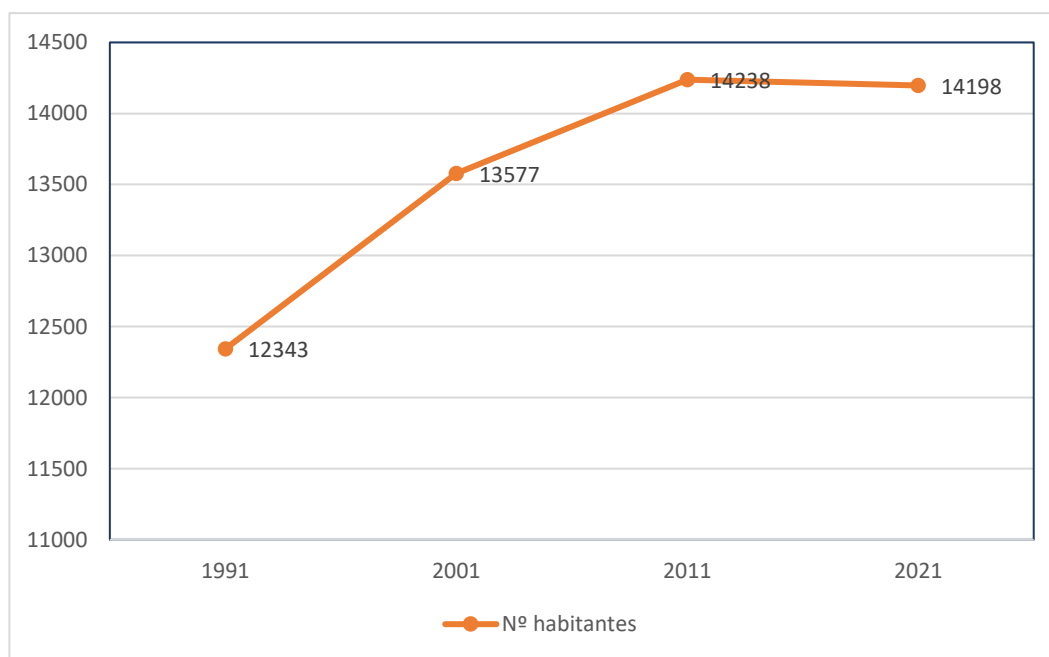
Intermediário:



Os dados do último Recenseamento Geral da População de 2021 (Censos de 2011) apontam para a existência de 14 198 habitantes no Concelho de Sines, sendo perçetível, um ligeiro declínio populacional quando comparamos os dados de 2011 e 2021 com um total de menos 40 residentes (Gráfico 1).

Como tal, numa década o Concelho perdeu 40 habitantes, o equivalente a 0,3% da sua população.

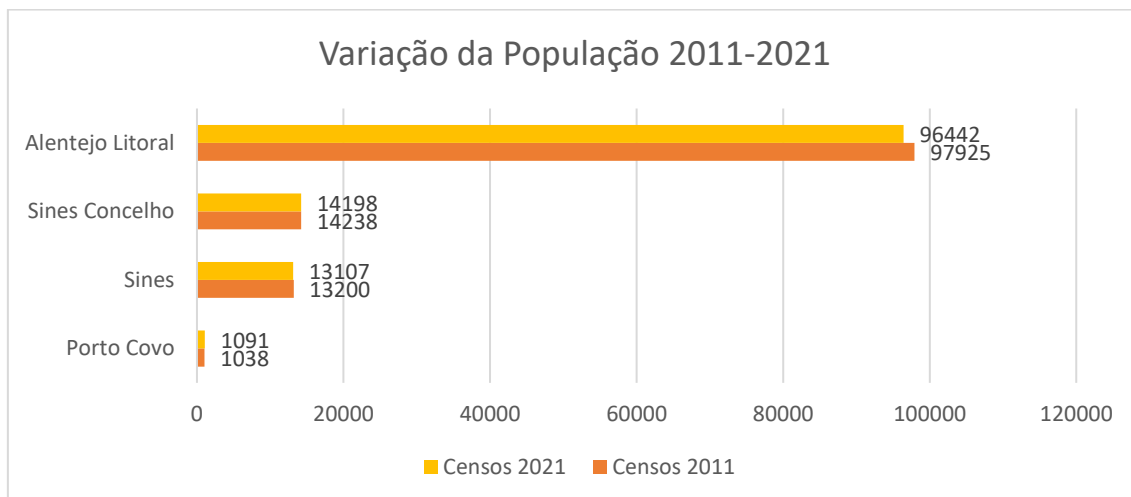
Gráfico 1: Evolução em número (N.º) da população residente no Concelho de Sines segundo os Censos de 1991, 2001, 2011 e 2021



Fonte: INE, Censos 2021

O gráfico seguinte agrupa a população do concelho e suas freguesias existente em 2011 e em 2021, tornando claro que a freguesia da sede do Município é mais populosa.

Gráfico 2: *Variação da População 2011 – 2021*

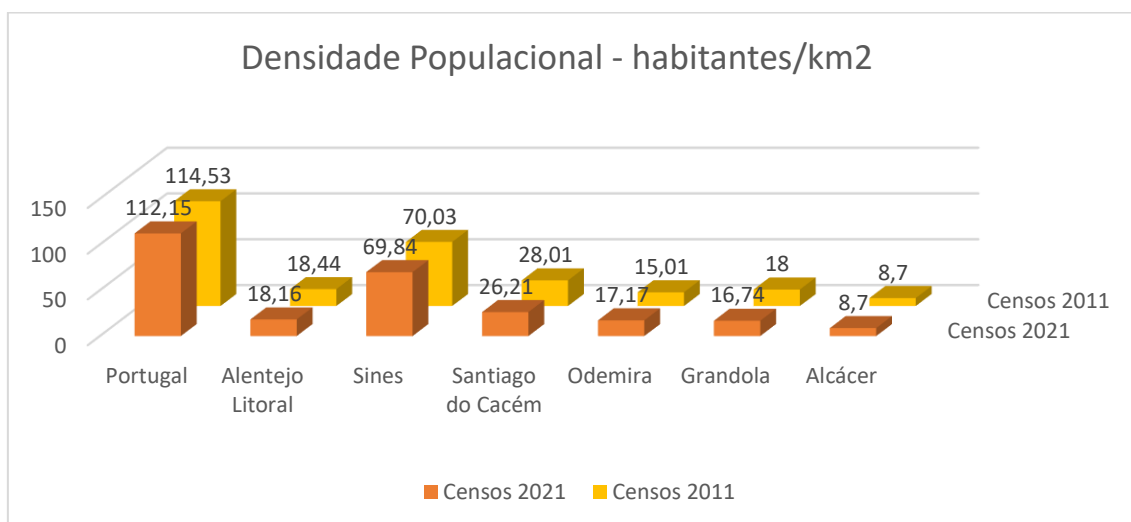


Fonte: INE, Censos 2021

É notória a existência de variação populacional no seu modo geral, sendo, no entanto, uma diminuição ligeira. Apenas em Porto Covo se regista aumento populacional, ainda assim com uma pequena margem de crescimento.

A dinâmica demográfica observada encontra-se em sintonia com a região em que se insere, mas de forma menos pronunciada, considerando que a perda populacional entre 2011 e 2021 foi de apenas 0,3%.

Gráfico 3: Densidade Populacional – habitantes/km²



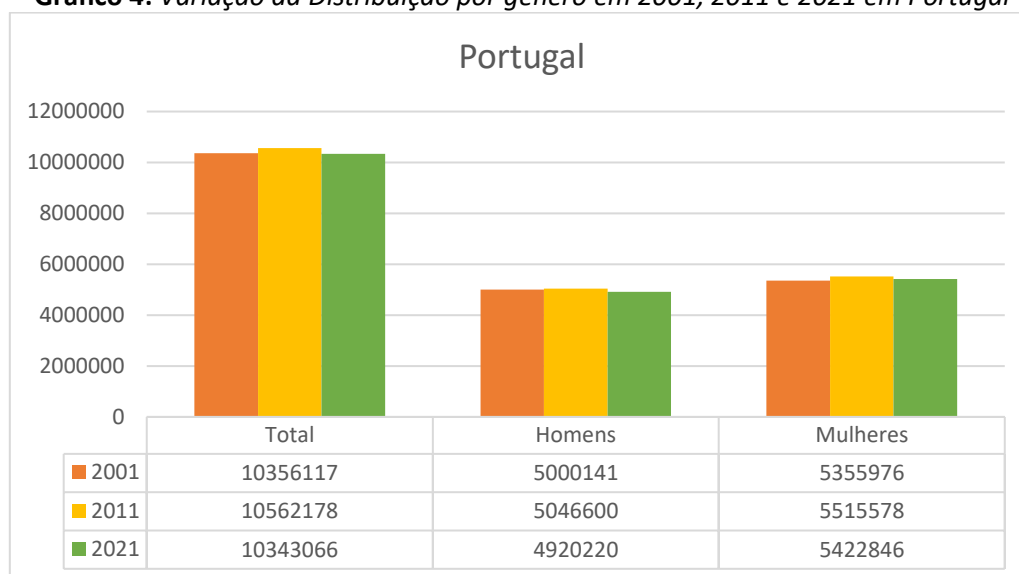
Fonte: INE, Censos 2021

O Alentejo Litoral apresenta em 2021 uma densidade populacional de cerca de 18,16 habitantes por Km², muito inferior à densidade média do país com cerca de 115 habitantes por Km². A maioria do território é extensa e pouco povoada, com exceção do concelho de Sines, cujo povoamento mais densificado, contrasta com os restantes concelhos e tem 70 habitantes por Km².

CARACTERIZAÇÃO POR SEXO E POR GRUPO ETÁRIO

Ao analisar-se as dinâmicas demográficas de acordo com o sexo dos habitantes, apura-se que mais de metade dos habitantes do Concelho de Sines são mulheres, verificando-se a mesma tendência em Portugal, mas não no Alentejo Litoral.

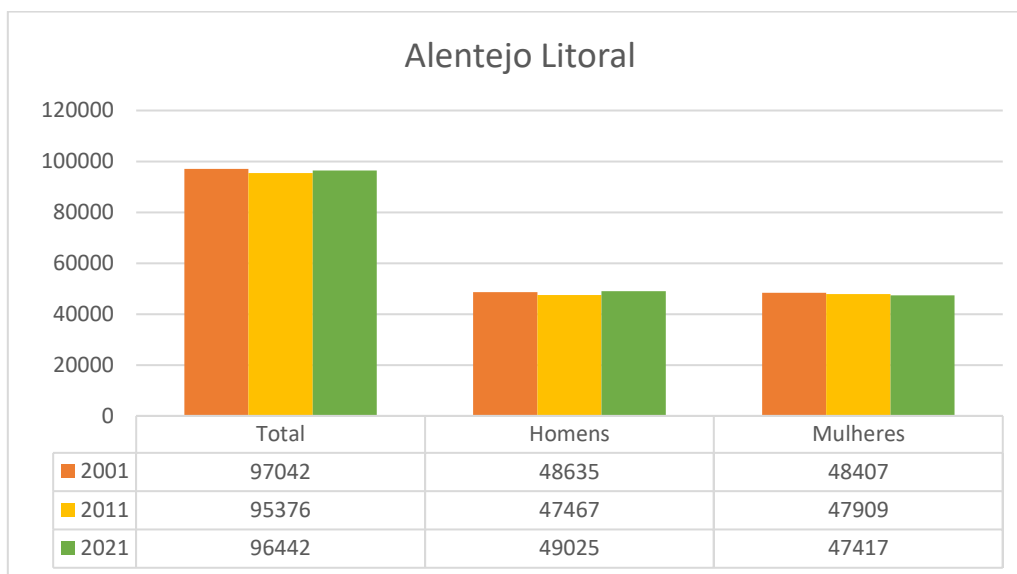
Gráfico 4: *Variação da Distribuição por género em 2001, 2011 e 2021 em Portugal*



Fonte: INE, Censos 2021

Em Portugal, no que respeita à população do sexo masculino houve uma variação de -2,5% e no sexo feminino de -1,7%. entre 2011 e 2021

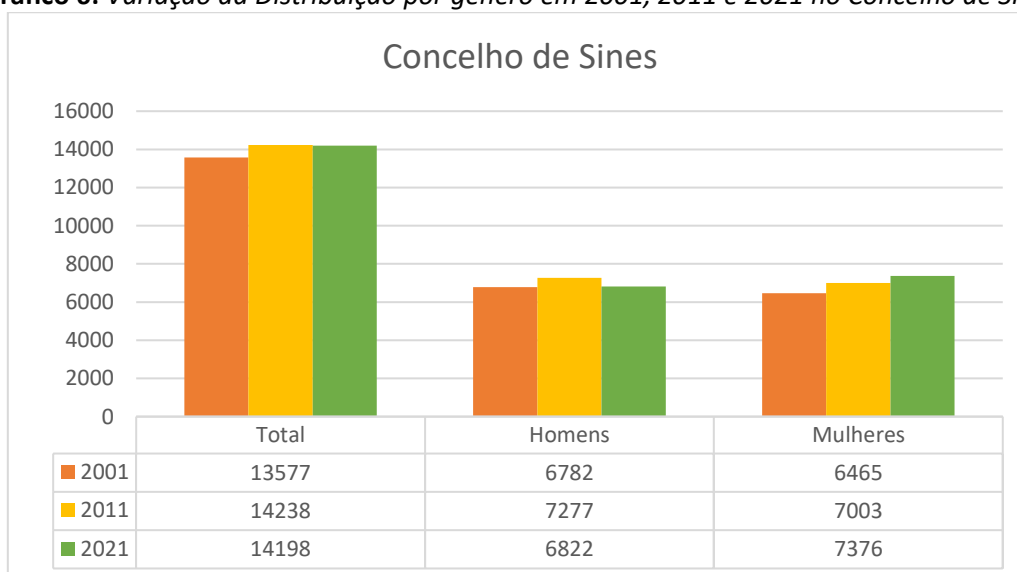
Gráfico 5: *Variação da Distribuição por género em 2001, 2011 e 2021 no Alentejo Litoral*



Fonte: INE, Censos 2021

No Alentejo Litoral, no que respeita à população do sexo masculino houve uma variação de 3,2% e no sexo feminino de -1%. entre 2011 e 2021

Gráfico 6: *Variação da Distribuição por género em 2001, 2011 e 2021 no Concelho de Sines*



Fonte: INE, Censos 2021

No concelho de Sines, no que respeita à população do sexo masculino houve uma variação de - 6,5% e no sexo feminino de 5,2%. entre 2011 e 2021

Tabela 1: População residente (N.º), em cada unidade territorial do Concelho de Sines de acordo com o sexo

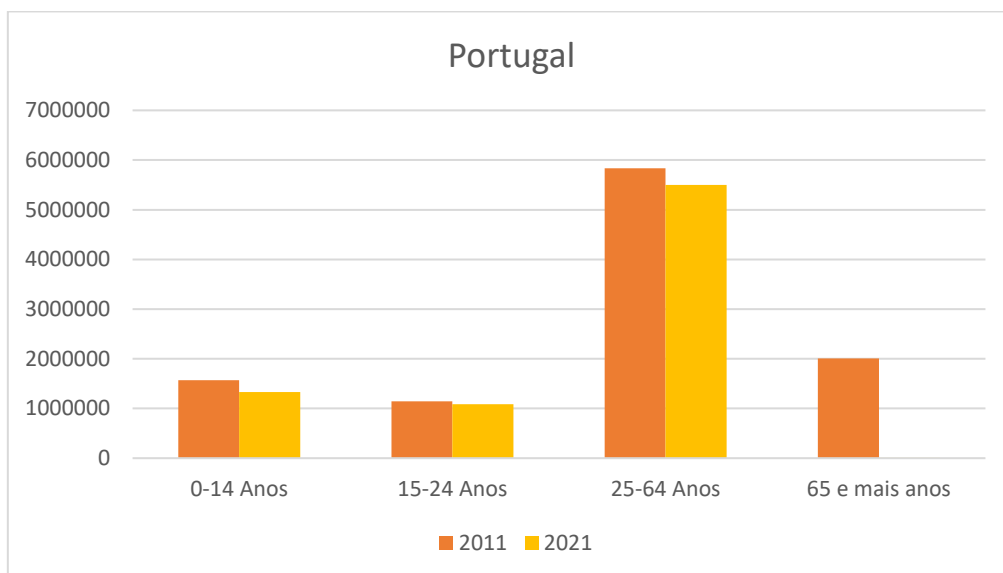
Unidades territoriais do concelho de Sines	Total	Homens	Mulheres
Concelho de Sines	14 198	6 822	7 376
Sines	13 107	6 292	6 815
Porto Covo	1 091	530	564

Fonte: INE, Censos 2021

Relativamente aos dados registados nos dois últimos momentos censitários, o Concelho de Sines viu a sua população diminuir cerca de 0,3%, à semelhança do registado em Portugal que apresentou uma diminuição populacional de 2,1%, como se pode constatar nas tabelas acima.

Através da observação da Tabela 1 pode concluir-se que as 2 freguesias do Concelho possuem mais habitantes do sexo feminino, seguindo a tendência nacional, mas contrastando com a tendência regional, visto que o Alentejo Litoral possui mais habitantes do sexo masculino que feminino.

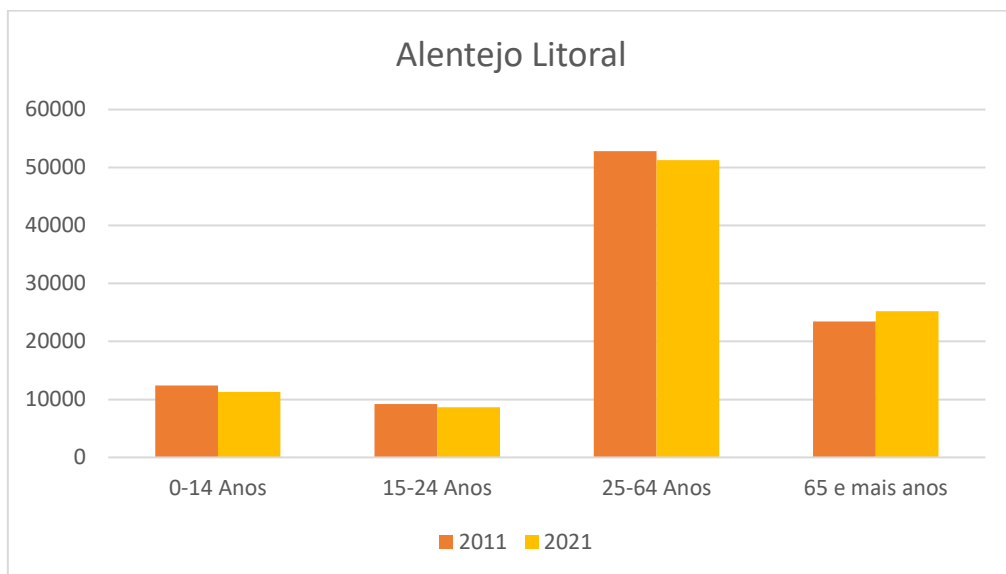
Gráfico 7: População residente em Portugal, segundo os grandes grupos etários



Fonte: INE, Censos 2021

Em Portugal, na faixa etária dos 0-14 anos houve uma variação de -16,6%, na faixa dos 15-24 de -5,3%, na faixa dos 25-64 de -5,9% e na faixa dos 65 e mais anos de 18,7% entre 2011 e 2021.

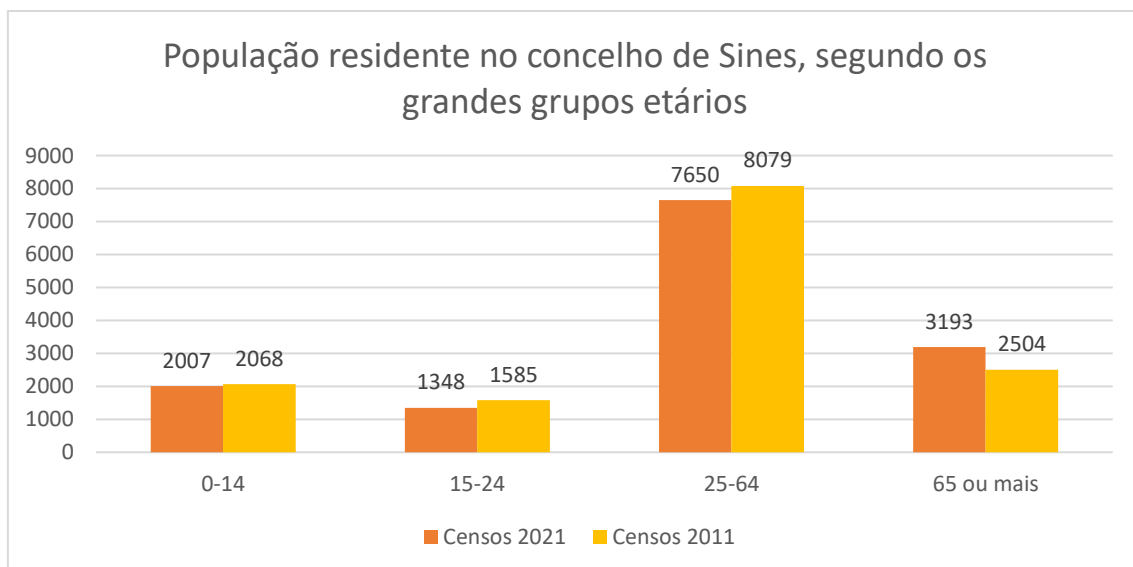
Gráfico 8: População residente no Alentejo Litoral, segundo os grandes grupos etários



Fonte: INE, Censos 2021

No Alentejo Litoral, na faixa etária dos 0-14 anos houve uma variação de -9,5%, na faixa dos 15-24 de -6,1%, na faixa dos 25-64 de -3% e na faixa dos 65 e mais anos de 7,4% entre 2011 e 2021.

Gráfico 9: População residente em Sines, segundo os grandes grupos etários



Fonte: INE, Censos 2021

No concelho de Sines, na faixa etária dos 0-14 anos houve uma variação de -3%, na faixa dos 15-24 de -16,36%, na faixa dos 25-64 de -5,5% e na faixa dos 65 e mais anos de 24,2% entre 2011 e 2021.

No que diz respeito à população residente no concelho de Sines, segundo os grupos etários conseguimos verificar que na faixa etária dos 0 aos 14 anos existiu uma diminuição de 3%, na faixa etária compreendida entre os 15 e 24 anos existiu uma diminuição de 16,36 % dos habitantes e na faixa etária dos 25 aos 64 anos verifica-se um fenómeno similar às anteriores com uma diminuição de 5,5% de habitantes compreendidos entre esta faixa etária. Apenas na faixa etária dos 65 ou mais anos é que se verificou um aumento populacional de 24,2% dos habitantes residentes, sendo estes resultados consequência de um fenómeno que é sentido a nível geral no país, o envelhecimento populacional.

Como podemos observar a população mais jovem tem vindo a diminuir, e em contrapartida a população mais envelhecida tem vindo a aumentar, fruto do fenómeno de envelhecimento populacional, que se perspetiva que venha a agravar-se futuramente.

O crescimento natural negativo tem origem no processo de envelhecimento que se tem observado, tanto na generalidade do país, como no Alentejo Litoral, com a diminuição da taxa de natalidade e do peso da população com menos de 25 anos e, inversamente, com o aumento da população com mais de 65 anos.

Por um lado, de 2011 para 2021, e independentemente do território em análise, o número de pessoas com menos de 25 anos de idade tem vindo a sofrer uma diminuição.

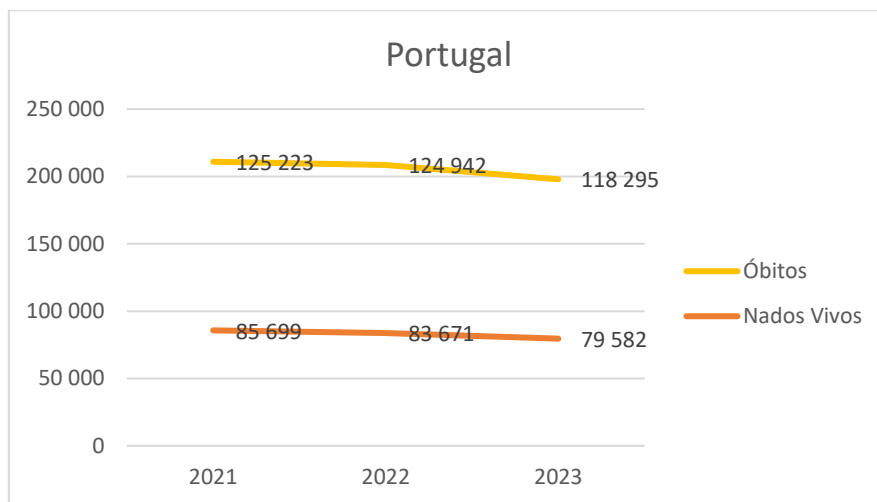
Comparando com o âmbito nacional e regional, o Concelho de Sines deparou-se com o recuo de cerca de 16% do número de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade, enquanto que Portugal assistiu a um decréscimo de apenas 5,3% e o Alentejo Litoral de 6%.

Entre 2011 e 2021, e independentemente do território em análise, o número de indivíduos entre os 0 e os 14 anos e entre os 25 e 64 anos de idade tem vindo a sofrer uma diminuição.

Por outro lado, o número de população idosa aumentou. Comparando com o âmbito nacional e regional, o Concelho de Sines deparou-se com o aumento de cerca de 24% do número de indivíduos com idade superior aos 65 anos, enquanto que Portugal assistiu a um aumento de 18,7% e o Alentejo Litoral de apenas 7,4%, traduzindo o envelhecimento demográfico da população.

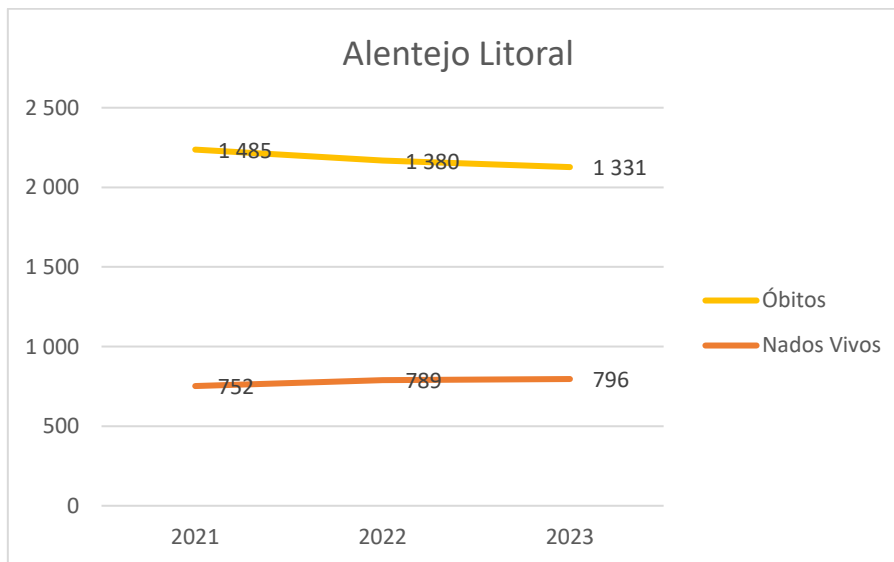
NATALIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE

Gráfico 10: Número de óbitos e de Nados Vivos em Portugal em 2021, 2022 e 2023



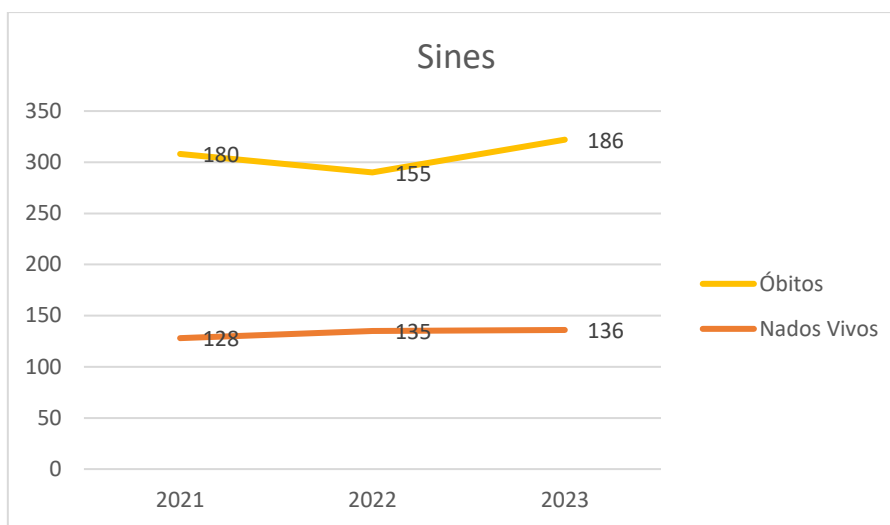
Fonte: INE

Gráfico 11: Número de óbitos e de Nados Vivos no Alentejo Litoral em 2021, 2022 e 2023



Fonte: INE

Gráfico 12: Número de óbitos e de Nados Vivos em Sines em 2021, 2022 e 2023



Fonte: INE

Durante os três anos analisados, é evidente o declínio progressivo do número de nados-vivos em Portugal, no entanto, a nível regional e municipal, verificou-se um ligeiro aumento, fixando-se em 796 nados-vivos em 2023, no Alentejo Litoral, mais 6% que em 2021. Em Sines fixou-se em 136 nados-vivos, também mais 6% que em 2021. Por sua vez, verifica-se uma tendência de aumento do número de óbitos, o que seria expectável dado que a população se apresenta cada vez mais envelhecida.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE

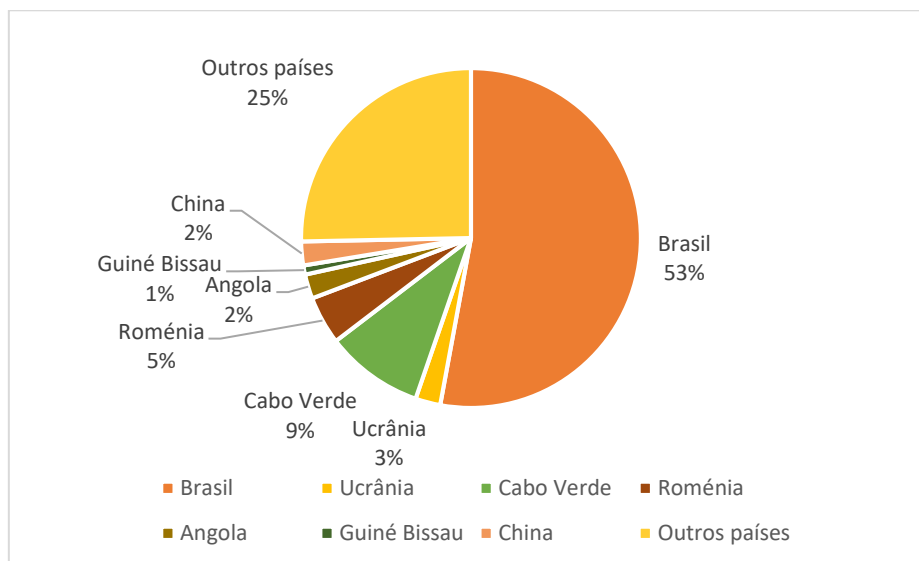
Tabela 2: População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por Local de residência

	2023	2022	2021
Portugal	1044238	781247	698536
Alentejo Litoral	19370	16394	14622
Sines	1722	1247	1090

Fonte: INE

No ano de 2021, residiam em Sines 1090 estrangeiros titulares de estatuto legal de residente. Face a 2023, são mais 632 estrangeiros residentes nesse ano, o que representa um aumento percentual de 58%. Este crescimento da população estrangeira acompanha o verificado a nível nacional que teve um aumento de 50% no mesmo período. Já o Alentejo Litoral teve um aumento ainda que inferior ao de Sines, de apenas 32%.

Gráfico 13: Distribuição da população estrangeira residente em Sines por Nacionalidade em 2021



Fonte: INE, 2021

1/4 da população estrangeira residente em Sines é proveniente do Brasil (25%), destacando-se assim esta nacionalidade. Por outro lado, verifica-se uma grande dispersão de outras nacionalidades, sendo que a maior percentagem é de outros países (53%), incluindo vários países, tanto europeus, como não-europeus.

SALDOS POPULACIONAIS E CRESCIMENTO EFETIVO

Tabela 3: Tipologias Familiares em Portugal, Alentejo Litoral e Sines em 2011 e 2021

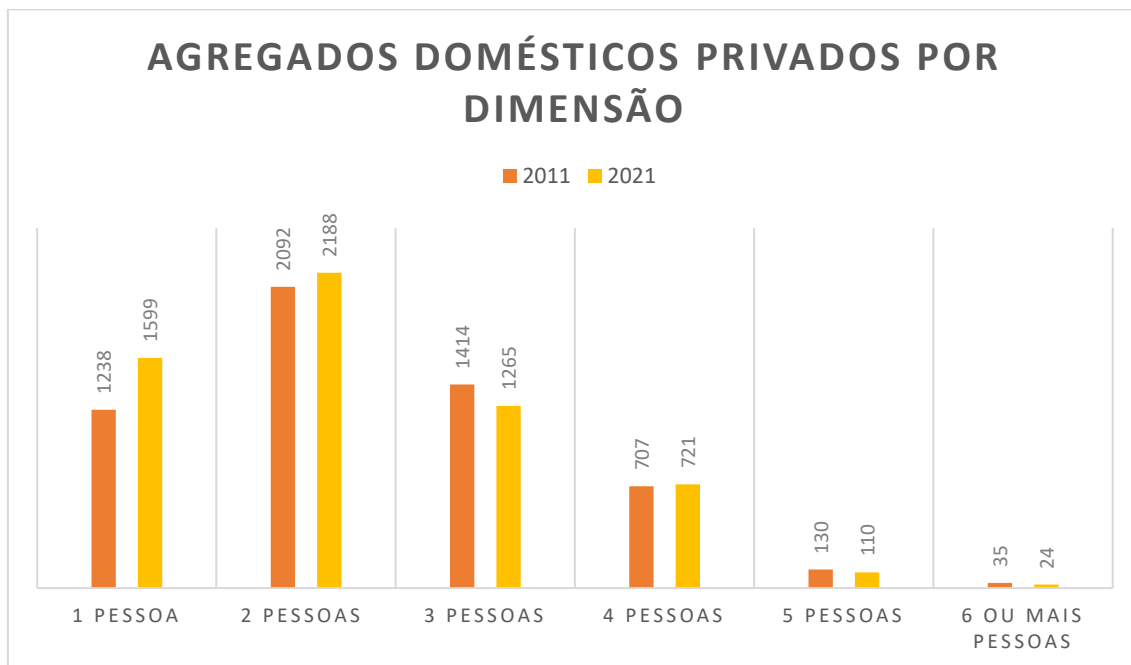
	Agregados Domésticos Privados		Variação (%)
	2011	2021	2011/2021
Portugal	4 043 726	4 149 096	+2.6%
Alentejo Litoral	40 533	39 876	-1.6%
Sines	5 616	5 919	+5.4%

Fonte: INE

Na última década, o total de agregados domésticos privados aumentou 5.4% em Sines, o que corresponde a mais 303 agregados, um crescimento superior face àquele verificado em Portugal.

Por outro lado, nível regional verifica-se um decréscimo de 1,6%, que corresponde a menos 657 agregados.

Gráfico 14: Agregados Domésticos em Sines em 2011 e 2021



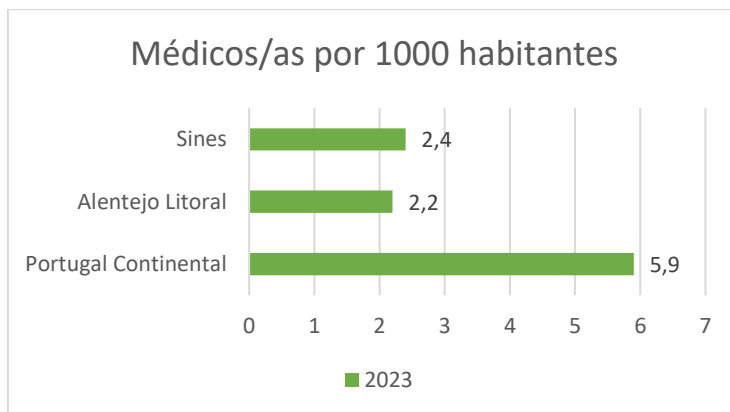
Fonte: INE

Na última década, verificou-se a uma redução da dimensão dos agregados domésticos privados. Perante 2011, enquanto diminuíram os agregados constituídos por 3, 5 e 6 ou mais pessoas, ocorreu o inverso nos agregados constituídos por 1, 2 e 4 pessoas. Verifica-se ainda que a maior parte dos agregados é constituída por 2 pessoas, em semelhança a 2011.

5. Saúde

5.1. Caracterização sociodemográfica na área da saúde

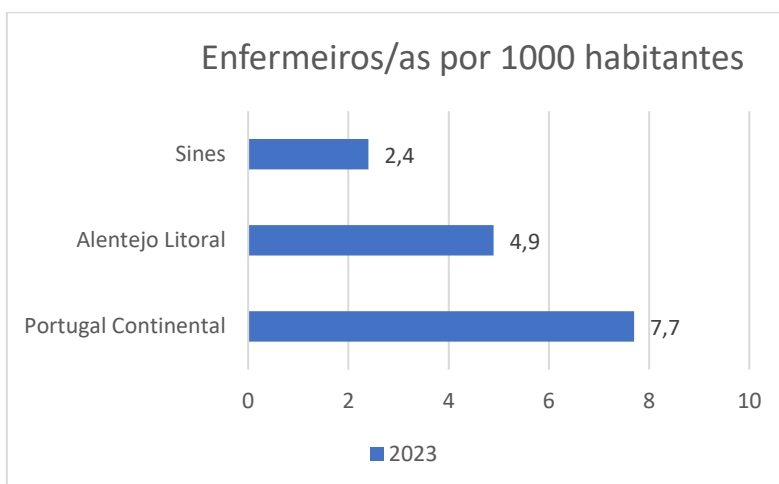
Gráfico 15: Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência em 2023



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

O concelho de Sines apresentava em 2023 um total de 2,4 médicos/as por cada 1000 habitantes, o que representa um número ligeiramente superior ao apresentado no Alentejo Litoral que regista por cada 1000 habitantes 2,2 médicos/as. Estes números são inferiores à realidade do país que regista um total de 5,9 médicos/as por cada 1000 habitantes.

Gráfico 16: Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de trabalho em 2023



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

Sines apresentava em 2023 um total de 2,4 enfermeiros/as por cada 1000 habitantes, o que representa um número bastante inferior ao apresentado no Alentejo Litoral, que regista por cada 1000 habitantes 4,9 enfermeiros/as. Números são inferiores à realidade do país que regista um total de 7,7 enfermeiros/as por cada 1000 habitantes, sendo que Sines detém claramente um número de enfermeiros substancialmente reduzido.

Relativamente à distribuição dos médicos de família nas unidades Centros de Saúde do Litoral Alentejano, verifica-se:

Tabela 4: Nº de Médicos/as de Família por unidade

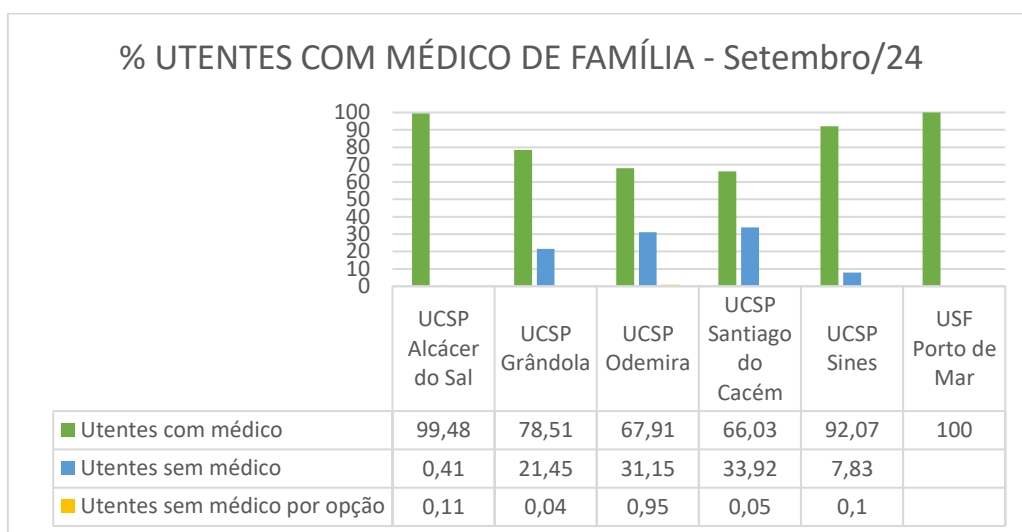
Unidade	Nº de Médicos de Família
UCSP Sines	5
USF Porto de Mar (Sines)	4
UCSP Alcácer do Sal	9
UCSP Grândola	7
UCSP Odemira	15
UCSP Santiago do Cacém	12

Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

No cento de saúde de Sines, a UCSP e a USF têm no total 9 médicos de família.

No que respeita aos utentes com médico de família, verificamos que em Sines, apenas 7,83% da população utente não tem médico de família, apresentando comparativamente com as outras unidades funcionais da ULSLA um valor baixo, apenas ultrapassado pela UCSP de Alcácer do Sal.

Gráfico 17: % de Utentes com Médico/a de Família em Setembro de 2024



Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

5.2. Cuidados de Saúde Primários

A Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E. (ULSLA, E. P. E.), criada através do Decreto-Lei n.º 238/2012, de 31 de outubro, tem como objetivo prestar cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde (SNS), bem como assegurar as atividades de saúde pública e os meios necessários ao exercício das competências da autoridade de saúde na região do Litoral Alentejano, que constitui a sua área geográfica de abrangência, assim como desenvolver as atividades de investigação, ensino e formação, de acordo com a respetiva capacidade formativa.

A Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E. (ULSLA) – Foi criada a 1 de novembro de 2012, por agregação do Hospital do Litoral Alentejano (HLA) e do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Litoral (ACES Alentejo Litoral).

Esta unidade faz a gestão integrada dos cuidados primários, hospitalares e continuados da região do Alentejo Litoral, englobando a oferta dos prestadores de cuidados do Sistema Nacional de Saúde dos concelhos de Alcácer do Sal, Sines, Odemira, Grândola e Santiago do Cacém, para uma população global de cerca 100.000 habitantes. É constituída por cinco Centros de Saúde e pelo Hospital do Litoral Alentejano, localizado a cerca de 15 km da sede do concelho, Sines.

5.2.1. Centro de Saúde de Sines

O Centro de Saúde de Sines é constituído por: Unidade de Saúde Familiar – USF Porto de Mar; Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados – UCSP Sines e Pólo Porto Côvo, Unidade de Cuidados na Comunidade – UCC Sines com Saúde e Polo da Unidade de saúde Pública - USP, constituídas por equipas multidisciplinares e que se articulam, de forma a servir a população em todas as vertentes bio, psico, social e comunitária.

- **Unidade De Saúde Familiar – USF Porto de Mar**

A Unidade de Saúde Familiar (USF) Porto de Mar é uma unidade elementar de prestação de cuidados de saúde, individuais e familiares, composta por equipas multiprofissionais, voluntariamente constituída por médicos, enfermeiros e assistentes técnicos. É dotada de autonomia organizativa, funcional e técnica, e integrada numa lógica de rede com as outras unidades funcionais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA), da qual é parte integrante.

A USF Porto de Mar em Sines iniciou atividade a 1 de janeiro de 2024 com o objetivo de garantir equipa de saúde familiar a cerca de 8500 utentes. É uma unidade com idoneidade formativa, tendo em setembro de 2024, 4 médicas internas da formação específica em Medicina Geral Familiar a realizar o seu internato.

Intervenções e áreas de atuação do corpo clínico (médicos e enfermeiros):

1. Os médicos da USF Porto de Mar asseguram o atendimento dos utentes nela inscritos. Esse atendimento terá sempre em linha de conta a acessibilidade, a globalidade, a continuidade de cuidados e a abordagem centrada no utente/doente.
2. Os enfermeiros encontram-se envolvidos na prestação de cuidados aos utentes inscritos em lista de um médico de família, assumindo assim em pleno o seu papel de enfermeiro de família e garantindo a acessibilidade, continuidade e globalidade de cuidados de forma personalizada.
3. Fazem parte do compromisso assistencial dos médicos e enfermeiros de família:
 - a. Vigilância, educação e promoção para a saúde e prevenção da doença nas diversas fases de vida: Saúde infantil e juvenil; Saúde do adulto e do idoso; Saúde reprodutiva.
 - b. Gestão da doença: Cuidados em situação de doença aguda; Acompanhamento clínico das situações de doença crónica e patologia múltipla.
 - c. Cuidados no domicílio.
 - d. Interligação e colaboração em rede com outros serviços, setores e níveis de diferenciação, numa perspetiva de gestor de saúde do utente.

Tabela 5: Recursos Humanos da USF Porto de Mar em Setembro de 2024

Recursos Humanos	
Médicos	5
Enfermeiros	5
Secretários Clínicos	4
Médicos Internos (MGF)	4

Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

No que respeita aos recursos humano da USF Porto de Mar, verifica-se a existência de 5 médicos e enfermeiros e 4 secretários clínicos e médicos internos.

Relativamente à distribuição das inscrições, verifica-se que:

Tabela 6: Nº de Utentes Inscritos na USF Porto de Mar em Setembro de 2024

Utentes Inscritos	8.323	
Com médico de família	Sem médico de família	Sem médico de família por opção
8.323	0	0

Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

A USF Porto de Mar tem 8323 utentes inscritos, todos com médico de família.

Tabela 7: Distribuição dos Utentes Inscritos na USF Porto de Mar por Género e grupo etário em Setembro de 2024

Grupo Etário	Masculino	Feminino	Total
Menor 6 anos	290	283	573
7 – 64 Anos	2.812	2.986	5.798
65 – 74 Anos	502	543	1.045
Maior 75 Anos	380	527	907

Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

O grupo etário mais representativo na USF Porto de Mar está situado entre os 7 e os 64 anos.

- **Unidade De Cuidados De Saúde Personalizados – UCSP Sines e Pólo Porto Côvo**

A UCSP de Sines tem por missão promover e prestar cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados, desenvolver atividades de saúde pública, investigação, formação e ensino de qualidade, assegurando o acesso da população, garantindo a sustentabilidade económico-financeira de acordo com a estratégia nacional e regional de forma a obter ganhos em saúde. Esta unidade pretende constituir-se como uma unidade de referência, com credibilidade, competência, eficácia e compromisso na promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados, melhorando o estado de saúde da população através da ação conjugada de utentes, profissionais e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento integrado da Região.

Além da sede em Sines, a UCSP tem um Pólo na freguesia de Porto Côvo.

Relativamente à distribuição das inscrições, verifica-se que:

Tabela 8: Nº de Utentes Inscritos na UCSP em Setembro de 2024

Utentes Inscritos	7.367	
Com médico de família	Sem médico de família	Sem médico de família por opção
6.783	577	7

Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

A UCSP tem 7367 inscritos dos quais 6783 tem médico de família, 577 sem médico de família e 7 sem médico de família por opção.

Tabela 9: Distribuição dos Utentes Inscritos na UCSP por Género e grupo etário em Setembro de 2024

Grupo Etário	Masculino	Feminino	Total
Menor 6 anos	197	170	367
7 – 64 Anos	2.729	2.557	5.286
65 – 74 Anos	417	445	862
Maior 75 Anos	352	500	852

Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

O grupo etário mais representativo na UCSP está situado entre os 7 e os 64 anos.

Tabela 10: Recursos Humanos da UCSP em Setembro de 2024

Recursos Humanos	
Médicos	4
Enfermeiros	7
Secretários Clínicos	6
Assistentes Operacionais	3
Tec. Superior Serviço Social	1
Tec. Superior Psicologia (66% tempo)	1
Tec. Superior Fisioterapia	1

Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

A UCSP é constituída por 4 médicos, 7 enfermeiros, 6 secretários clínicos, 3 assistentes operacionais e 1 técnico de serviço social, 1 técnico de psicologia e 1 técnico de fisioterapia.

Programas de Carteira Básica da UCSP de Sines:

- Planeamento Familiar
- Saúde Materna
- Saúde Infantil e Juvenil
- Vacinação
- Saúde do Adulto e do Idoso
- Consulta complementar e Consulta Aberta
- Cuidados em sala de Tratamentos
- Diabetes
- Pé diabético – Cuidados Podológicos
- Hipertensos
- Vigilância Oncológica
- Cuidados no Domicílio
- Terapia Compressiva de Úlceras Venosas Crónicas no Membro Inferior
- Consulta de Cessaçã Tabágica
- Consulta de Anticoagulação Oral
- CDP/ Consulta de Referência da Tuberculose
- Programa de troca de Seringas
- Programa de substituição com Metadona

- **Unidade De Cuidados Na Comunidade – UCC Sines com Saúde**

Segundo o Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de fevereiro, a UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

A UCC de Sines com Saúde tem como Missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área de intervenção (gestão da doença, gestão da saúde e intervenção comunitária), através da prestação de cuidados de saúde de proximidade, em casa e na comunidade, no local de trabalho e nas escolas, a indivíduos, famílias e grupos vulneráveis e fragilizados.

É através da UCC que os Serviços de Saúde se fazem representar nos serviços locais integrando a Rede Social, o NLI, a CPCJ de Sines e ainda a Equipa de Intervenção Precoce.

Tabela 10: Recursos Humanos da UCC em Setembro de 2024

Recursos Humanos	
Enfermeiros	6
Técnica auxiliar de saúde	1

Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

A UCC é composta por 6 enfermeiros e 1 técnica auxiliar de saúde. A UCC trabalha em articulação com os profissionais das várias unidades funcionais do Centro de Saúde de Sines, tendo o Psicólogo e a Técnica de Serviço Social horas afetas à UCC.

Tabela 11: Distribuição dos Utentes Inscritos na UCC por Género e grupo etário em Setembro de 2024

Grupo Etário	Masculino	Feminino	Total
Menor 6 anos	437	412	849
7 – 64 Anos	5.087	5.108	10.195
65 – 74 Anos	864	945	1.809
Maior 75 Anos	699	983	1.682

Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde

Relativamente à distribuição da população abrangida pela UCC, verificam-se 14.535 Utentes abrangidos.

A UCC tem como programas e projetos na área do desempenho assistencial, nas dimensões gestão da saúde, gestão da doença e intervenção comunitária.

Gestão da saúde:

Escola de Pais

Tem como objetivo promover a parentalidade positiva e adoção de estilos de vida saudáveis

1) Curso “Educar para a Parentalidade”: Programa de Preparação para a parentalidade - desde o início do ano já acompanharam 44 grávidas.

2) Visita Domiciliária á Puérpera e Recém-nascido

3) Curso “Agora pais”: Durante o ano de 2024 contou até à atualidade com 3 cursos e com 30 sessões, abrangendo 19 participantes.

4) Momentos de Amamentação

5) Massagem ao bebe -Durante o ano de 2024 foram desenvolvidos 7 cursos com desenvolvimento de 31 sessões com a participação média de 5 utentes/bebés por sessão.

Projeto "Sem açúcar": Projeto que tem como objetivo contribuir para a adoção de hábitos alimentares saudáveis de crianças dos 0 aos 3 anos. No ano de 2024 abrangeu as duas comunidades educativas (creche Pintainho e Conchinha) e respetivos encarregados de educação.

Projeto de Apoio aos Cuidadores Informais: **Grupo de autoajuda dirigido aos cuidadores informais:** Durante o último ano tivemos 18 sessões com a participação de 7 cuidadores informais.

Programa Sines em Movimento: A UCC de Sines com saúde esteve presente neste programa, durante três dias do mês de agosto com a dinamização de atividades de promoção para a saúde.

Workshop literacia para Saúde sobre "Hipertensão": Foram realizadas durante o ano de 2024 4 ações com uma média de 18 participantes cada.

Gestão da doença:

Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados

(RNCCI)

- Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)

ECCI - Equipa de cuidados continuados integrados - Destina-se a utentes em situação de dependência funcional transitória ou prolongada, que não se podem deslocar de forma autónoma, cujo critério de referenciação assenta na fragilidade, limitação funcional grave, condicionada por fatores ambientais, com doença severa, em fase avançada ou terminal, ao longo da vida, que reúnam condições no domicílio que permitam a prestação dos cuidados continuados integrados. A ECCi de Sines desde janeiro de 2024 acompanhou 50 utentes.

Diabetes em Movimento é um programa comunitário de exercício físico destinado a pessoas com diabetes tipo 2 em Portugal. Durante o ano de 2024 foram realizadas 74 sessões com número médio de 19 participantes por cada sessão.

Projeto de Reabilitação Respiratória dirigido a utentes com DPOC e asma:

N.º de Cursos Realizados – 2

N.º de Ações Realizadas – 19

N.º de Participantes – 10

Intervenção Comunitária:

Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE)

Saúde Escolar:

- O Programa Nacional de Saúde Escolar tem como finalidades:
- Promover e proteger a saúde e prevenir a doença na comunidade educativa;
- Apoiar a inclusão escolar de crianças com Necessidades de Saúde e Educativas Especiais;
- Promover um ambiente escolar seguro e saudável;
- Reforçar os fatores de proteção relacionados com os estilos de vida saudáveis;
- Contribuir para o desenvolvimento dos princípios das escolas promotoras da saúde.

As atividades do Programa Nacional de Saúde Escolar inscrevem-se na área da:

- Melhoria da saúde das crianças e dos jovens e da restante comunidade educativa, através da monitorização da realização dos exames globais de saúde aos 6 e 13 anos de idade,
- Do cumprimento do programa nacional de vacinação e da legislação de evicção escolar,
- Do apoio à inclusão escolar, da avaliação das condições de segurança, higiene e saúde dos estabelecimentos de educação e ensino;
- Do apoio ao desenvolvimento de projetos nas áreas de promoção da saúde prioritárias: saúde mental, saúde oral, alimentação saudável, atividade física, ambiente e saúde, segurança, saúde sexual e reprodutiva, consumo de substâncias lícitas e ilícitas, doenças transmissíveis e violência em meio escolar.

O Programa Nacional de Saúde Escolar ao intervir no Jardim-de-infância e nas Escolas do Ensino Básico e Secundário assume um papel ativo na gestão dos determinantes da saúde da comunidade educativa, constituindo as equipas de saúde escolar a interface com o sistema educativo para a sua implementação.

Tabela 12: Programa Saúde Escolar da UCC Sines Com Vida

Nº de alunos abrangidos	2208
Nº de ações	49
Temáticas	Saúde Mental/ Competências Socioemocionais, Educação para os afetos e a sexualidade, Alimentação saudável / Atividade Física, Higiene corporal /Saúde Oral, Hábitos sono e repouso, Prevenção de consumos com e sem substâncias.
Estabelecimentos de educação	Agrupamento de Escolas de Sines, Infantários Pintainho e Conchinha, Escola Secundária Poeta Al Berto.

Dados fornecidos pela UCC Sines com Vida – setembro 2024

No âmbito da intervenção comunitária a UCC de Sines também integra:

- 1) Equipa Local de Intervenção Precoce de Sines (ELI)
- 2) Comissão de proteção de crianças e Jovens de Sines (CPCJ)
- 3) Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR): Nº de crianças/jovens abrangidos - 2022/2023/2024 – 168 crianças/jovens (até 18 anos)
- 4) Equipa de Prevenção da violência em Adultos;
- 5) Núcleo Local de Inserção/ Rendimento social de Inserção (NLI/RSI)
- 6) Rede Social (RS)

• **Unidade de Saúde Pública USP Alentejo Litoral – Pólo Sines.**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 137/2013 de 7 de outubro compete à USP na área geodemográfica em que se integra, elaborar informação e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde da população em geral ou de grupos específicos e colaborar, de acordo com a legislação respetiva, no exercício das funções de autoridade de saúde.

A USP, segundo o Decreto-Lei nº 81/2009 de 2 de abril, tem competência para:

Financiamento:



Intermediário:



- a) Identificar necessidades de saúde;
- b) Monitorizar o estado de saúde da população e seus determinantes;
- c) Promover a investigação e a vigilância epidemiológicas;
- d) Avaliar o impacto das várias intervenções em saúde;
- e) Gerir programas e projetos nas áreas de defesa, proteção e promoção da saúde da população, no quadro dos planos nacionais de saúde ou dos respetivos programas ou planos regionais ou locais de saúde, nomeadamente vacinação, saúde ambiental, saúde escolar, saúde ocupacional e saúde oral;
- f) Participar na execução das atividades dos programas descritos na alínea anterior, no que respeita aos determinantes globais da saúde ao nível dos comportamentos e do ambiente;
- g) Promover e participar na formação pré-graduada e pós-graduada e contínua dos diversos grupos profissionais que integram.

A USP Pólo de Sines tem como missão contribuir para uma melhoria do estado de saúde da população visando a obtenção de ganhos de saúde.

Atividades realizadas durante o ano de 2024:

- Exposição alusiva às diversas atividades da USP, que contou com descrição e explicação das atividades realizadas pela equipa, entre as quais a demonstração de técnicas de amostragem de água de consumo humano e avaliação do de cloro residual e pH, exemplificação de colheitas de vetores no âmbito do programa nacional REVIVE, com montagem de armadilha para mosquitos adultos e observação de amostras de mosquitos imaturos;
- Visualização de vídeo relativa à vigilância da qualidade da água destinada ao consumo humano;
- Descrição das atividades do Serviço de Sanidade Marítima;
- Apresentação do Programa de Saúde Oral e do Programa de Saúde Mental;
- As visitas guiadas à USP contaram com 140 visitantes da comunidade escolar (alunos, professores e auxiliares de educação) e 5 visitantes da comunidade.

Projeto Mais Contigo

O Programa Mais Contigo trabalha aspetos como o estigma em saúde mental, o autoconceito e a capacidade de resolução de problemas, devidamente enquadrados na fase da adolescência, reconhecido como boa prática pela Direção-Geral da Saúde e pelo ICN – Conselho Internacional de Enfermeiros.

Intervenção ano letivo 22/23 na Escola Poeta Al Berto (ESPAB): Programa integrante da Saúde Escolar foi dinamizado pelos elementos da equipa que frequentaram o curso dinamizadores do programa de promoção da saúde mental e prevenção de comportamentos suicidários em meio escolar, Mais Contigo.

Público-alvo: 2 turmas do 8º ano, uma turma de intervenção (19 alunos) e outra turma de controlo (14 alunos)

Realizaram-se um total de 5 sessões na turma de intervenção.

Foram aplicados 2 questionários de diagnóstico de situação e de avaliação final a ambas as turmas.

Realizaram-se 2 sessões dirigidas à Comunidade Educativa (professores e auxiliares de educação) e a Pais/ Encarregados de Educação.

No Projeto "Ver o Futuro" (UCSP/UCC/USF Departamento de Oftalmologia da ULSLA/Essilor Portugal) foram abrangidos 16 utentes.

Serviço Social (Dados relativos ao ano de 2024): O serviço social abrange todas as unidades funcionais do Centro de Saúde de Sines. Foram realizadas 201 atendimentos/consultas e 56 visitas domiciliárias.

5.3. Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências, I.P. (ICAD, IP)

O Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências, I.P. (ICAD, IP), integra o Ministério da Saúde, tendo por missão prevenir e reduzir os comportamentos aditivos e as dependências, assegurar o tratamento, a redução de riscos e a minimização de danos e a reinserção social, bem como fomentar a capacitação e formação diferenciada, a investigação e a inovação nesses domínios.

Financiamento:



Intermediário:



A nível local, integradas no Serviço Nacional de Saúde (SNS), são constituídas até 34 UIL--CAD (unidades de intervenção local para os comportamentos aditivos e dependências), das quais 24 unidades funcionais desconcentradas com a natureza de unidades orgânicas flexíveis-Centros de Respostas Integradas (CRI) espalhados por todo o território continental.

Os C.R.I. têm como missão assegurar a intervenção local em articulação com os demais serviços de saúde da respetiva área, e outras respostas públicas e demais dispositivos da comunidade. Acolher, cuidar, tratar ou referenciar para outras redes de cuidados de saúde, públicas ou convencionadas, os utentes do seu âmbito de intervenção

Ao CRI compete:

- a) Garantir à população o acesso, em tempo útil, à prestação de cuidados integrados e globais a pessoas com comportamentos aditivos e dependências, segundo as modalidades terapêuticas mais adequadas a cada situação,
- b) Dar resposta às solicitações dos estabelecimentos e serviços de saúde da sua área geográfica de intervenção no respeitante ao atendimento e acompanhamento de pessoas com comportamentos aditivos e dependências;
- c) Planear a intervenção preventiva, no domínio dos comportamentos aditivos e dependências, na sua área geográfica com as demais equipas do SNS;
- d) Participar no planeamento e intervenção nos cuidados de saúde mental sempre que solicitados, entre outras, pela equipa de proximidade de saúde mental

O CRI do Litoral Alentejano abrange a área territorial do Litoral Alentejano (concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira). Tem sede em Vila Nova de Santo André e uma consulta descentralizada em Odemira.

Tem atualmente ativos 60 utentes de Sines.

A referenciação e encaminhamento de utentes SNS com comportamentos Aditivos e Dependências efetua-se via centros de saúde ou outros serviços da comunidade, podendo também a pessoa dirigir-se diretamente, pessoalmente, via online ou telefonicamente.

A equipa técnica do CRI Litoral Alentejano que se subdivide pelas Equipas de Prevenção e Equipa de Tratamento, é multidisciplinar é composta por Psicólogos Clínicos, Enfermeiros Médico, Técnica Superior de Serviço, Assistentes Técnicos e Auxiliar de Saúde.

5.4. Projeto Alimentação Saudável no Litoral Alentejano (ADL)

Operação 20.2 – Assistência Técnica RRN – A4) da ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

A candidatura “Alimentação saudável no Litoral Alentejano” surge na sequência da publicação do aviso de concurso nº 7/ operação 2024 / 2021 da Assistência Técnica do PDR2020, para a Área 4 (Observação da agricultura e dos territórios rurais, área temática Inovação), com o intuito de sensibilizar para a adoção de uma alimentação saudável, económica e sustentável com vista a melhorar a qualidade de vida da população do Alentejo Litoral.

A candidatura é liderada pela ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, em parceria com a CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.

Objetivos específicos da operação:

OE1 – Contribuir para aumentar a literacia relativamente à alimentação saudável e sustentável.

OE2 – Valorizar e promover o estilo de vida mediterrânico com particular focalização na promoção da dieta mediterrânica para determinados públicos-alvo;

OE3 – Sensibilizar e consciencializar para o desperdício alimentar enquanto questão preocupante que tem consequências a diferentes níveis, tais como segurança alimentar, ambiental, económica, entre outros;

OE4 – Promover o debate multidisciplinar e multisectorial sobre a alimentação saudável e sustentável;

OE5 – Contribuir para os objetivos do Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES), essencialmente no que diz respeito à promoção e valorização da dieta mediterrânica, literacia alimentar e desperdício alimentar, e também para os objetivos da Rede Rural Nacional (RRN).

O contributo da operação para a prossecução do objetivo geral operacionaliza-se através de:

– sistematizar e disponibilizar a informação técnica e científica de forma normalizada e em linguagem acessível em diferentes formatos;

- organizar eventos, workshops, sessões de trabalho, reuniões, direcionados por público-alvo, e com vista a abordar os temas de trabalho: Alimentação sustentável, Dieta Mediterrânica e Combate ao desperdício alimentar;
- organizar visitas a “boas práticas” nestas temáticas, com vista à aquisição de know-how por partes dos agentes do território.

Em Outubro de 2024, o projeto tinha desenvolvido as seguintes atividades:

Atividade	Local e dia	nº de participantes	Público-alvo
Reunião CLASSines	<i>presencial, 25/06/2024</i> 10h30	22	
Projeto piloto IPSS (SCMS) (Sessão 1)	Sines, 05/09/2024 Sessão 1 - Dieta Mediterrânica	10	IPSS- pessoal da cozinha e responsáveis pela elaboração de ementas
Projeto piloto IPSS (SCMS) (Sessão 2)	Sines, 05/09/2024 Sessão 2 - Critérios de elaboração de ementas; análise da ementa atual.	2	IPSS- responsáveis pela elaboração de ementas
Projeto piloto IPSS (SCMS) (Sessão 3)	Sines, 17/09/2024, 14h30 Parceria com ULSLA Sessão 3 - Consistência de dietas e captações	12	IPSS- pessoal da cozinha e responsáveis pela elaboração de ementas
Projeto piloto IPSS (SCMS) (Sessão 4)	Em Santiago do Cacém, 30/10/2024, 14h30 Contratação pública	1	Diretora técnica da ERPI
Programa de rádio	Sines, disponível a partir de 01/10/2024	-	População em geral
Sessões de sensibilização	Sines, E.S. Jardim das Descobertas 05/11/2024, 15h00	12	Séniore autónomos
Sessões de sensibilização	Sines, E.S. Bairro 1º de Maio 07/11/2024, 15h00	9	Séniore autónomos

Fonte: ADL

Materiais Produzidos:

- Elaboração do Livro de receitas Saudáveis do LA (Em execução)
- 1 video (Desenvolvido)

Financiamento:



Intermediário:



- 1 Manual de Apoio (Em execução)
- 5 folhetos temáticos (Desenvolvido)
- Materiais didáticos para atividades (Desenvolvido)
- Materiais comuns aos projetos PNAES (Em execução)
- APP Nacional
- Livro de Receitas Nacional- Prato Certo
- Manual de Educação Alimentar
- Micro-site integrado no site da ADL e CIMAL: <https://litoralalentejano.pt/alimentacao-saudavel-no-litoral-alentejano/>

6. Ação Social

6.1. Pobreza Infantil e Exclusão Social

6.1.1. Garantia para a Infância

Para uma aplicação eficaz e uma implementação, bem sucedida, das medidas do Plano Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030 é essencial assegurar a efetivação de uma intervenção social integrada, com base numa atuação local e de proximidade aos fenómenos de pobreza e exclusão social, tendo em conta as necessidades específicas das crianças e dos jovens, e respetivas famílias, por forma a garantir uma adequada identificação e mobilização de recursos e intervenções para resolução dos problemas detetados, pelo que foram criados, no âmbito do Conselhos Locais de Ação Social de Sines, os Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI).

Os Núcleos Locais da Garantia para a Infância estão especialmente dirigidos às problemáticas e necessidades das crianças, jovens e suas famílias, que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social. Este núcleo congrega os parceiros locais com competências de intervenção em matéria de acolhimento de primeira infância, educação e atividades em contexto escolar, saúde, alimentação saudável, habitação, inclusão e integração social, promoção dos direitos das crianças e jovens, não discriminação e promoção da igualdade.

Este Núcleo tem como objetivo realizar um diagnóstico social, do qual conste a caracterização do fenómeno de pobreza infantil, assim como as problemáticas identificadas ao nível do acesso efetivo, ou afetivo e gratuito, à educação e acolhimento na primeira infância, à educação e a atividades em contexto escolar, a, pelo menos, uma refeição saudável por dia letivo, a cuidados de saúde, a uma alimentação saudável e a uma habitação adequada; bem como integrar no plano de desenvolvimento social, um eixo estratégico dedicado à prevenção e intervenção no

âmbito da pobreza infantil, onde se definam estratégias para melhoria das respostas às problemáticas existentes e implementação de respostas em falta.

Será assim garantida uma adequada identificação e mobilização de recursos e intervenções para resolução de problemas detetados.

Em reunião do Conselho Local de Ação Social, ficou definido que o Núcleo Garantia para a Infância de Sines é constituído pelas seguintes entidades: Município de Sines, CPCJ Sines; Intervenção Precoce; Cercisiago; Segurança Social; ULSLA – Centro de Saúde de Sines; Associação Caboverdeana de Sines e de Santiago do Cacém; IEFP; Agrupamento de Escolas de Sines e Cooperativa Espiga.

Em novembro de 2024, este núcleo desenvolveu uma matriz de recolha de dados a nível local de forma a completar e atualizar este capítulo do diagnóstico social assim que for oportuno.

6.1.2. Indicadores de Proteção Social na Infância e na Pobreza

Prestações por encargos familiares

A proteção nos encargos familiares concretiza-se através de atribuição das seguintes prestações:

- a) Abono de família para crianças e jovens: O abono de família para crianças e jovens é uma prestação mensal, de concessão continuada, que visa compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.
- b) O abono de família pré-natal é uma prestação mensal de concessão continuada que visa incentivar a maternidade através da compensação de encargos acrescidos durante o período de gravidez, uma vez atingida a 13.^a semana de gestação.

No ano 2023, no município de Sines, registaram-se 1.031 beneficiários/as do abono de família, menos 84 do que em 2022, e 43 beneficiários/as do abono de família pré-natal, menos 2 do que em 2022. Apesar de ter havido um ligeiro decréscimo relativamente a 2022, quando comparamos os dados com o ano de 2021 verifica-se um grande aumento no número de beneficiários/as.

Tabela 13: Prestações Por Encargos Familiares

Nº de Beneficiários/as	Dez-23	Dez-22	Dez-21
------------------------	--------	--------	--------

Abono de Família para crianças e jovens	1.031	1.115	933
Abono de Família Pré-Natal	43	45	17

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Crianças e Jovens com deficiência

A proteção para crianças e jovens com deficiência concretiza-se através de atribuição das seguintes prestações:

- Bonificação por deficiência:** A bonificação por deficiência é um acréscimo ao abono de família para crianças e jovens com deficiência física, orgânica, sensorial, motora ou mental que necessitem de apoio pedagógico ou terapêutico.
- Subsídio por assistência a terceira pessoa:** Prestação destinada a compensar as famílias com descendentes que se encontrem em situação de dependência e que necessitem de acompanhamento permanente de uma terceira pessoa.

No concelho de Sines, em 2023 100 beneficiários/as receberam a bonificação por deficiência e 19 auferiram um subsídio por assistência de terceira pessoa.

Tabela 14: Crianças E Jovens Com Deficiência

Nº de Beneficiários/as	Dez-23	Dez-22	Dez-21
Bonificação por deficiência	100	98	94
Subsídio por assistência de terceira pessoa	19	20	18

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Prestação Social para a Inclusão

É uma prestação constituída por três componentes: a Componente Base, o Complemento e a Majoração.

A Componente Base destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da situação de deficiência, tendo em vista promover a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência. O Complemento tem como objetivo combater a pobreza das pessoas com

deficiência. A Majoração visa compensar encargos específicos resultantes da situação de deficiência.

No Município de Sines, verificamos que em dezembro de 2023, 219 pessoas usufruíram da componente base, mais 34 beneficiários do que em 2022 e mais 65 do que em 2021. Relativamente ao complemento, 45 beneficiários usufruíram deste apoio em 2023, mais 7 do que em 2022.

Tabela 15: Prestação Social Para A Inclusão

Nº de Beneficiários/as	Dez-23	Dez-22	Dez-21
Componente Base	219	185	154
Complemento	45	38	31

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Prestações Garantidas na Parentalidade

- a) O subsídio por assistência a filho é um apoio em dinheiro dado às pessoas que têm que faltar ao trabalho para prestar assistência urgente e necessária aos filhos (biológicos, adotados ou do seu cônjuge), em caso de doença ou acidente. Aplica-se a filhos menores ou maiores. Sendo maiores têm que fazer parte do agregado familiar do beneficiário. Em 2023, 34 pessoas beneficiaram deste subsídio, menos 5 do que em 2022.
- b) O subsídio parental inicial é uma prestação social concedida em dinheiro por um período de até 120 ou 150 dias consecutivos, conforme opção dos progenitores. Em 2023, 63 pessoas beneficiaram desta prestação, mais 5 do que em 2022.
- c) O subsídio parental alargado é um Subsídio atribuído ao pai ou à mãe ou a ambos, com duração até 3 meses, gozado de forma alternada ou em simultâneo para assistência a filho integrado no agregado familiar, com vista a substituir o rendimento de trabalho perdido, desde que a licença seja gozada até o menor fazer 6 anos. Em 2023, no concelho de Sines, 8 pessoas usufruíram deste subsídio, mais 3 do que em 2022 e em 2021.
- d) O Subsídio por risco clínico durante a gravidez é um apoio em dinheiro dado à mulher grávida, durante o tempo considerado necessário pelo médico, nas situações de risco para a saúde da mãe ou da criança (gravidez de risco). Em 2023, no concelho de Sines, 37 mulheres usufruíram deste subsídio, mais 2 do que em 2022.

Tabela 16: Prestações Garantidas Na Parentalidade

	Dez-23	Dez-22	Dez-21
Subsídio por assistência a filho	34	39	33
Subsídio Parental Inicial	63	58	41
Subsídio Parental Alargado	8	5	5
Subsídio por risco clínico durante a gravidez	37	34	30

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Subsídio Social Parental Inicial

Subsídio atribuído ao pai ou à mãe, ou ao outro titular do direito de parentalidade, que não trabalhem e sem contribuições na Segurança Social ou, tendo, não reúnam as condições para terem direito ao subsídio parental, por nascimento de filho. Em 2023, beneficiariam deste apoio 3 pessoas.

Tabela 17: Subsídio Social Parental Inicial

	Dez-23	Dez-22	Dez-21
Nº de Beneficiários/as	3	0	5
Montante	20.793,59€	24.332,46€	36.646,04€

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Rendimento Social de Inserção (RSI)

O Rendimento Social de Inserção (RSI), é uma medida de política social de combate à pobreza, através de uma prestação pecuniária, de carácter temporário, associada a um programa de inserção social.

É um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por:

- uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas;
- um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da

prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.

Tabela 18: Nº De Beneficiários/As Do RSI Por Sexo E Escalão Etário

Escalão Etário	Fem	Masc	Dez23	Dez22	Dez21	Dez20	Dez19
Total	139	114	253	254	251	304	274
<18 anos	55	53	108	112	104	131	120
18-19 anos	4	3	7	7	10	5	7
20 a 24 anos	8	7	15	13	10	17	15
25 a 29 anos	12	12	24	21	22	22	19
30 a 34 anos	13	7	20	19	15	14	13
35 a 39 anos	9	6	15	18	13	19	19
40 a 44 anos	6	3	9	4	11	17	15
45 a 49 anos	4	5	9	12	17	24	20
50 a 54 anos	7	4	11	9	13	17	8
55 a 59 anos	10	3	13	11	12	12	13
60 a 64 anos	6	8	14	19	17	21	25
>=65 anos	5	3	8	5	7	5	

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Tabela 19: Nº De Beneficiários/As Do Rsi Por Nacionalidade

Nacionalidade	2023	2022	2021
Portugal	237	233	251
Europa de Leste	13	31	0
Outros	3	0	0

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Tabela 20: Montante Do RSI Por Freguesia

Freguesia	2023	2022	2021
Total	395.860,85 €	404.638,49 €	419.949,42 €
Porto Covo	2.976,31 €	8.920,02 €	10.756,69 €
Sines	392.884,54 €	395.718,47 €	409.192,73 €

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

6.1.3. Respostas Sociais na Infância

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Familiar PORTA ABERTA

O CAFAP, serviço de apoio a famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial, através do acordo de cooperação entre o Instituto da Segurança Social, IP e a ESPIGA, efetua diariamente intervenção junto de 80 agregados familiares, distribuídos pelos concelhos de Sines e Santiago do Cacém, nas modalidades de Preservação Familiar e Reunificação Familiar.

Especificamente sobre o acompanhamento no concelho de Sines, em 2023, foram intervencionados 41 agregados familiares, os quais englobaram um total de 55 crianças (dos 123 processos que a resposta social acompanhou em ambos os concelhos de intervenção, num total de 181 crianças e jovens). Ainda relativamente à intervenção no concelho de Sines, importa distinguir que 35 agregados familiares estiveram inseridos na modalidade de preservação familiar e 06 agregados familiares na modalidade de reunificação familiar.

Desde 2021, o CAFAP PORTA ABERTA mantém aberta a Lista de Espera, com uma média de 10 a 15 processos em espera. Considerando que segundo a legislação dos Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Familiar, estes poderão ter uma capacidade máxima de 100 agregados familiares em acompanhamento, mantém-se a intenção da entidade solicitar a revisão do acordo de cooperação junto do Centro Distrital de Setúbal, assim que seja possível, de forma a aumentar a capacidade para o máximo permitido pela atual legislação.

Dados de 2023 (concelho de Sines)

- 41 agregados familiares dos quais 35 agregados familiares estiveram inseridos na modalidade de preservação familiar e 06 agregados familiares na modalidade de reunificação familiar.
- 55 crianças
- Lista de espera de 10 a 15 processos

A resposta social CAFAP “Porta Aberta”, da ESPIGA – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, foi selecionada, em 2020, como entidade parceira, no território NUTS Alentejo, do eixo MAIS CAPACITAÇÃO do Projeto Adélia – Parentalidade Positiva, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Através desta parceria foi possível formar duas

técnicas em três programas de parentalidade positiva e beneficiar de supervisão na implementação dos três programas através da parceria da CNPDPCJ com a Universidade de Coimbra – Faculdade de Ciências da Educação e Psicologia, nas pessoas da professora Dra. Maria Filomena Gaspar e da professora Dra. Maria João Seabra, e com o Instituto Miguel Torga, na pessoa da professora Dra. Joana Sequeira. Todos os programas possuem protocolos de avaliação, os quais devem ser respeitados. Todo o protocolo é cumprido antes e depois da participação no Programa e 6 meses depois deste ter terminado, follow-up, com envio de toda a documentação para a FPCEUC.

Assim sendo, os programas de parentalidade positiva, os quais são dinamizados pelas dinamizadoras credenciadas, são os seguintes:

1. O Programa Anos Incríveis, da autoria de Carolyn Webster-Stratton, consiste numa intervenção baseada em evidência para apoiar os pais/cuidadores a lidarem com os desafios típicos da parentalidade nestas faixas etárias (2-8 anos). O programa em formato grupal tem a duração de 14 sessões, com duração de 2 horas/cada, aplicado semanalmente. Após a última sessão, realizam-se ainda dois momentos denominados como Follow Up, após 3 e 6 meses da data da última sessão. Em formato individual, mantém a duração de 2 horas semanais, diminuindo para 7 sessões, sendo só aplicado por uma dinamizadora.
2. O Programa Mais Família, Mais Jovem da autoria de Maria Filomena Gaspar, foi construído a partir de dois programas baseados em evidência: o Programa Anos Incríveis Básico e o Programa Parenting Wisely, na sua versão grupal, destinando-se a pais/cuidadores de adolescentes (12- 18 anos). O programa em formato grupal tem a duração de 12 sessões, com duração de 2 horas/cada, aplicado semanalmente. Após a última sessão, realizam-se ainda dois momentos denominados como Follow Up, após 3 e 6 meses da data da última sessão. Em formato individual, mantém a duração de 2 horas semanais, diminuindo para 6 sessões, sendo só aplicado por uma dinamizadora.
3. O programa Crianças no Meio do Conflito foi desenvolvido a partir do programa Children in Between (CIB) de Don Gordon pela professora Dra. Maria Filomena Gaspar e professora Dra. Madalena Alarcão (Professoras na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra) e pela professora Dra. Joana Sequeira (Professora no Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra), em 2020. Tem como

destinatários figuras parentais com conflito na parentalidade. O programa em formato grupal tem a duração de 8 sessões, com duração de 2 horas/cada, aplicado semanalmente. Após a última sessão, realizam-se ainda dois momentos denominados como Follow Up, após 3 e 6 meses da data da última sessão. Em formato individual, mantem a duração de 2 horas semanais e as 8 sessões, assim como a dinamização em dupla.

No concelho de Sines foram dinamizados os três programas em formato grupal, com participantes dos concelhos de Sines e Santiago do Cacem num total de 19 pais, dos quais 10 pertencem ao concelho de Sines. Por consequência, foram intervencionadas 17 crianças e\ou jovens. Os respetivos programas e\ou os princípios fundamentais destes, foram aplicados em formato individual na intervenção específica do CAFAP no âmbito dos seus processos.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sines (CPCJS)

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sines iniciou as suas funções em 29 de março de 2004 (Instalada pela Portaria nº 643/2004, de 16 de junho). A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponha em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo (Alínea 1, Art.º 3º, Lei de Proteção).

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são instituições oficiais não judiciárias que visam promover os direitos das crianças e dos jovens, e prevenir situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Estas comissões regem-se pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que tem como última versão a lei n.º 23/2023 de 25 de maio. A intervenção rege-se, entre outros, pelo princípio do interesse superior da criança e do jovem.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sines é composta por uma comissão alargada e por uma comissão restrita.

A Comissão Restrita é composta sempre por um número ímpar, nunca inferior a cinco, dos membros que integram a comissão alargada. São por inerência, membros da comissão restrita,

a/o presidente e representantes do município, segurança social e ministérios da Educação e da Saúde. Os restantes membros são um/uma representante de IPSS e técnicos/as cooptados/as.

A Comissão Alargada é constituída por:

- representantes do Município,
- Segurança social,
- Ministério da Educação,
- Ministério da Saúde,
- IPSS ou ONGs com respostas sociais relevantes,
- organismo público competente em matéria de emprego e formação profissional,
- associações de pais,
- associações ou outras organizações privadas que desenvolvam atividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens,
- associações de jovens,
- forças de segurança (dependentes do Ministério da Administração Interna),
- quatro pessoas designadas pela assembleia municipal de entre cidadãos eleitores
- técnicos/as cooptados/as pela comissão.

Relativamente aos dados, em setembro de 2024:

Tabela 21: Tipologia de Casos acompanhados pela CPCJ de Sines e Setembro de 2024

Tipologia	Nº de casos
Negligência	16
Jovem que assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada	18
Bullying	1
Exposição A Comportamentos Que Possam Comprometer O Bem Estar E Desenvolvimento Da Criança	5
Abuso Sexual	1
Maus Tratos	10

Violência Doméstica	18
Absentismo Escolar	8
Ausência Permanente De Suporte Familiar	1
Abandono Escolar	0
Total	78

Fonte: CPCJ de Sines

As tipologias com maior número de processos ativos são: 1ª - jovem que assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (18 casos); 1ª Violência Doméstica (18 casos) e, em 2º, Negligência (16 casos).

Lar de Crianças e Jovens em Risco - A Âncora

Este Lar, é uma resposta social da Santa Casa da Misericórdia de Sines, que foi criada com o objetivo de assegurar acolhimento a crianças do sexo masculino que se encontrem em situações de risco.

Pretende dar resposta preferencialmente a pedidos da Zona Sul, nomeadamente os Concelhos de Sines, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal e Grândola, bem como a nível distrital, podendo eventualmente, caso haja vaga, responder a outras solicitações a nível nacional.

A par do trabalho institucional, esta resposta desenvolve parcerias e projetos com outras entidades da comunidade, a fim de proporcionar uma boa integração social às crianças e jovens.

Para além de integrarem os diferentes graus de ensino, os meninos praticam diversas atividades desportivas, nas associações e clubes locais, envolvem-se na vida cultural da cidade e em atividades sociais e comunitárias.

Em outubro de 2024, encontram-se institucionalizadas no Lar, 14 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 7 e os 19 anos de idade. A instituição tem capacidade para 18 menores, correspondendo duas vagas à unidade de emergência.

Entre Nós

O Entre Nós é promovido pelo município de Sines e funciona nas instalações do antigo centro de saúde. É um projeto direcionado a crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos de idade,

Financiamento:



Intermediário:



residentes no Concelho de Sines, que tem vindo a desenvolver junto dos participantes uma intervenção no que concerne à promoção do sucesso escolar, no desenvolvimento de competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivos, ao desenvolvimento de competências na área das TIC, bem como, no desenvolvimento de competências desportivas e /ou artísticas e/ou culturais, na promoção de hábitos de saúde e/ou vida saudáveis e na participação cívica e/ou associativa e/ou comunitária. Durante os períodos de interrupções letivas, o projeto assume, também, uma elevada importância, na medida em que promove a ocupação de tempos livres das crianças e jovens, com atividades que proporcionam práticas saudáveis quer para a saúde física, quer para a saúde mental, fomentando atividades de contato com a natureza e diversas dinâmicas de socialização, deixando de fora o uso de ecrãs. Em setembro de 2024 existe um total de 62 inscritos, sendo que 35 são participantes com assiduidade bastante regular.

ATIVIDADES

- Gabinete de atendimento: atendimento a encarregados de educação, participantes, docentes e/ou outros para encaminhamento de assuntos diversos.
- Saber +: Apoio ao estudo, elaboração de trabalhos escolares, apoio na preparação para testes.
- Espaço CID (Centro de Inclusão Digital): atividade direcionada para a questão da literacia digital, onde os participantes terão oportunidade de adquirir ou reforçar aprendizagens relacionadas com as novas tecnologias, desde o manuseamento básico de um computador, aos programas do office (word, Excel, Power Point), visualização e envio de e-mails, anexar documentos e/ou imagens, manuseamento de outras plataformas digitais de elevada importância para o sucesso escolar como Classroom, Zoom, Teams, entre outras.
- Hora SHA (Saúde, Higiene e Alimentação): esta atividade visa fomentar e reforçar a importância dos cuidados de saúde que devemos adotar, bem como, os cuidados básicos de higiene quer com o nosso corpo, quer com vestuário e em casa e aborda, também, a importância de uma alimentação variada e saudável, bem como, a prática de exercício físico.
- Expressões Artísticas: esta atividade visa explorar as mais diversas formas de expressão artística desde a dança, ao teatro, à pintura, ao desenho, à fotografia e à escrita
- I+: na atividade I+ refletimos sobre temas que nos remetem para as questões da igualdade e da importância do respeito pelo próximo; abordamos os mais diversos

temas desde o racismo, à xenofobia, homossexualidade, bullying, cyberbullying, body shaming, diferentes tipos de família, entre outros.

- Participa +: esta atividade tem como principal objetivo sensibilizar os participantes para questões de solidariedade e voluntariado; sobre a importância em ajudarmos o outro, de olharmos para o próximo e não nos focarmos apenas em nós. Para além de ações de sensibilização junto dos participantes, tentamos que os mesmos experienciem o voluntariado, envolvendo-os, por exemplo, em ações de angariação da Liga Portuguesa Contra o Cancro, nas campanhas promovidas pela ONG Helpo, em ações do Litoral Alentejano Solidário, entre outras.
- Mexe-te: promoção da atividade física, das mais diversas formas – jogos de rua, futebol com equipas mistas, jogos tradicionais, basquete, caminhadas, dia sobre rodas, entre outras.
- Entre Nós: atividade de caráter mais lúdico que visa promover o convívio e coesão entre os participantes do projeto, através das mais diversas atividades, desde jogos de matraquilhos, a jogos de tabuleiro, jogos de cultura geral, dinâmicas de grupo, sessões de cinema, entre outros.

Equipa Local de Intervenção Precoce

A Intervenção Precoce de Sines é uma resposta social da Cercisiago, que corresponde a um "conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na sua família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social. A Equipa atua com crianças dos 0 aos 6 anos e respetivas famílias, que apresentem alterações nas funções do corpo e/ou risco grave de atraso de desenvolvimento" (DL 281/2019).

A Equipa é constituída por 3 Docentes, 1 Terapeuta da Fala, 1 Técnica de Serviço Social, 1 Psicóloga, 1 Terapeuta Ocupacional e 1 Enfermeira.

A Equipa Local de Intervenção (ELI) de Sines, tem protocolo para acompanhar 55 crianças e as suas famílias no referido concelho. No entanto, entre janeiro e outubro de 2024, a ELI de Sines acompanhou 95 crianças e as suas famílias, sendo a metodologia de intervenção a seguinte: 4 crianças apoiadas em domicílio, 7 crianças apoiadas em contexto educativo e 84 crianças apoiadas em regime misto (contexto educativo, domicílio, espaços da ELI). Além dos casos acompanhados, em outubro de 2024 existem mais 14 processos em fase inicial (primeiros

contactos, avaliação para a elegibilidade e a aguardar o início do acompanhamento), o que perfaz um total de 108 crianças abrangidas pelo SNIPI.

A maioria das famílias acompanhadas integram a tipologia de casal com filhos. Das crianças acompanhadas pela ELI de Sines, no período de janeiro a outubro de 2024, verifica-se uma maior incidência de elegibilidade por Atraso de Desenvolvimento Sem Etiologia Conhecida, nomeadamente na área Linguagem e Comunicação, seguido do Motor e do Cognitivo. É de salientar que, das crianças acompanhadas, a equipa presta apoio a 10 crianças em Porto Covo, 1 no Paiol e 2 no Casoto.

Comparativamente ao ano de 2023, a 31 de dezembro do referido ano, a ELI de Sines estava a acompanhar 105 crianças e 99 famílias. Além destes casos acompanhados, existiam ainda 8 crianças em processo inicial (primeiros contactos, avaliação para a elegibilidade e a aguardar o início do acompanhamento), o que perfaz um total de 113 crianças abrangidas pelo SNIPI.

É de realçar que, até ao momento (outubro 2024), a equipa já acompanhou 109 crianças, sendo que se prevê que até ao final do ano de 2024, este número seja ainda mais elevado do que o ano de 2023, uma vez que ainda faltam 2 meses para terminar o ano civil.

A ELI de Sines em março de 2024 organizou o Encontro Local de Equipas de Intervenção Precoce do Alentejo Litoral e no dia 11 de novembro foi inaugurada a Sala de Brincadeiras Sensoriais no Edifício das Piscinas Municipais de Sines.

Ocupacita

O programa Ocupacita, promovido pela Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém, é um espaço lúdico pedagógico, direcionado para as crianças e jovens imigrantes e descendentes, com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos. Este espaço tem como intuito estimular as crianças e jovens a diversos níveis, trabalhando questões da identidade, encorajando à criação de hábitos saudáveis, autónomos e confiantes, criando assim oportunidades para o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e capacidades, para que no futuro façam as melhores escolhas.

Este programa socioeducativo, complementa as competências, com as atividades que promove, Sala de Estudo, onde trabalham os seus hábitos de aprendizagem para os seus percursos académicos, querendo assim promover a educação contínua; o espaço Mediateca na qual os

Financiamento:



Intermediário:

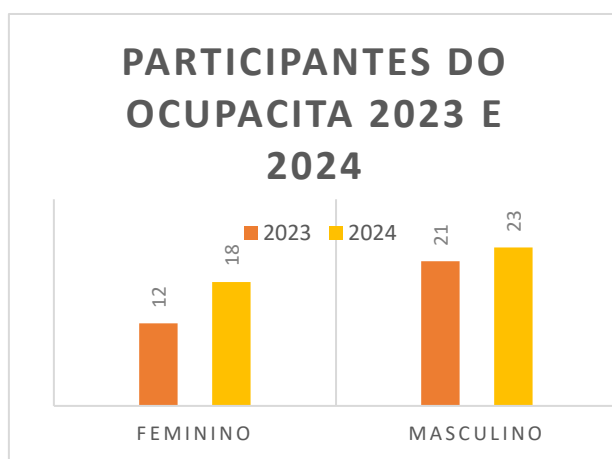


participantes têm acesso às tecnologias e trabalham os seus conhecimentos e capacidades digitais; espaço OTL (Ocupação de Tempos Livres), que funciona durante as pausas e férias letivas, no qual têm a oportunidade de experimentar diversas atividades lúdicas e interativas.

Este espaço executa anualmente vários projetos com o IPDJ- Instituto Português do Desporto e da Juventude, através de programas de OTL – curta duração, longa duração e Geração Z, entre outros.

O Ocupacita funciona nas instalações da Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém no Bairro Amílcar Cabral.

Gráfico 17: Participantes do Ocupacita em 2023 e 2024



Fonte: Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém

Total de participantes em 2023: 33

Total de participantes em 2024: 42

Em setembro de 2024, por força da falta de financiamento, a Associação teve que encerrar temporariamente este apoio.

GNR – Escola Segura

A Escola Segura é um programa da iniciativa do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Educação. Face a esta iniciativa a Guarda Nacional Republicana atribui aos NPE uma missão específica, visando no geral:

Financiamento:



Intermediário:



- Garantir as condições de segurança da população escolar;
- Promover comportamentos de segurança junto da população escolar.

A Secção de Prevenção Criminal - Escola Segura do Destacamento Territorial da GNR em Santiago do Cacém tem como objetivo contribuir para criar e garantir condições de segurança abrangendo em especial os alunos, crianças, jovens e toda a comunidade escolar.

Este núcleo desenvolve desde 2000, vários programas educativos de Prevenção e Sensibilização sobre: Segurança Rodoviária, Segurança na Internet, Bullying e Cyberbullying, Dependências Aditivas entre outros, que possam ser solicitados por docentes no âmbito do currículo escolar ao longo do ano.

O grande objetivo é sensibilizar, educar e formar as crianças, alunos e jovens, para que se tornem mais conscientes, futuros condutores e cidadãos mais cívicos e responsáveis.

A Escola Segura tem também como objetivo através destas ações, abranger e sensibilizar os pais, para um relacionamento mais profundo, presente e ativo no contexto familiar, escolar e na segurança dos seus filhos.

Relativamente ao Plano de Atividades para o Ano Letivo 2024-2025, a Escola Segura apresentou as seguintes prioridades e temáticas:

Tabela 22: Plano de Atividades para o ano letivo 2024-2025 da Escola Segura

Temas	Objetivos	Público-Alvo
Crescer em Segurança	Sensibilizar e fomentar comportamentos de segurança	1º Ciclo
Segurança na Internet	Sensibilizar, moderar e responsabilizar a utilização de internet	Todos os alunos e encarregados de educação/pais
Bullying e Cyberbullying	Sensibilizar e responsabilizar a violência continuada no seio da comunidade escolar	1º, 2º e 3º Ciclo e encarregados de educação/pais
Dependências Aditivas	Sensibilizar e prevenir os perigos associados ao consumo de álcool, tabaco e drogas.	2º, 3º Ciclo e Secundárias e encarregados de educação/pais

Sinistralidade e prevenção rodoviária	Sensibilizar e fomentar comportamentos de segurança, diminuindo a vulnerabilidade das crianças	2º, 3º Ciclo e Secundárias e encarregados de educação/pais
Violência no Namoro	Sensibilizar e responsabilizar para a violência doméstica e suas consequências	Secundárias

Fonte: GNR Escola Segura

Tabela 23: Resumo ações dadas pela GNR - SPC em Escolas do Concelho Sines

TEMÁTICAS	NÚMERO DE ALUNOS						
	Pré-escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	ETLA /CENFIM	Total
Direitos Humanos		16				50	66
Programa Escola Segura (dar a conhecer a GNR)	108	14					122
Propriedade Intelectual		36		22			58
Spring Break					81		81
Prev. comp. aditivos c/substância				18		57	75
Violência Domestica /Namoro				93	58		151
Segurança rodoviária e mobilidade	117	1035			14	124	1290
Crescer em Segurança (seg. em Casa e na rua)		157					157
Segurança na Internet		216	135	81			432
Bullying / Cyberbullying	11	261	182	126	67		647

TOTAL	236	1735	317	340	220	231	3079
--------------	------------	-------------	------------	------------	------------	------------	-------------

Fonte: GNR Escola Segura

6.1.4. Respostas Sociais na área da Pobreza e Exclusão Social

Privação Material

Privação Material faz parte do Programa de Emergência Alimentar e é financiado pelo Pessoas 2030 e pelo Instituto da Segurança Social e visa apoiar a distribuição direta às pessoas carenciadas, de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas.

A Santa Casa da Misericórdia de Sines é a entidade Coordenadora e Mediadora do território Sines/Santiago do Cacém, abrangendo 528 beneficiários. As entidades que fazem parte do consórcio são: Santa Casa da Misericórdia de Sines (190 beneficiários), Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria (170 beneficiários), Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém (88 beneficiários), Casa do Povo de Cercal do Alentejo (28 beneficiários), Casa do Povo de São Domingos (20 beneficiários), Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas-Sado (18 beneficiários) e Casa do Povo de Alvalade (14 beneficiários).

O programa consiste essencialmente na distribuição de cabazes com géneros alimentares às famílias mais carenciadas do Concelhos de Sines e Santiago do Cacém, mas também na realização de medidas de acompanhamento, isto é, ações de informação e sensibilização que permitam capacitar os beneficiários deste programa na seleção dos géneros alimentares, na prevenção do desperdício e na otimização da gestão do orçamento familiar.

O Programa Privação Material pretende diminuir as situações de vulnerabilidade, assegurar as necessidades básicas, impulsionando o bem-estar das famílias mais carenciadas colmatando os efeitos de pobreza e reforçando a coesão social.

Cantina Social da Santa Casa da Misericórdia

Financiamento:



Intermediário:



A Cantina Social da Misericórdia de Sines pertence ao Programa de Emergência Alimentar e funciona, desde novembro de 2012, como forma de apoiar situações de carência alimentar urgentes. Este serviço consiste na disponibilização de refeições a indivíduos ou famílias carenciadas, de forma gratuita ou mediante o pagamento de um valor simbólico que pode ir, no máximo, até 1 euro por refeição. As refeições são disponibilizadas para consumo no domicílio dos beneficiários.

Podem beneficiar da Cantina Social idosos com baixos rendimentos, famílias expostas ao fenómeno do desemprego ou com filhos a cargo e pessoas com deficiência ou com dificuldade em ingressar no mercado de trabalho. Tem capacidade para 20 utentes.

Banco Alimentar da Caritas

A Caritas apoia através da distribuição de géneros alimentares ou outros bens a famílias carenciadas do Concelho de Sines provenientes do Banco Alimentar e de pessoas particulares.

O Banco Alimentar Contra a Fome pertence ao Programa de Emergência Alimentar e tem como missão lutar contra o desperdício de produtos alimentares, encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas carenciadas.

Atualmente, as famílias, dirigem-se à Caritas, para levantar o seu cabaz de alimentos, de quinze em quinze dias.

Em Outubro de 2024, a Caritas apoiava cerca de 64 famílias, 218 pessoas. Destas, 99 são crianças entre os 0 aos 17anos. A equipa é constituída por 5 voluntárias e 2 voluntários da Caritas Paroquial de Sines.

Litoral Alentejano Solidário

A Cooperativa de Solidariedade Social Litoral Alentejano Solidário, criada em 2017 para apoiar as vítimas dos grandes incêndios em Portugal, disponibiliza apoio alimentar dentro do concelho, a 81 pessoas em setembro de 2024.

Outros apoios realizados:

- Doações de vestuário para crianças e adultos, enxovais para bebés, equipamentos materno-infantis e de geriatria.
- Também ao nível de mobiliário e eletrodomésticos recebemos doações que encaminhamos diretamente para famílias carenciadas.

Em Setembro de 2024, o LAS tinha dado resposta a 436 pedidos de apoio neste âmbito.

Financiamento:



Intermediário:



Ações realizadas:

Participam nos eventos por forma a angariar fundos - Feira de Natal, Arraial dos Santos Populares -, bem como em iniciativas de carácter social e/ou de cooperação com iniciativas do Município tais como a Festa do Dia da Criança, Consórcio Entre Nós, a título de exemplo.

Continuam a apoiar situações fora do concelho de Sines quando as mesmas se justifiquem e possam corresponder sendo que no corrente ano enviaram apoio para as escolas afetadas pelos incêndios na Madeira (material de desenho e pintura) e enviaram apoio para as famílias desalojadas nos incêndios no centro do país neste mês de setembro.

No município de Sines, em Outubro de 2024, a Ajuda Alimentar é prestada a 509 pessoas.

	Setembro 2024
Privação Material	190
Cantina Social	20
Banco Alimentar	218
Cooperativa LAS	81
Total	509

Estas entidades fazem parte do grupo de trabalho da Rede Social sobre o tema “Alimentar=Desafios”, bem como o CAFAP e a GNR, criado durante a Pandemia para articular as respostas existentes no território, uma vez que dispararam os pedidos de apoio por parte da população.

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

O SAAS é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

O serviço é coordenado pela Câmara Municipal de Sines e executado pela Santa Casa da Misericórdia de Sines desde 1 março 2023.

Objetivos:

- Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequados a cada situação;
- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;

Financiamento:



Intermediário:



- Prevenir situações de pobreza e de exclusão social;
- Contribuir para a aquisição e fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;
- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Nº de utentes apoiados – 273 Famílias.

Nº de atendimentos – 1942.

Tipos de problemáticas: Desemprego e precariedade laboral; Pobreza e exclusão social; Acesso à habitação; sem-abrigo; consumos de álcool e substâncias ilícitas; Saúde mental; Imigração e integração; Educação; Violência doméstica; Desigualdade social.

Outros indicadores relevantes: aumento dos casos de população em situação de sem-abrigo e de pedidos de habitação social.

Município de Sines – RSI

O Rendimento Social de Inserção (RSI) consiste numa prestação incluída no Subsistema de Solidariedade, que visa “proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema.”

O RSI combina uma prestação mensal em dinheiro, para assegurar a satisfação das necessidades mínimas dos indivíduos e um programa de inserção, para integração social e profissional dos mesmos.

Prevendo-se a existência de um processo de aprendizagem, qualificação e o respetivo exercício de competências, o enquadramento legal do RSI criou os Núcleos Locais de Inserção (NLI), que se constituem como estruturas operativas locais e funcionam com um conjunto de profissionais de diferentes áreas (Segurança Social, Educação, Saúde, Emprego, Autarquias, etc.).

Equipa de Visitadores da Caritas

Financiamento:



Intermediário:



A Caritas Paroquial de Sines / Paróquia de Sines, dinamiza uma Equipa de Visitadores - voluntários que, semanalmente vão, dois a dois, visitar pessoas isoladas, idosas, doentes ou sós, procurando estabelecer um relacionamento afetivo e efetivo, levando aquilo que todos podemos dar: ternura, amor, carinho e atenção, a quem é visitado.

A Equipa dos Voluntários – Visitadores, é composta por nove pessoas de Boa Vontade.

Neste momento, as pessoas visitadas, em suas casas, são dez.

Durante a pandemia, a visita era realizada por via telefónica, procurando manter sempre a proximidade com quem precisa.

Depois da pandemia diminuíram as pessoas a serem visitadas e a equipa de visitadores também.

Este trabalho é realizado juntamente com o Centro de Saúde de Sines, na pessoa da Enfermeira da comunidade. Em conjunto selecionam quem são as pessoas que estão ou doentes ou sós e precisam ou querem a visita.

Esta Equipa reúne mensalmente para refletir, partilhar, avaliar, programar.

Há pessoas visitadas, por esta equipa, desde a ZIL II até ao Bairro marítimo. Também já visitaram famílias no campo.

Esta equipa funciona – visitando e reunindo - com regularidade, desde 2011.

Loja Social da Santa Casa da Misericórdia de Sines

A Loja Social “Sines Stock” é uma resposta que visa colmatar necessidades das famílias carenciadas do Concelho de Sines, através da concessão de bens, com o objetivo de suprir necessidades materiais imediatas de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da recolha e disponibilização de bens usados ou novos, doados por particulares, empresas, ou outras entidades.

A Loja Social da Santa Casa da Misericórdia de Sines promove tranquilidade e bem-estar a todos os elementos do agregado familiar. Ao mesmo tempo que disponibiliza diferentes produtos proporcionando uma maior coesão no agregado familiar. A Loja Social tem também como objetivo fomentar a responsabilidade social do tecido empresarial de Sines, possibilitando que as empresas e o comércio constituam um elo de ligação mais próximo com a população.

São apoiados cerca de 60 agregados familiares.

Financiamento:



Intermediário:



Gabinete de Apoio Comunitário da Associação Cabo Verdeana

O Gabinete de Apoio Comunitário tem principal objetivo auxiliar indivíduos e famílias que se encontrem em situações de exclusão social, através de parcerias com outros serviços sociais da região, como o NLI, CPCJ, SAAS, CLDS, entre outros, com o intuito de criar um sistema que possibilita sinalizar as problemáticas, oferecendo assim respostas mais eficazes. Realiza visitas domiciliárias e apoia os utentes na mediação com entidades externas como o Hospital, Centros de Saúde, Segurança Social, GNR, entre outros.

Recebe doações e realiza campanhas de angariação de artigos, tais como, produtos de higiene e limpeza, roupa e outros bens essenciais que, posteriormente, são entregues a famílias em situações vulneráveis.

Cartão Social do Município

O Cartão Social do Município de Sines é uma medida social criada pela autarquia com a finalidade de melhorar as condições de vida e a inserção social dos agregados familiares que vivam em situações de carência socioeconómica, permitindo-lhes beneficiar de descontos nos serviços prestados pela autarquia.

Podem beneficiar do cartão social, todos os cidadãos maiores de 18 anos recenseados e residentes no concelho de Sines que, vivendo sozinhos, auferam rendimentos iguais ou inferiores à pensão social do regime não contributivo da segurança social em vigor para o ano a que respeita o cartão, ou que, integrando um agregado familiar, os rendimentos per capita não ultrapassem aquele valor.

Os principais benefícios do cartão são:

- Reduções em taxas de serviços municipais diversos
- Reduções em taxas de documentação variada - Isenção e/ou redução de taxas de processos de habitação
- Redução em taxas de registo de viaturas
- Isenção da taxa de estacionamento reservado a deficientes.
- Acesso gratuito às iniciativas de caráter cultural, desportivo e recreativo de iniciativa da Câmara.

O presente regulamento está em fase de alteração. Em outubro de 2024 existem 6 cartões Sociais ativos.

5.2. Envelhecimento

5.2.1. Principais prestações sociais na área do Envelhecimento

Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à Pensão de Velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 4 meses e residentes em Portugal. Em Sines, no ano de 2023, beneficiaram deste apoio 207 pessoas, menos 10 do que em 2022.

Tabela 24: Beneficiários/As Do Csi Por Sexo E Escalão Etário

Escalão Etário	Fem	Masc	Dez23	Dez22	Dez21
Total	157	50	207	217	212
65 a 69 anos	22	11	33	20	12
70 a 74 anos	31	11	42	44	47
75 a 79 anos	31	10	41	42	37
80 a 84 anos	29	6	35	43	50
85 ou mais anos	44	12	56	68	66

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Pensionistas

- Pensão Invalidez: É um valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de Segurança Social nas situações de incapacidade permanente para o trabalho. Considera-se invalidez toda a situação incapacitante, de causa não profissional, que determine incapacidade permanente para o trabalho. Em 2023, verificaram-se 160 beneficiários da pensão de invalidez, menos três do que em 2022.
- Pensão de Velhice: A Pensão de Velhice é um valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de Segurança Social, na situação de velhice, substituindo as remunerações de trabalho. Em Sines, registaram-se 2738 pessoas com este tipo de pensão, mais 127 do que em 2022.
- Pensão de Sobrevivência: A Pensão de Sobrevivência é um valor pago mensalmente, destinado a compensar os familiares do beneficiário da perda de rendimentos de

trabalho resultante da morte deste. Verificaram-se um total de 998 beneficiários deste tipo de pensão, mais 20 do que em 2022.

- d) Pensão Social de Velhice: É um valor pago mensalmente às pessoas, a partir da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social. Em 2023 verificaram-se um total de 38 pensionistas dos quais 30 do género feminino e 8 do masculino.

Tabela 25: Nº Total De Pensionistas Por Tipo De Pensão

	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
2023	160	2738	998
2022	163	2611	978
2021	189	3146	1255

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Tabela 26: Nº De Pensionistas Por Sexo – Pensão Social

	Feminino	Masculino	Total
2023	30	8	38
2022	26	7	33
2021	29	7	36

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

5.2.2. Respostas sociais na área do Envelhecimento

Espaços Seniores

O concelho de Sines tem neste momento quatro espaços de convívio para a população mais velha, Espaços Seniores, promovidos pelo Município de Sines. As frequências são gratuitas, basta ser realizada uma inscrição com recurso ao cartão de cidadão.

Estes espaços têm como objetivo: promover e estimular as relações entre os utentes, com outras gerações e comunidade em geral como forma de combater o isolamento; contribuir para a manutenção do idoso no seu meio; colaborar para o estabelecimento ou retardamento do processo de envelhecimento, e sedentarismo, mantendo e/ou desenvolvendo as capacidades existentes através da realização de atividades de carácter físico, cognitivo, lúdico e comunitário.

Nº de Trabalhadores/as – 6 (4 assistentes operacionais, 1 assistente técnica, 1 Técnica superior a 50%)

- O Espaço Sénior do Jardim das Descobertas foi criado no dia 18 de agosto de 2001, localiza-se na Av. General Humberto Delgado, Jardim das Descobertas em Sines e tem cerca de 45 utentes e 3 voluntários.
- O Espaço sénior do Br. 1.º de Maio foi criado no dia 18 de setembro de 2005 e localiza-se no Bairro 1.º de Maio, e tem cerca de 48 utentes e 2 voluntário.
- O Espaço Sénior do Bairro Marítimo foi inaugurado no dia 30 de maio de 2009 localiza-se no Largo João Carlos da Silva Raposo Almeida, tem 40 utentes com uma média diária de 24 utentes e 2 voluntários.
- O Espaço sénior de Porto Covo foi inaugurado no dia 1 de setembro de 2013 e localiza-se na Antiga Escola Básica de Porto Covo, Estrada Municipal 554 em Porto Covo, tem cerca de 21 utentes com uma média diária de 10 utentes e 2 voluntários.

Atividades Desenvolvidas:

- Com frequência são realizados passeios e proporcionadas visitas guiadas a museus, exposições, comemorações de efemérides (comemorações de santos populares – Mastro), são realizados jogos cognitivos, torneios, encontros Inter-geracionais, complementando com a oferta regular de inúmeras atividades realizadas por outros serviços internos, tais como a cultura, desporto, educação, turismo e património.
- São efetuadas parcerias frequentes com outras instituições, tais como: GNR, Associação Missão Coragem (apoio cancro de mama), Associação Prosas (universidade sénior), Escolas, entre outras.
- Têm colaborado em programas de voluntariado:

“É tempo de dar” – promovido pela Associação Coração Delta de Campo Maior que se destina à recolha de produtos de higiene, para entrega a idosos referenciados com carência económica;

Banco do Bebê – projeto sediado na Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa em que os utentes entregaram peças de roupa tricotadas pelas nossas avós, entre outras;

“Bota Maior do Mundo em rosetas”, em Monchique, realização de rosetas para oferta à associação espiral de Vontades de Monchique - candidatura ao Guinness world record;

"Dress a Girl Around the World Portugal" na confeção e oferta de vestidos, calções e cuecas de algodão para serem doados a crianças de países carenciados;

Atelier de pintura a óleo que tem decorrido no ES do Br. Marítimo dinamizado por uma voluntária.

Os quatro Espaços Sêniores municipais encontram-se inscritos como centros de capacitação digital - Projeto Eu sou digital, programa de capacitação digital de adultos, inserido no programa do governo “ Plano de Ação para a transição digital”.

No sentido de auxiliar o cumprimento de aquisição de competências digitais básicas, através da aprendizagem de utilização da internet, criação e utilização de um correio eletrónico, criação de perfil nas redes sociais e navegar em segurança na internet.

Todos os espaços dispõem de uma sala de estar, jogos, televisão, serviço de bar e pequena biblioteca com jornais e revistas atualizados. Os aniversários dos Espaços são comemorados anualmente com festas e bailes populares.

A Gralha

A Associação para o Desenvolvimento do Porto Covo – A Gralha, atualmente, conta com um total de 24 utentes, num serviço de segunda-feira a sábado.

O Centro de Dia é uma resposta social que contribui para a valorização pessoal oferecendo ainda os cuidados de higiene básicos e a facilitação de atividades socioculturais e recreativas.

São objetivos do Centro de dia “A Associação para o Desenvolvimento do Porto Covo – A Gralha”:

- a) Minimizar as carências sentidas;
- b) Promover experiências de carácter sociocultural;
- c) Potencializar a motricidade bem como a cognição;
- d) Provocar a socialização e partilha de histórias.

Equipa Atual: O número total de colaboradores é de 9, sendo composto por 1 Diretora Técnica, 1 Educadora Social, 1 administrativa, 2 auxiliar de ação direta, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 cozinheira, 1 ajudante de cozinha e 1 engomadeira.

Atividades/ Eventos desenvolvidos:

Financiamento:



Intermediário:



- Dentro da Instituição, fazem semanalmente, atividades de estimulação cognitiva, atividades motoras e saídas ao exterior.
- No que toca a atividades em que têm participado atividades da Câmara Municipal de Sines (Mês Sénior, Desporto Sénior, entre outras) e em eventos comunitários em Porto Côvo (São Martinho, Feira de Natal).
- Também participam no NLI, CLAS e NE e na Rede Social.

Santa Casa da Misericórdia de Sines

- **ERPI - Estrutura Residencial para pessoas idosas**

Resposta social promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Sines, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos. Toda a estrutura é composta por três edifícios: Prats Sénior, Prats e Anexo I, que, no seu total, perfazem uma capacidade para 210 utentes.

A ERPI, destina-se a pessoas idosas; pessoas com deficiência ou que por outros impedimentos não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas; idosos dependentes que não possam praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das suas necessidades diárias, nomeadamente os atos relativos a cuidados de higiene pessoal, uso de instalações sanitárias, alimentação, vestuário e locomoção; idosos necessitados de cuidados específicos de recuperação ou saúde, com carácter permanente.

Tendo sempre em conta que a instituição não substitui o seu próprio lar ou família, estabelece-se como objetivos específicos:

- a) proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática do idoso, contribuindo para a satisfação das suas necessidades básicas e qualidade de vida;
- b) desenvolver os apoios necessários às famílias dos idosos de modo a fortalecer a relação inter-familiar;
- c) promover a integração adequada deste equipamento na comunidade;
- d) reunir condições para o desenvolvimento das várias atividades específicas, num ambiente de conforto e respeitando a individualidade, privacidade e independência do idoso.

A estrutura possui uma equipa multidisciplinar, composta por: Médico, Enfermeiros, Assistente Social, Socióloga, Psicólogos, Educadora Social, Terapeuta Ocupacional, Gestora, Engenheiro de

Financiamento:



Intermediário:



Informática, Técnica de Recursos Humanos, Administrativos, Contabilistas, Encarregadas de Sector, Auxiliares de Ação Médica, Ajudantes de Lar, Cozinheiras, Ajudantes de Cozinha, Lavadeiras, Costureiras, Motoristas e Trabalhadores de Serviços Gerais.

- **Centro de Dia**

O Centro de Dia é uma resposta social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção no seu meio social e familiar, das pessoas com 65 e mais anos, que precisem dos serviços prestados pelo Centro de Dia. Inaugurado a 14 de julho de 1998, o Centro de Dia tem capacidade para receber 20 utentes.

São objetivos dos centros de dia:

- a) Assegurar a prestação de cuidados e serviços adequados à satisfação das necessidades e expectativas do utilizador
- b) Prevenir situações de dependência e promover a autonomia
- c) Promover as relações pessoais e entre as gerações
- d) Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida
- e) Contribuir para retardar ou evitar ao máximo o internamento em instituições
- f) Promover estratégias de desenvolvimento da autoestima, da autonomia, da funcionalidade e da independência pessoal e social do utilizador.

O Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Sines assegura entre outros os seguintes serviços: refeições (pequeno-almoço, almoço e lanche); Convívio/Ocupação; Cuidados de Higiene e Passeios Organizados.

- **Centro de Convívio**

O Centro de Convívio (CC) é um espaço de promoção do envelhecimento ativo e saudável, que integra pessoas com mais de 65 anos ou que estejam reformadas, coloca à disposição dos idosos os meios e a assistência necessárias para desenvolver e valorizar capacidades, despertar interesses individuais, estimular a comunicação e a criatividade, promover ações de grupo, criando e dinamizando regularmente atividades culturais, formativas e de convívio. Pretende-

se, também, fomentar as relações intergeracionais, a partir da realização de atividades mensais em parceria com entidades locais.

Objetivos gerais do CC:

- Desenvolver serviços e atividades adequadas ao bem-estar das pessoas idosas;
- Contribuir para o desenvolvimento saudável do processo de envelhecimento e sua aceitação;
- Promover e estimular relações adequadas entre os idosos e as famílias;
- Apoiar os idosos na gestão dos seus rendimentos;
- Promover as relações intergeracionais;
- Facilitar a relação dos idosos com a Paróquia e contribuir para o seu crescimento espiritual.

Serviço de Apoio Domiciliário

A Santa Casa da Misericórdia de Sines criou, em 1988, o Serviço de Apoio Domiciliário como resposta social. Este serviço presta cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias, quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

É objetivo do S.A.D., contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias, prevenir situações de dependência e promover autonomias, contribuindo, assim, para retardar ou evitar a institucionalização e prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos utentes e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar.

A ação do S.A.D. estende-se a todo o Concelho de Sines e assegura a prestação dos seguintes serviços: Alimentação (distribuição de refeições), que inclui almoço e jantar, diariamente (fins-de-semana e feriados). Cuidados de higiene e conforto pessoal (dias úteis). Manutenção de arrumos e limpeza no domicílio. Tratamento de roupas (passagem a ferro). O S.A.D. dá apoio a 88 utentes.

Associação PROSAS - Universidade Sénior

A Associação PROSAS, Projeto Sénior de Artes e Saberes de Sines é membro da RUTIS, Rede das Universidades da Terceira Idade, e oferece um conjunto de cursos e atividades concebidos para estimular a aprendizagem ao longo da vida das pessoas com mais de 55 anos, ou das pessoas

Financiamento:



Intermediário:



que se encontram em inatividade profissional e que estão sintonizadas com os objetivos da associação.

A PROSAS é uma Universidade Sénior, portanto funciona por anos letivos. Os dados referentes ao ano letivo 2023/2024 são os seguintes:

- Sócios no ativo (pagantes) - 238
- Sócios em aulas – 150
- Presenças em aula/total - 5.650
- Número de professores - 18
- Número de disciplinas - 21

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Participação no dia da Mulher
- Participação no mês Sénior
- Passeio a Lisboa - GNR
- Passeio a Lourdes
- Ida ao Teatro Politeama ao "Laura Alves"
- Participação na festa de encerramento do Desporto é Vida
- Festa de encerramento do nosso ano letivo
- Almoço de final de ano letivo
- Participação na Feira de Natal do Município
- Almoço de Natal da Prosas
- Passeio a São Cucufate- Vidigueira
- Passeio a Arcos de Valdevez e Póvoa do Varzim
- Passeio a Escaroupim
- Palestra sobre Alterações Climáticas
- Palestra sobre deteção de AVC (organizada pelo Centro de Saúde)

- Palestra sobre Hipertensão Arterial (organizada pelo Centro de Saúde)
- Palestra Sobre burlas (organizada pela GNR)
- Participação nas comemorações do 25 de Abril / Festival Levante
- Participação no Carnaval de Sines
- Participação na inauguração das Tasquinhas
- Ida ao festival da Sopa da Pedra (Almeirim) no dia de Sines
- Ida à Ovideja nas comemorações dos 10 anos do Cante Alentejano.

5.3. Respostas na área Imigração

CLAIM

O Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes de Sines (CLAIM), funciona desde 4 de abril de 2003 na sede da Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém. Os CLAIM's são espaços de acolhimento, informação e apoio descentralizado, que visam ajudar a responder às questões e problemas que se colocam aos imigrantes, com capacidade de interação com estruturas locais, tendo como missão ir além da informação e apoiar o processo de acolhimento e integração de imigrantes a nível local.

Os CLAIM's existem para servir a comunidade em geral, procurando ajudar a encontrar respostas às várias questões que se lhes possam ser colocadas pela população imigrante. Os Gabinetes CLAIM encontram-se equipados com um posto multimédia, telefone de acesso à Linha SOS Imigrante e materiais informativos – é disponibilizado um conjunto de folhetos temáticos em várias línguas, com o objetivo de resumir os pontos-chave dos temas com maior relevância para imigrantes: lei do imigrante, guia de saúde para o imigrante, reagrupamento familiar, programa de retorno voluntário, educação, segurança social, questões sobre o trabalho, entre outros, bem como outros materiais promovidos pela AIMA.

Gráfico 18: Utentes do CLAIM em 2023

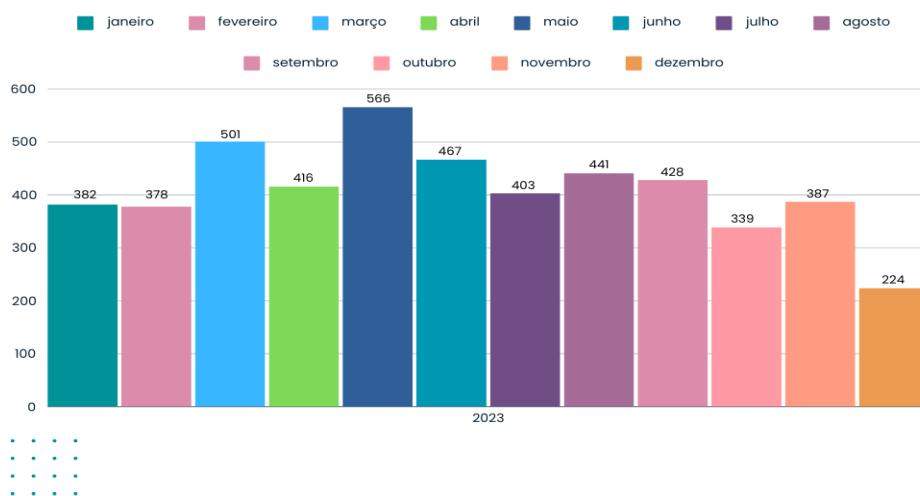
Financiamento:



Intermediário:



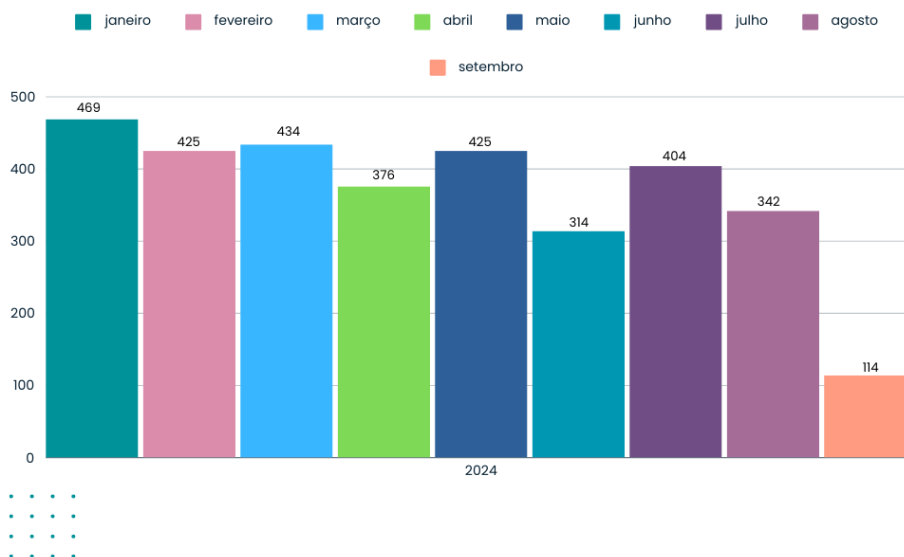
CLAIM 2023



Fonte: Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém

Gráfico 19: Utentes do CLAIM em 2024

CLAIM 2024



Fonte: Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém

A atividade do CLAIM encontra-se atualmente suspensa desde Setembro de 2024 por questões relacionadas com o financiamento da resposta.

(Com)Vivência Intercultural

O espaço (Com)Vivência Intercultural permite desenvolver atividades que promovem o diálogo intercultural, visando os valores como o respeito, a cidadania, a igualdade e a tolerância. Através de parcerias com os Municípios, o projeto implementa ações dentro e fora da instituição criando eventos como saraus, exposições, teatros, gastronomia, música, dança e convívios, promovendo assim um ambiente multicultural, trabalhando para uma maior consciencialização, aceitação e integração.

A educação intercultural nas escolas é também um dos pontos de foco do projeto, querendo assim alertar e sensibilizar a comunidade escolar para a importância da identidade cultural e da aceitação do outro.

Centro de Atendimento da Estrutura de Missão da Agência para a Integração, Migrações e Asilo

A Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém, acolhe desde o dia 12 de Dezembro de 2024 o Centro de Atendimento da Estrutura de Missão da Agência para a Integração, Migrações e Asilo em Sines em parceria com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P., (que substitui o SEF) e a Estrutura de Missão para a Recuperação de Processos Pendentes na AIMA.

A Estrutura de Missão para a Recuperação dos Processos Pendentes na AIMA foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2024, de 10 de julho, com a missão de, até ao dia 2 de junho de 2025, tramitar e concluir os processos de concessão e renovação de autorização de residência pendentes, no âmbito das competências da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. (AIMA, I. P.) cabendo-lhe, nomeadamente, operacionalizar o atendimento e recolha de dados biométricos dos cidadãos requerentes nos respetivos processos – al. b) do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2024.

Para prosseguir os objetivos subjacentes à sua criação nas melhores condições de qualidade, segurança e celeridade, a Estrutura de Missão promoverá uma operação de atendimento e recolha de dados biométricos necessários para prosseguir a instrução e decisão dos processos de regularização em território nacional que estão pendentes, a decorrer em vários pontos do país em centros de atendimento de maior dimensão, criados especificamente para o efeito em locais de maior afluência de população migrante.

O Centro de Atendimento da AIMA em Sines, conta com 44 mediadores e tem como objetivo dar cobertura à área do Alentejo, no qual através de agendamentos efetuados pela AIMA vão ter a possibilidade de regularizar a sua situação, resolvendo assim os processos de manifestações de interesse pendentes até 31 de maio de 2025.

Pretende-se chegar aos 400 atendimentos por dia, aumentando assim o fluxo de imigrantes a deslocarem-se à cidade de Sines e neste âmbito solicitamos o vosso apoio na divulgação junto dos serviços e uma maior articulação.

5.4. Respostas na área das pessoas com deficiência

A Cercisiago - Cooperativa de Educação e Reabilitação foi fundada a 22 de junho de 1978 por um grupo de pais e amigos de crianças e jovens portadores de deficiência. Desde então tem desempenhado um papel fundamental e inovador na reabilitação e integração social de crianças, jovens e adultos com deficiência, no litoral alentejano (concelhos de Sines, Santiago do Cacém e Odemira).

A cooperativa apoia, atualmente, 648 pessoas através de diversas respostas sociais: centro educativo, lares residenciais e residência para a autonomização e inclusão, formação profissional, centros de atividades e capacitação para a inclusão, centro de recursos local, centro de recursos para a inclusão, Intervenção Precoce. Tendo como missão proporcionar o bem-estar aos indivíduos portadores de deficiência e a sua integração social, a Cercisiago desenvolve atividades interdisciplinares que visam estimular os utentes nos âmbitos cognitivo, social e físico, auxiliando-os no desenvolvimento de projetos de vida. As intervenções são variadas, de acordo com o nível de deficiência.

CACI – Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão

Destinatários: Resposta adequada a todos os indivíduos com deficiência mental profunda/moderada ou multideficiência, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva.

Objetivos:

- Promover e maximizar o desenvolvimento da autonomia pessoal e social dos clientes;
- Valorizar as suas competências através do desenvolvimento de atividades estritamente ocupacionais e socialmente úteis;

Financiamento:



Intermediário:



- Potencializar a sua qualidade de vida, respeitando as características e necessidades individuais;
- Promover a integração sociofamiliar e comunitária.

Área de intervenção:

- Concelho de Santiago do Cacem, Sines e Odemira

Constituição da Equipa:

- Técnicas de Serviço Social
- Psicólogas
- Fisioterapeuta
- Técnico Superior de Educação Especial e Reabilitação
- Monitores de Atividades Ocupacionais
- Auxiliares de Atividades Ocupacionais

Número de pessoas apoiadas: 59 pessoas das quais 14 são munícipes de Sines.

Lar Residencial de Sines

A resposta Social Lar em Sines tem a acordo de Cooperação, celebrado com o Centro Distrital de Setúbal em abril de 2011. O Lar residencial apresenta uma tipologia com 14 quartos, individuais ou duplos bem como as várias áreas funcionais.

- O Lar pretende promover a melhoria das condições de vida e de ocupação e contribuir para o aumento do bem-estar e qualidade de vida, promovendo sempre o reforço de autoestima, da valorização e da autonomia pessoal e social. Privilegiamos e priorizamos a manutenção da autonomia das/dos residentes nas atividades de vida diárias.

- O objetivo é que se sintam no lar, como a sua casa, orientando sempre a nossa intervenção para responder às necessidades específicas de cada um, com uma articulação próxima com a família. Pretende-se ainda, privilegiar a participação/ interação com as famílias bem como com a comunidade promovendo a inclusão social.

Os serviços são prestados por uma Assistente social (Diretora técnica), psicóloga e auxiliares de ação direta.

Financiamento:



Intermediário:



No ano letivo 2024/25, esta resposta abrange 23 clientes jovens e adultos com deficiência mental, com idade igual ou superior aos 16 anos, dos quais 16 são munícipes de sines.

Residência para a Autonomização e Inclusão

A Cercisiago é inaugurada em maio de 2012, a Resposta Social Residência Autónoma para 5 pessoas com deficiência ligeira, que mediante apoio, possuem grandes níveis de autonomia.

De forma a sistematizar a intervenção e garantir que esta é realizada de forma holística é elaborado por toda a equipa e as residentes, um plano de desenvolvimento individual onde são reunidas as atividades a desenvolver em cada ano.

A intervenção realizada na Residência pretende desenvolver competências que permitam aos residentes realizar atividades de vida diária, apenas com supervisão.

As rotinas diárias passam por realizar tarefas relacionadas com a confeção da sua alimentação, bem como garantir a higiene habitacional e do tratamento de roupa.

Um dos maiores objetivos a atingir é a integração na comunidade e em mercado de trabalho, sempre tendo em conta as expectativas e competências, com vista à inclusão e à promoção da qualidade de vida.

É pretendido proporcionar um ambiente familiar e facilitador da promoção dos afetos, com vista a desenvolver o bem-estar biopsicossocial das residentes.

É pretendido garantir que exista uma verdadeira vivência familiar e afetiva pautada pelo respeito pela sua individualidade, privacidade e interesses, em que o diálogo, a compreensão e o respeito pelo ponto de vista do outro são as linhas orientadoras do nosso dia a dia.

Os serviços são prestados por uma Psicóloga (Diretora técnica), assistente social e auxiliares de ação direta.

Atualmente, dão resposta a 5 clientes, sendo 1 munícipe de sines.

5.5. Respostas na área da Violência Doméstica

(des)Igualdades – Serviço de Apoio à Vítima Estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica da Intervir.Com Associação

Financiamento:



Intermediário:



Surge em 2012 como resposta pioneira onde, ininterruptamente, opera como única estrutura de atendimento especializada em matéria de prevenção e intervenção com vítimas de crime de violência doméstica, certificada pela Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD).

Realiza a sua intervenção de forma descentralizada e itinerante ao nível do Alentejo Litoral, nos municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines. Abrange, ainda, o município de Odemira no que respeita à intervenção da Resposta de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens em contextos de violência doméstica, em parceria com a TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira por via de Protocolo de colaboração.

Rege-se pelo cumprimento do preconizado no Guia de Requisitos de Intervenção em Situações de Violência Doméstica e de Género (CIG, 2016) e no Decreto Regulamentar 02/2018, de 24 de janeiro, que regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento que integram a RNAVVD, de acordo com os objetivos definidos no artigo 18º. Cumpre, ainda, com as obrigações definidas no Protocolo para a Territorialização da RNAVVD (2016 e 2019), bem como com as orientações da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

Assegura o acompanhamento das vítimas de violência doméstica nas vertentes de atendimento psicossocial, informação jurídica e resposta de apoio psicológico para crianças e jovens; procede à avaliação e gestão do grau de risco e das necessidades sociais das vítimas, de forma a assegurar uma intervenção promotora da segurança ou o seu eventual reencaminhamento e acolhimento em condições de segurança; e, dinamiza ações de informação sobre a problemática da violência doméstica e de género, junto de públicos estratégicos a nível regional e local, em articulação, designadamente, com as escolas ou agrupamentos, organizações da sociedade civil, autarquias e empresas.

No âmbito das atividades de intervenção direta, e de acordo com o previsto no artigo 2º da Lei nº 112/2009, de 16 de setembro (regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas), realiza intervenção com pessoas que sofreram um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, diretamente causada por ação ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152.º do Código Penal.

A atividade de apoio psicossocial prevê uma intervenção pontual ou sistémica, face ao pedido de ajuda da vítima e dinâmica abusiva (plano individual intervenção). Tem como objetivos proceder à avaliação e gestão do risco; elaborar o plano de segurança; identificar necessidades sociais; assegurar uma intervenção promotora da segurança ou eventual encaminhamento e acolhimento; promover estabilização emocional e capacitação; atenuar impacto da violência; apoiar redefinição de um projeto de vida promotor da inserção social e autonomia, em segurança e dignidade; articular comas demais entidades que relevem para o processo de acompanhamento, encaminhamento e autonomização; entre outros.

A atividade de informação jurídica visa informar e esclarecer as vítimas sobre o crime e o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas (Lei nº 112/2009, 16 de setembro), e demais processos e ações inerentes a este contexto específico. Assim, objetiva facilitar o acesso ao direito através de um processo de advocacy, assegurando o conhecimento, o exercício e/ou a defesa dos seus direitos, permitindo às vítimas uma tomada de decisão mais informada e consciente quanto aos seus direitos e procedimentos legais. Mediante manifestação expressa pela vítima, esta ação pode contemplar ainda o encaminhamento para consulta jurídica e/ou apoio judiciário através do Instituto da Segurança Social e, ainda, outras formas de aconselhamento por via da Ordem dos Advogados.

A atividade de resposta de apoio psicológico caracteriza-se pela intervenção no domínio da psicologia, exclusivamente direcionada para crianças e jovens vítimas de violência doméstica. Apresenta metodologias de intervenção individual e/ou em grupo, baseadas em abordagens psicoterapêuticas especializadas e focadas no trauma. Objetiva avaliar o impacto da vitimação; identificar as competências na vítima e nas figuras de suporte; promover a estabilização emocional com o intuito de atenuar o impacto da violência no desenvolvimento pessoal; promover a segurança; auxiliar no processamento da experiência de vitimação; desenvolver competências emocionais, cognitivas e de relaxamento que promovam a autoestima, autoconfiança e resiliência. Esta ação assegura uma articulação com entidades de intervenção em matéria de infância e juventude, destinada a crianças e jovens acolhidas nas estruturas de acolhimento e/ou atendidas e acompanhadas pelas estruturas de atendimento que funcionem no mesmo território.

Estas três atividades de apoio direto às vítimas de violência doméstica têm como objetivo fulcral originar respostas de promoção da segurança, de capacitação e de autonomia.

Ao nível da prevenção primária, dinamiza ações de informação/sensibilização com diferentes públicos-alvo, nomeadamente, crianças e jovens em contextos de educação formal e não-

formal, públicos estratégicos, públicos específicos e comunidade em geral, nas áreas previstas pela Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND), sempre em articulação com a rede de parceria.

Por via da atividade de ações de informação/sensibilização, objetiva capacitar públicos alvo estratégicos de forma a informar e promover competências alinhadas aos objetivos e medidas de política pública previstas nos planos de ação que compõem a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual» (ENIND), nomeadamente, Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH); Plano de Ação para a Prevenção e Combate contra as Mulheres e Violência Doméstica (PAVMVD); e, Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, Características Sexuais (PAOIEC).

Atua ao nível da prevenção como estratégia de erradicação de todas as formas de discriminação e violência. A título de exemplo, são temáticas a abordar: violência no namoro; violência doméstica e de género; violência doméstica contra a pessoa idosa; violência doméstica contra crianças e jovens; avaliação e gestão de risco; intervenção em rede; igualdade de género; género e papéis sociais; género e sexualidade; orientação sexual e identidade de género; entre outras. Pretende, também, assinalar efemérides relacionadas com as temáticas em apreço.

O serviço adequa o seu funcionamento de forma a possibilitar às vítimas a efetiva conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, funcionando, pelo menos, uma vez por semana em cada um dos municípios de intervenção. Os atendimentos presenciais são realizados de forma itinerante pelas freguesias em espaços físicos cedidos pelas entidades parceiras, garantindo-se, ainda, metodologias de atendimento não presencial.

Muito embora as próprias vítimas recorram autonomamente ao serviço, comumente o acompanhamento é iniciado através da sinalização por parte de entidades que identificam a problemática e, após preenchimento da ficha de referenciação e obtenção do consentimento informado da vítima, procedem à referenciação. A autorização da vítima é de carácter obrigatório e não é necessária denúncia ou processo crime a decorrer para iniciar o processo de acompanhamento.

De forma gratuita e confidencial, o acompanhamento poderá ser pontual ou continuado, sempre em consonância com o pedido de ajuda efetuado, procurando ir ao encontro do respeito e da vontade da vítima.

A equipa técnica é constituída por profissionais das áreas das ciências sociais e humanas, com formação académica em sociologia e psicologia, e com formação especializada em Técnica/o de Apoio à Vítima (TAV). Importa salientar a formação complementar e especializada nas diferentes áreas inerentes ao desenvolvimento de uma intervenção profissional adequada.

Nos últimos três anos (2021, 2022 e 2023) o serviço recebeu 407 casos novos, dos quais 85% diziam respeito a vítimas do sexo feminino e 15% do sexo masculino.

Relativamente ao município de residência das vítimas atendidas, 14% encontrava-se no concelho de Alcácer do Sal, 17% no município de Grândola, 44% no município de Santiago do Cacém, 23% no município de Sines e, ainda, 2% das vítimas residiam fora dos municípios de intervenção do serviço.

De forma geral, 84% das pessoas atendidas têm mais de dezoito anos (13% tem menos de dezasseis anos; 3% entre os dezasseis e os dezoito anos; 9% entre os dezanove anos e os vinte e quatro anos; 17% entre os vinte e cinco anos e os trinta e quatro anos; 21% entre os trinta e cinco anos e os quarenta e quatro anos; 13% entre os quarenta e cinco anos e os cinquenta e quatro anos; 10% entre os cinquenta e cinco anos e os sessenta e quatro anos; e, 14% com mais de sessenta e cinco anos).

Relativamente à nacionalidade, 86% são pessoas portuguesas, pelo que 14% são de nacionalidade brasileira, romena, belga, cabo-verdiana, senegalense, francesa, espanhola, alemã, moldava e húngara.

No que diz respeito à relação entre vítimas e pessoas agressoras, 68% das situações diz respeito a relações de intimidade (companheiros/as, ex-companheiros/as, cônjuges, ex-cônjuges, namorados/as, ex-namorados/as), 16% situações de violência perpetradas por descendentes, 11% perpetradas por progenitores/as, 3% por outros/as familiares e 2% outra tipologia de relacionamento.

No momento em que foi realizado o primeiro atendimento, em 43% das situações novas existia coabitação entre vítima e pessoa agressora. Em 46% dos casos, a vítima tinha dependentes a seu cargo (menores de idade, maiores de idade ou ambos). No entanto, importa referir que apenas 13% das vítimas coabitavam com a pessoas agressora e tinham dependentes menores a cargo.

No que concerne a características pessoais que tornam determinadas vítimas especialmente vulneráveis, em 46% das situações as vítimas tinham alguma das seguintes características, serem

menores de idade, serem pessoas com mais de sessenta e cinco anos, estarem grávidas ou serem puérperas, serem dependentes financeiramente da pessoa agressora e/ou portadoras de alguma doença/deficiência.

Cerca de 71% das situações novas que deram entrada no serviço foram sinalizadas por entidades parceiras (por exemplo, forças de segurança, serviços de saúde, municípios), sendo que em 75% já havia sido participado o crime a órgãos de polícia criminal.

Dentro das tipologias e manifestações de violência, identifica-se violência psicológica em 100% das situações atendidas, bem como em 54% das situações encontram-se presentes manifestações de violência física, em 26% violência social (por exemplo, promover o isolamento, afastamento e contactos com pessoas amigas e familiares), em 27% de violência económica (por exemplo, proibir exercer atividade laboral, não permitir utilizar livremente os próprios rendimentos, controlar rendimentos e gastos), em 16% comportamentos de perseguição/stalking (por exemplo, telefonar ou enviar mensagens frequentemente, ações inequivocamente intimidatórias como perseguir, espiar, rondar, controlar), em 13% de manifestações de violência sexual (por exemplo, coação, pressão, chantagem, manipulação, forçar a ter relações sexuais não desejadas) e, em 3% a presença de manifestações de violência por via de redes sociais (por exemplo, controlo, intimidação, humilhação ou assédio repetido de através de mensagens, comentários, publicações e/ou partilha de informações privadas). Identifica-se em 24% das situações a prática de violência de forma diária, em 51% de forma frequente (mais do que uma vez por semana), em 14% de forma pontual ou esporádica e, em 4% de forma isolada (um episódio isolado no tempo). No que respeita ao resultado da avaliação de risco elaborada pelo serviço, em 17% dos casos o risco era baixo (isto é, em primeira análise, probabilidade baixa de ocorrência de ofensas corporais graves ou de homicídio a curto prazo), em 31% das situações o risco era moderado (presença de fatores de risco que podem constituir perigo real de ofensa corporal grave/homicídio se existirem mudanças no contexto ou nas circunstâncias) e, em 45% das situações o risco era elevado (presentes fatores de risco que denotam a probabilidade de ocorrer a prática de ofensa corporal grave ou homicídio a qualquer momento).

Nos últimos três anos, o serviço realizou 4156 atendimentos nas vertentes das atividades de apoio psicossocial e/ou informação jurídica, sendo que 84% originaram respostas de segurança, capacitação e autonomia (por exemplo, diligências junto das forças de segurança, tribunais, medidas de coação para pessoas agressoras, medidas de proteção para vítimas, respostas de acolhimento, planos de segurança, articulação com outras entidades).

No que diz respeito à atividade de resposta psicológica para crianças e jovens em contextos de crime de violência doméstica, realizou 2573 atendimentos e prestou apoio a 131 crianças e jovens, das quais 18% têm residência no município de Sines.

A par da intervenção direta com vítimas, realizou intervenção primária e secundária por via de 72 ações de informação e sensibilização (15 no município de Alcácer do Sal, 22 no município de Grândola, 28 no município de Santiago do Cacém, 2 no município de Sines e 5 de âmbito intermunicipal e/ou online), alcançando 1584 participantes (60% do sexo feminino e 40% do sexo masculino). As ações são realizadas junto de crianças e jovens, públicos estratégicos (profissionais com intervenção direta), públicos específicos (por exemplo, pessoas idosas, pessoas beneficiárias de apoios sociais, comunidades específicas, etc.) e comunidade em geral.

CAE Intervir – Casa de Acolhimento de Emergência Resposta de Acolhimento de Emergência da Intervir.Com Associação

A resposta de acolhimento de emergência surge em 2018 e tem como objetivo acolher, transitoriamente, vítimas de violência doméstica em situação de emergência, por um período não superior a 15 dias. Com capacidade instalada de 10 vagas, entre os anos de 2021 e 2023 acolheu de 176 mulheres e 130 dependentes (crianças e jovens).

O acolhimento é efetivado quando da realização da avaliação da situação resultar, inequivocamente, que o acolhimento imediato é a resposta que melhor garante a integridade física e psicológica das vítimas, acautelando as suas condições de segurança e apoio efetivo.

7.Emprego e Empreendedorismo

Sines é um dos principais polos de investimento do Alentejo, contando atualmente com imensas entidades com projetos de expansão económica do território. É o principal centro energético e petroquímico do País e o seu porto de águas profundas, cuja importância para o desenvolvimento nacional é reconhecida, é um motor de desenvolvimento do País. Representa, desde a sua construção, um fator de atração de empresas, capital e competências.

Gráfico 20: População empregada segundo setor de atividade em 2011 e 2021

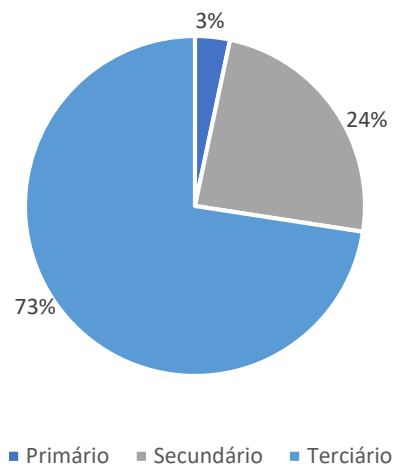
Financiamento:



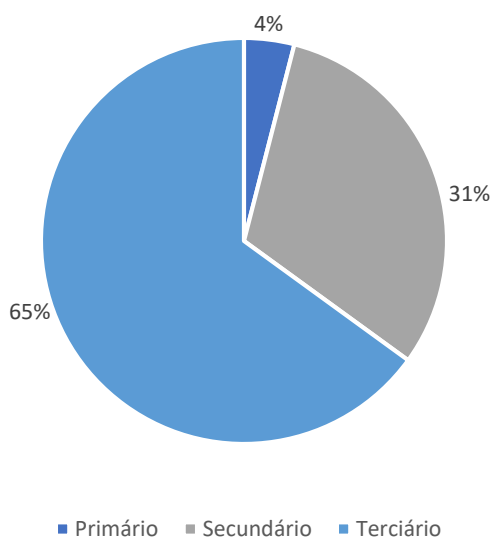
Intermediário:



População empregada por setor de atividade - 2021



População empregada por setor de atividade - 2011



INE, Censos 2021

Sines apresenta tal como se pode verificar na comparação dos gráficos relativamente à população empregada por setor terciário uma maior percentagem de população empregada no setor terciário, tendo na última década existido um aumento significativo de 8%, englobando uma grande percentagem de empresas prestadoras de serviços, sendo que muitas delas estão vinculadas ao complexo portuário, industrial e a outras atividades como o comércio. Perspetiva-se que este valor percentual aumente, tendo em conta os projetos de expansão que já se encontram contratualizados e perspetivados para os próximos anos.

O setor secundário apresenta um decréscimo percentual, registando assim na última década uma diminuição de 7%, apresentando um valor de 24% na totalidade da população empregada

Financiamento:



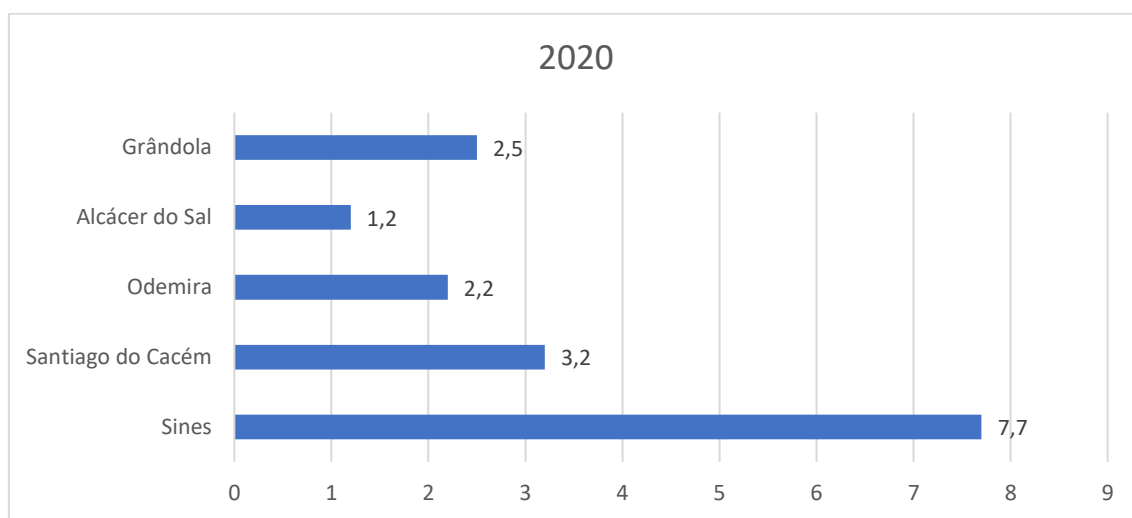
Intermediário:



em Sines. Neste setor podemos encontrar profissões ligadas essencialmente às indústrias transformadoras que se localizam nas zonas industriais, é importante ressaltar a questão de que os Censos de 2021 acabam por refletir a situação sentida no período pandémico onde se pode registar que muitas entidades não conseguiram suportar as dificuldades económicas sentidas, acabando por muitas assinalar insolvência.

O setor primário, tal como na década anterior, representa uma pequena parcela do total, registando um total de 3% da população empregada. Este valor comparativamente ao que havia sido registado em 2011, sofreu uma diminuição de 1%. Neste setor contamos com profissões relacionadas com a pesca, sendo de ressaltar o facto de não retratar o peso real que este setor tem no concelho, pelo facto da maioria delas serem microempresas, tratando-se essencialmente de empresários em nome individual.

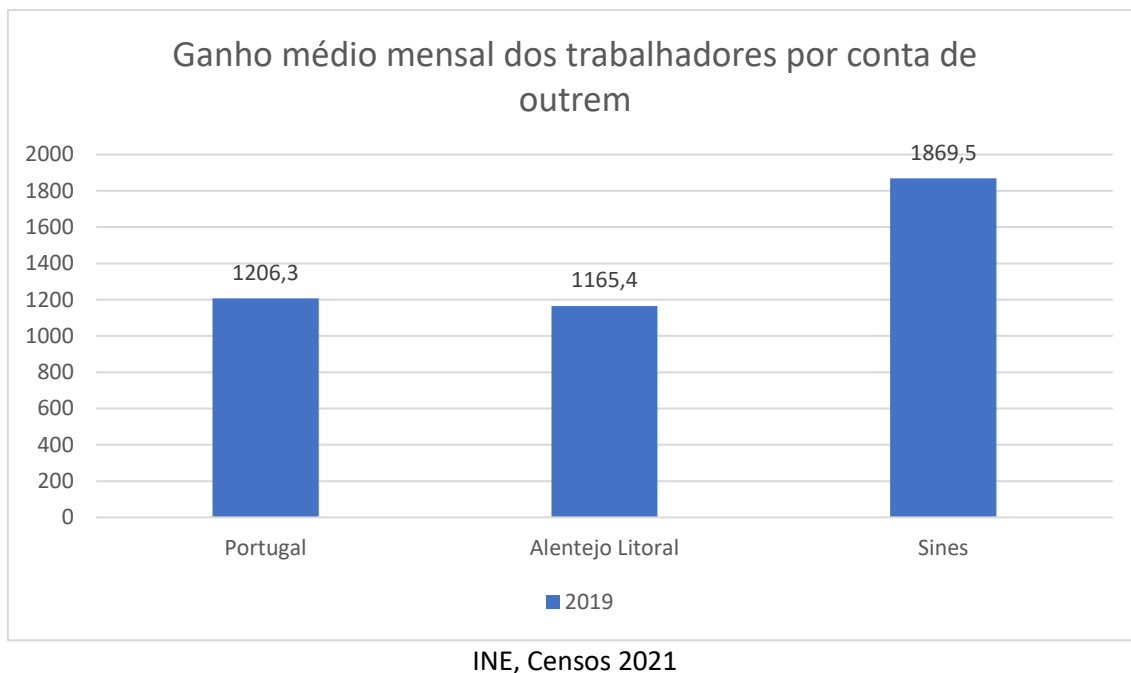
Gráfico 21: Densidade de empresas (n.º/Km²)



INE, Censos 2021

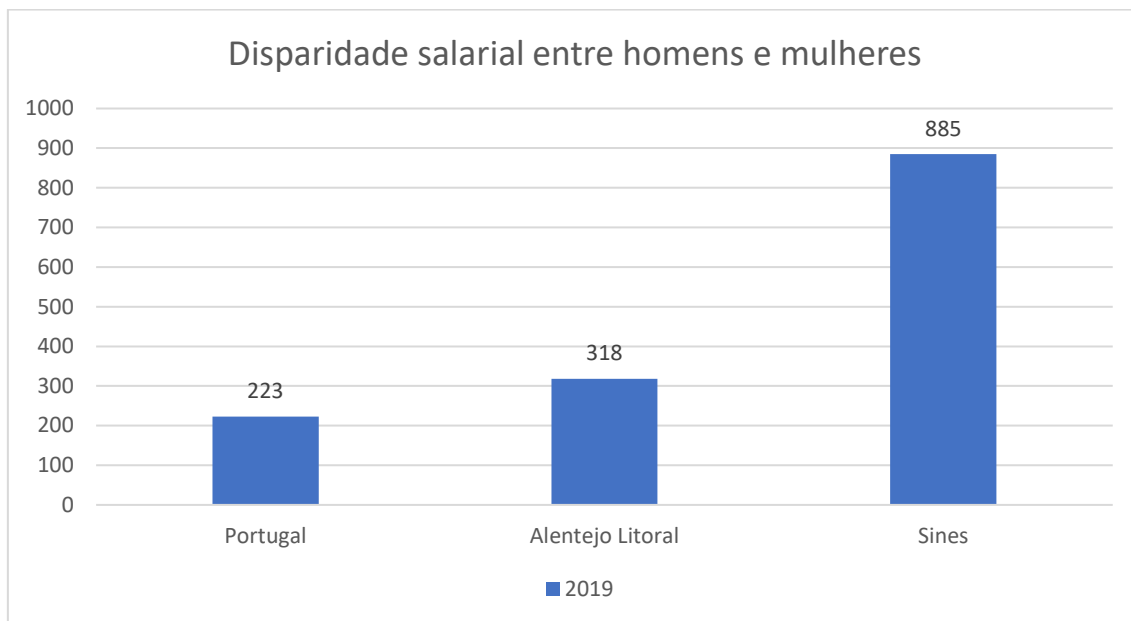
Na análise da densidade de empresas existentes nos locais em comparação podemos verificar que comparativamente com as restantes localidades, Sines apresenta-se como sendo a localidade de maior densidade empresarial contabilizando-se um total de 7,7 empresas por Km² demarcando-se com grande clareza das restantes localidades que apresentam valores entre os 1,2 e 3,2. Tal como já havia sido mencionado perspetiva-se que esta densidade empresarial aumente, tendo em conta os projetos de expansão que já se encontram contratualizados e perspetivados para os próximos anos.

Gráfico 22: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem



Relativamente ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, verificamos que o valor médio mensal ganho em Portugal é de 1206,3€, sendo que na região do Alentejo Litoral existe uma ligeira diferença no valor médio pago registando-se assim um valor de 1165,4€ menos 40,9€ em média. No caso de Sines, pode-se compreender que o valor médio mensal pago aos trabalhadores por conta de outrem é superior, assinalando um valor de 1869,5€, mais 704,1€ do que no Alentejo Litoral e mais 663,2€ do que em Portugal.

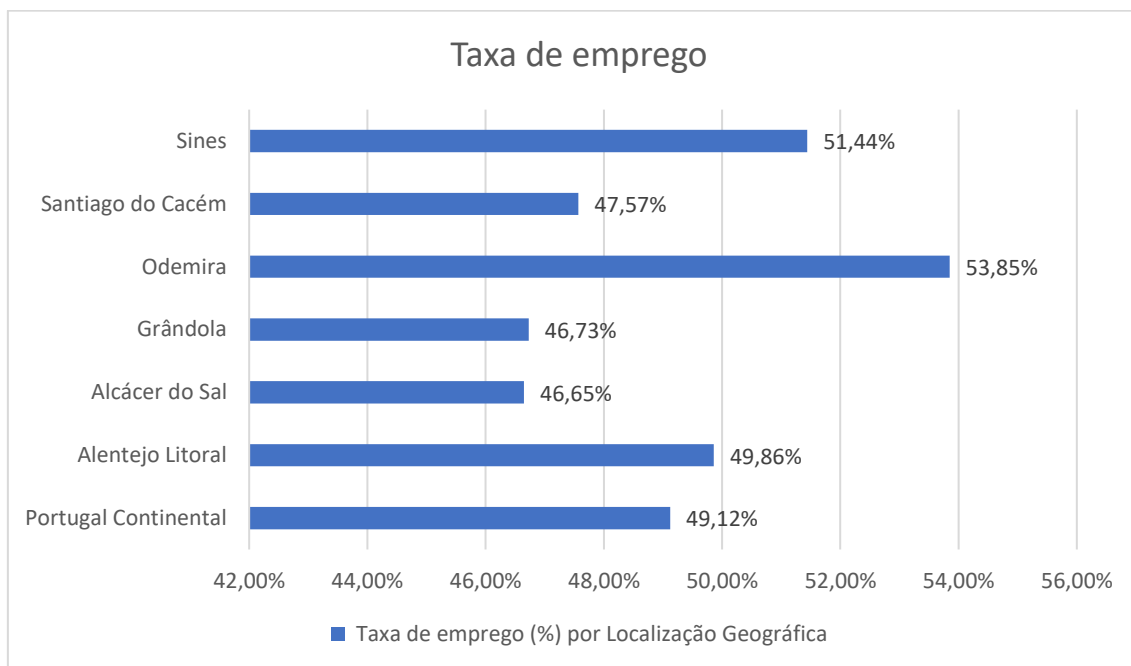
Gráfico 23: Disparidade salarial entre homens e mulheres



INE, Censos 2021

A disparidade salarial sentida em Portugal entre homens e mulheres, encontra-se claramente mais acentuada na região do Alentejo Litoral, registando-se um valor de 318€, mais 95€ do que o valor que se assinala em Portugal. Em Sines, a disparidade é mais acentuada registando-se um valor de 885€ de diferença. Sines um local de extrema demarcação a nível de disparidade salarial dentre homens e mulheres.

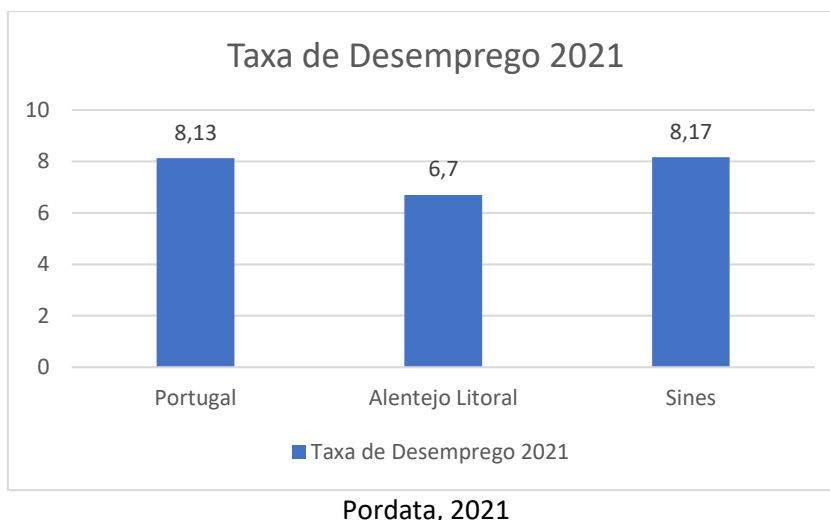
Gráfico 24: Taxa de emprego



INE, Censos 2021

Pode verificar-se no gráfico anterior que a taxa de emprego do Município de Sines era a segunda mais alta do Alentejo Litoral (51,44%) acima deste e de Portugal Continental.

Gráfico 25: Taxa de desemprego 2021



A taxa de desemprego registada no Alentejo Litoral é visivelmente inferior á registada em Portugal, demarcando-se assim o Alentejo Litoral como uma região com uma taxa de desemprego menos acentuada com o valor de 6,7%. No entanto, em 2021, Sines apresentava uma taxa de desemprego ligeiramente superior à registada em Portugal, com um valor de 8,17%, sendo igualmente superior à que se registava no Alentejo Litoral região à qual pertence. Situação justificada pelo facto de existirem muitas pessoas em regime de trabalho sazonal e muitos contratos de trabalho temporário e a termo certo, devido aos complexos industriais existentes na região, e que terminaram devido ao período pandémico.

Relativamente a dados mais recentes, em outubro de 2024, verificamos os seguintes dados:

Tabela 27: Desemprego no Alentejo Litoral em outubro de 2024

Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face emprego à procura de		Total
	Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
ALCÁÇER DO SAL	65	90	115	40	15	140	155
GRÂNDOLA	84	112	147	49	11	185	196
ODEMIRA	1 671	630	2 047	254	16	2 285	2 301
SANTIAGO DO CACÉM	200	256	325	131	24	432	456
SINES	213	134	280	67	16	331	347

Fonte: Estatísticas do IEFP

No que respeita ao desemprego, em Outubro de 2024 verifica-se que Sines tem um total de 347 desempregados/as dos quais 213 são homens e 134 são mulheres. Verifica-se que a maioria, 280, está desempregado/a há menos de um ano o que é justificado pelo trabalho temporário existente na região visto que 331 pessoas procuram um novo emprego.

Tabela 28: Desemprego no Alentejo Litoral em outubro de 2024 Por Grupo Etário

Concelho	Grupo Etário	Grupo Etário	Grupo Etário	Grupo Etário	Total
	< 25 Anos	25 - 34 Anos	35 - 54 Anos	55 Anos e +	
ALCÁÇER DO SAL	23	29	57	46	155
GRÂNDOLA	17	45	89	45	196
ODEMIRA	162	874	1 046	219	2 301
SANTIAGO DO CACÉM	44	87	205	120	456
SINES	38	78	151	80	347

Fonte: Estatísticas do IEFP

No que respeita ao desemprego, em Outubro de 2024 verifica-se que em Sines o grupo etário mais representativo situa-se nos 35-54 anos de idade acompanhando assim a tendência dos restantes concelhos do Alentejo Litoral.

Tabela 29: Desemprego no Alentejo Litoral em outubro de 2024 Por Nível de Escolaridade

Concelho	Nível Escolar.	Nível Escolar.	Nível Escolar.	Nível Escolar.	Nível Escolar.	Nível Escolar.	Total
	< 1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior	
ALCÁÇER DO SAL	23	21	29	24	42	16	155
GRÂNDOLA	45	17	32	35	51	16	196
ODEMIRA	1 763	83	92	148	173	42	2 301
SANTIAGO DO CACÉM	77	39	64	90	148	38	456
SINES	88	39	46	61	95	18	347

Fonte: Estatísticas do IEFP

Em Sines, verifica-se que a maior concentração de desempregados/as situa-se ao nível da escolaridade de Ensino Secundário seguida da escolaridade inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico o que revela uma grande disparidade referente ao nível escolar dos desempregados/as em Sines.

Proteção Social no desemprego

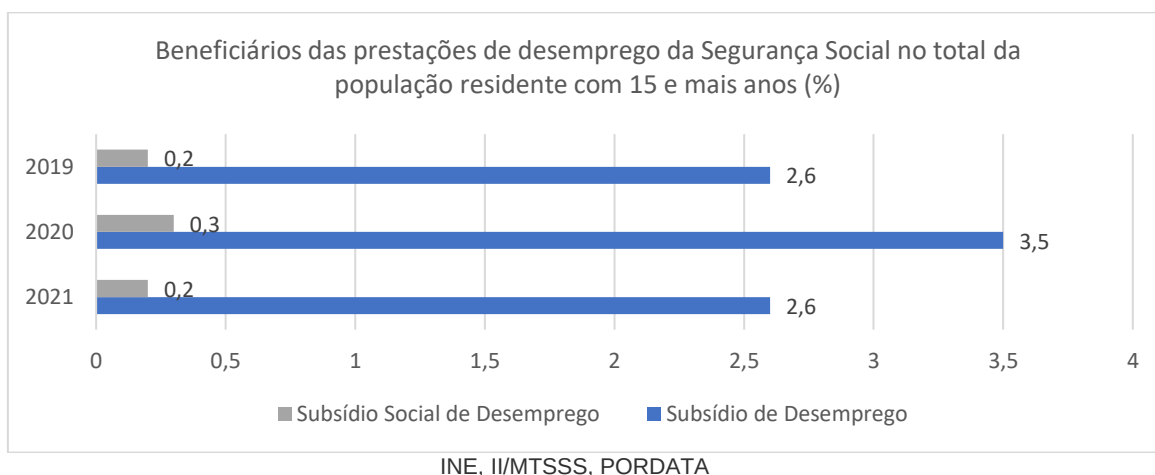
Gráfico 26: Beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)

Financiamento:



Intermediário:





Podemos compreender, com a análise do gráfico acima, que existe uma grande diferença no número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego e no número de beneficiários do Subsídio de Desemprego, sendo que o número de beneficiários do primeiro subsídio apresenta uma percentagem substancialmente menor à dos beneficiários do segundo subsídio. A percentagem de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego apresentou durante o período de 2019 a 2020 um ligeiro aumento de 0,1% tendo novamente descido no ano de 2021 para 0,2%.

No caso do subsídio de Desemprego, tal como aconteceu no subsídio anteriormente analisado, apresentou um aumento de 0,9% no período de 2019 a 2020 sofrendo de seguida um regresso ao valor anterior de 2019 de 2,6%. O aumento registado em ambos os subsídios no ano de 2020 pode novamente ser explicado com a situação que já havia sido mencionada, nomeadamente a existência da Pandemia.

Subsídio de desemprego

Tabela 30: Beneficiários/as do Subsídio de Desemprego por escalão etário

Escalão Etário	Fem	Masc	Dez23	Dez22	Dez21	Dez20	Dez19
Total	134	198	332	241	325	428	310
20 a 24 anos	12	10	22	7	5	20	18
25 a 29 anos	14	12	26	16	24	34	19
30 a 34 anos	8	19	27	19	26	36	23
35 a 39 anos	13	20	33	17	48	45	37
40 a 44 anos	14	32	46	27	39	73	48
45 a 49 anos	13	31	44	39	44	59	39
50 a 54 anos	17	20	37	24	41	65	43

55 a 59 anos	16	18	34	38	40	48	36
60 a 64 anos	21	30	51	41	47	34	38
>=65 anos	6	6	12	13	11	14	9

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Relativamente aos beneficiários/as de subsídio de desemprego, verificamos que em Sines houve um aumento de desempregados/as em 2023 quando comparado com o ano de 2022. O grupo etário mais representativo encontra-se nos 60 a 64 anos seguido pelo escalão 40 a 44 anos.

Tabela 31: Nº De Beneficiários/As Do Subsídio De Desemprego Por Nacionalidade

Nacionalidade	2023	2022	2021
Portugal	223	195	276
África	20	10	0
Brasil	66	22	29
Países da EU	7	6	6
Ásia	5	0	0
PALOPS	7	8	11
Outros	4	0	3

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No que respeita à nacionalidade dos beneficiários/as do subsídio de desemprego, verifica-se que a maioria são de nacionalidade portuguesa seguindo-se a nacionalidade brasileira que aumentou de 22 para 66 beneficiários/as de 2022 para 2023.

Tabela 32: Nº De Beneficiários/As Do Subsídio Social de desemprego

	Fem	Masc	Dez23	Dez22	Dez21	Dez20	Dez19
Total	6	12	18	12	24	32	21

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

O Subsídio Social de desemprego é uma prestação em dinheiro atribuída ao beneficiário/a desempregado, para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego, quando este:

- Não reúna as condições para receber o subsídio de desemprego ou
- Já tenha recebido a totalidade do subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de desemprego subsequente ao subsídio de desemprego).

Em Sines em 2023, verificamos o total de 18 beneficiários/as dos quais 12 são de género masculino.

Tabela 33: Nº De Beneficiários/as com outras prestações de desemprego

Beneficiários/as	Dez23	Dez22	Dez21	Dez20	Dez19
Subsídio de desemprego parcial	6	3	0	4	7
Subsídio Social de desemprego subsequente	31	29	17	35	26

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Em Dezembro de 2023, Sines contava com 6 beneficiários/as do subsidio de desemprego parcial e 31 do Subsídio Social de desemprego subsequente.

GIP Imigrante

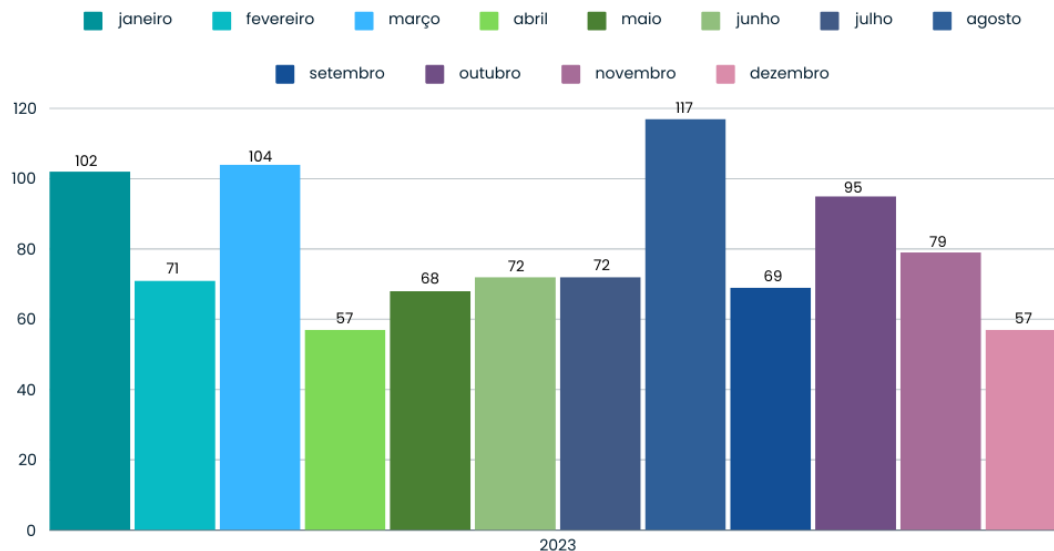
O Gabinete de Emprego e Formação, promove a procura ativa e a inserção no mercado de trabalho, a jovens e adultos nos concelhos de Sines e Santiago do Cacém. Foca-se na capacitação dos utentes, encaminhando-os para oportunidades de formação. Apoiando ainda os imigrantes a obterem equivalência dos estudos, permitindo assim que estes exerçam a sua profissão no país de acolhimento.

Promove, também, formações informais em diversas áreas, como costura, literacia digital e alfabetização, entre outras.

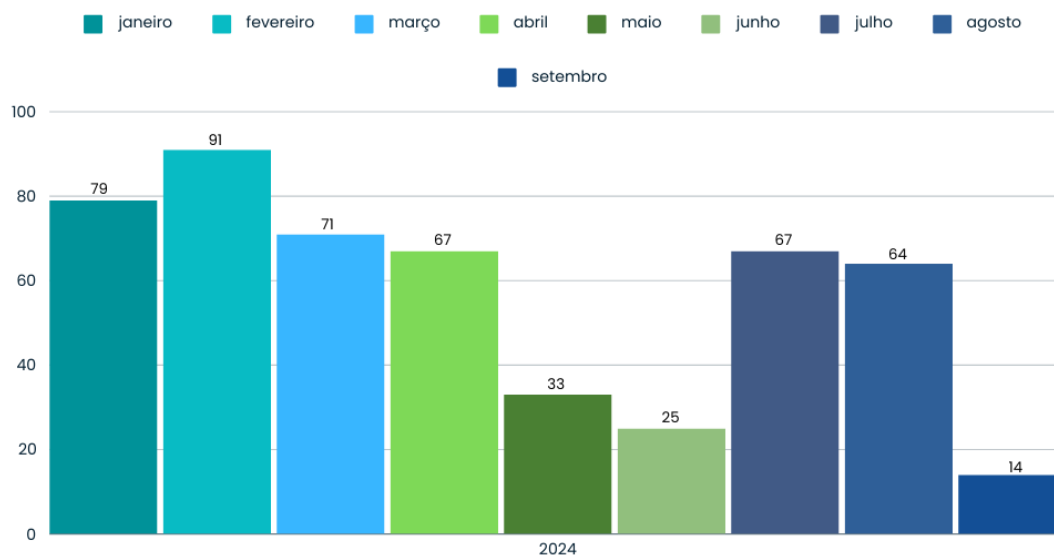
A Associação acolhe estágios curriculares e profissionais, bem como programas e medidas direccionadas para jovens, com o intuito de capacita-los e oferecer experiências práticas para o futuro.

No ano de 2020, em parceria com o IEFP e o ACM, lançou o GIP Imigrante Sines (Gabinete de Inserção Profissional Imigrante), ampliando o leque de serviços oferecidos e aproximando-os da comunidade. Este gabinete oferece atendimento presencial, elaboração de currículos, realiza sessões de sensibilização e informação e colabora no recrutamento junto das empresas locais. Em parceria com o IEFP, também organiza, ações de formação em português como língua de acolhimento para estrangeiros.

GIP 2023



GIP 2024



Empreendedorismo

A ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano na ação EPAT – Equipa prestadora de apoio técnico à criação e consolidação de projetos realizou em 2023, 73 atendimentos.

Os potenciais promotores que se dirigiram aos serviços da ADL, na qualidade de EPAT (Entidade Prestadora de Apoio Técnico no âmbito do protocolo estabelecido com o IEFP), eram maioritariamente desempregados e as intenções de investimentos (58,90%) enquadravam-se nos sistemas de incentivo do IEFP, IP (PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego).

Em 2.º lugar surgiram promotores com investimentos enquadráveis no “Empreende XXI” (17,81%) e em 3.º lugar apresentaram-se como possíveis investidores, com 15,07% dos atendimentos, promotores que aguardam a abertura de novos avisos e regulamentos associados ao Portugal 2030. Foi igualmente possível registar o enquadramento de 5,48% dos atendimentos nas medidas do POR Alentejo (Programa Operacional da Região Alentejo).

Na sua maioria (53,42%) as intenções de investimento concentraram-se no concelho de Santiago do Cacém (onde se situa a principal delegação da ADL e realizam a maioria dos atendimentos), seguidas dos concelhos de Sines (17,81%) e do concelho de Grândola (13,70%).

Constata-se que Santiago do Cacém foi o concelho com o maior investimento associado (97.486,33€) com 8 candidaturas aprovadas e 7 postos de trabalho criados, seguido do concelho de Grândola (83.207,59€), com 3 candidaturas aprovadas e 9 postos de trabalho.

O concelho de Odemira apresenta-se em 3.º lugar no que diz respeito ao valor do investimento (15.501,32€) mas apenas com 1 projeto e criação de 2 postos de trabalho.

Em 2023, foram atendidas 13 pessoas desempregadas do concelho de Sines mas apenas uma candidatura se encontrava em elaboração no final do ano (Restaurante), a qual veio a ser aprovada em 2024.

Em 2024, e até agora, a EPAT apoiou 7 pessoas desempregadas de Sines, com candidaturas entregues e aprovadas, todas através da CPE - Criação do Próprio Emprego do PAECPE –

Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, que permitem criar 16 postos de trabalho.

Relativamente ao DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária (Rural) e Desenvolvimento Local de Base Comunitária (Costeiro) foram realizados os diagnósticos e definidas as estratégias de intervenção rural e costeira e as candidaturas foram submetidas e aprovadas. Em 2024 já foram lançados avisos de concurso no âmbito do DLBC (Costeiro).

1. Projetos âncora - esteve aberto de 11/3/2024 até 30/4/2024, para execução de cinco projetos âncora inscritos na EDL do GAL Costeiro Litoral Alentejano.

2. Encontra-se aberto o aviso de concurso relativo ao MAR 2030 – DLBC Costeiro Litoral Alentejano, que contempla as seguintes ações elegíveis:

- Empreendedorismo, emprego e desenvolvimento económico
- Capacitação de atores: sensibilização, qualificação, educação, formação profissional
- Preservação, valorização e dinamização do património
- Inovação e conhecimento científico e tecnológico (material e imaterial)
- Desenvolvimento e valorização dos produtos e recursos endógenos e infraestruturas locais
- Desenvolvimento sócio cultural e inclusão social que visa apoiar:

i. Criação e/ ou recuperação de equipamentos e infraestruturas de utilização coletiva relativos a serviços sociais de proximidade e/ou animação comunitária;

ii. Dinamização e/ou promoção de ações no âmbito sócio-cultural e inclusão social.

8. Educação e Formação

8.1. Estabelecimentos educativos e ensino:

A rede escolar do município de sines integra estabelecimentos de educação, de ensino e de formação das redes pública, privada e solidária:

- No que respeita às escolas de rede pública, o município conta com o agrupamento de escolas de Sines que inclui, 9 estabelecimentos de educação e ensino, nomeadamente: 4 Jardins de Infância, 4 Escolas do 1º Ciclo do ensino básico e uma Escola do 2º e 3º Ciclo;
- Ainda da rede pública, existe no concelho a escola secundária Poeta Al Berto;

- Na rede solidária a nível do pré-escolar, temos disponível no concelho o Centro Infantil A Conchinha e o Infantário O Pintainho;
- A Rede Educativa Privada conta com o Colégio Estrela do Mar a nível do pré-escolar;
- O Ensino e formação profissional de jovens é assegurado pelo IEFP, ETLA e CENFIM;
- A aprendizagem ao longo da vida é promovida pelo IEFP – Centro de Formação Profissional, CENFIM - Núcleo de Sines, Sinestecnopolo e Instituto Politécnico de Setúbal através de formação profissional e dos centros qualifica.

Rede Pública:**Agrupamento das escolas de Sines**

A sede do Agrupamento das escolas de Sines, localiza-se em Sines, junto à escola básica nº 1.

A sua visão prende-se em ser um agrupamento de referência no ensino básico, a nível do Litoral Alentejano, que contribua para o desenvolvimento regional, assente na competência dos seus profissionais, bem como na qualidade dos seus serviços. Considera-se como uma instituição insubstituível na educação, escolarização e formação de todas as crianças e jovens, em suma: “Uma Escola de Todos e com Todos; Para uma aprendizagem integral e humanista”.

Patrono do Agrupamento: Vasco da Gama é o Patrono deste Agrupamento, por vontade da comunidade escolar, uma vez que foi um dos navegadores mais importantes de Portugal, nasceu em Sines em 1469.

O Agrupamento das escolas de sines é constituído por 5 edifícios, 4 na freguesia de Sines e 1 na freguesia de Porto Covo:

Escola Sede

- Escola Básica Vasco da Gama - Sines – 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

Escolas Polo

- Escola Básica N.º 1 de Sines – Pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico
- Escola Básica N.º 2 de Sines – Pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico
- Escola Básica N.º 3 de Sines - Pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico
- Escola Básica de Porto Covo – Pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico

Escola secundária Poeta Al berto

Esta escola disponibiliza oferta ao nível do 3º ciclo, ensino secundário, CEF - Cursos de educação e formação- nível 2 e cursos profissionais.

Patrono da escola secundária: Al Berto, pseudónimo de Alberto Raposo Pidwell Tavares, nasceu em Coimbra em 1948, e passa a sua infância a adolescência em Sines. Foi pintor, escritor, poeta, editor, foi-lhe concedida Medalha de Mérito Municipal, em 1995, pelo trabalho de inovação prestado à Cultura Portuguesa, e também à terra (Sines), pelo superior desempenho de um conterrâneo numa área cujo sucesso e notoriedade são demasiadas vezes glórias póstumas de um futurismo incompreendido.

Jardins-de-Infância da Rede Solidária

Centro infantil A Conchinha

Jardim de Infância da Rede Solidária do ensino pré-escolar gerida pela entidade Espiga - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL. Localiza-se no Largo Ramos da Costa, Sines.

Infantário o Pintainho

Gerido pela entidade Cáritas paroquial de Sines. Localiza-se na Rua de Santa Catarina nº14, sines.

Rede educativa privada

Colégio Estrela do Mar

Creche e jardim de Infância localizado na Urbanização Quinta do Meio, lote 2 Fração A, Sines.

Formação profissional e Tecnológica para os Jovens

- Escola Tecnológica do Litoral Alentejano - ETLA– Cursos profissionais 12º ano; Localiza-se no Complexo Petroquímico - Monte Feio, sines;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP - Centro de formação Profissional; Localiza-se na Rua Marques de Pombal, Sines;
- Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica – CENFIM – núcleo de Sines - Cursos profissionais 12º e CEF (cursos de educação e Formação 2º ciclo). Localiza-se na Zona Industrial Ligeira, N.º 2 - Rua B, Lote 131 - Sines.

Ensino Especial

- Cercisiago – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças e Jovens Inadaptados de Sines e Santiago do Cacém - Centro Educativo, Centro de Formação e CRI (Centro de recursos para inclusão). A sede localiza-se em Santiago do Cacém

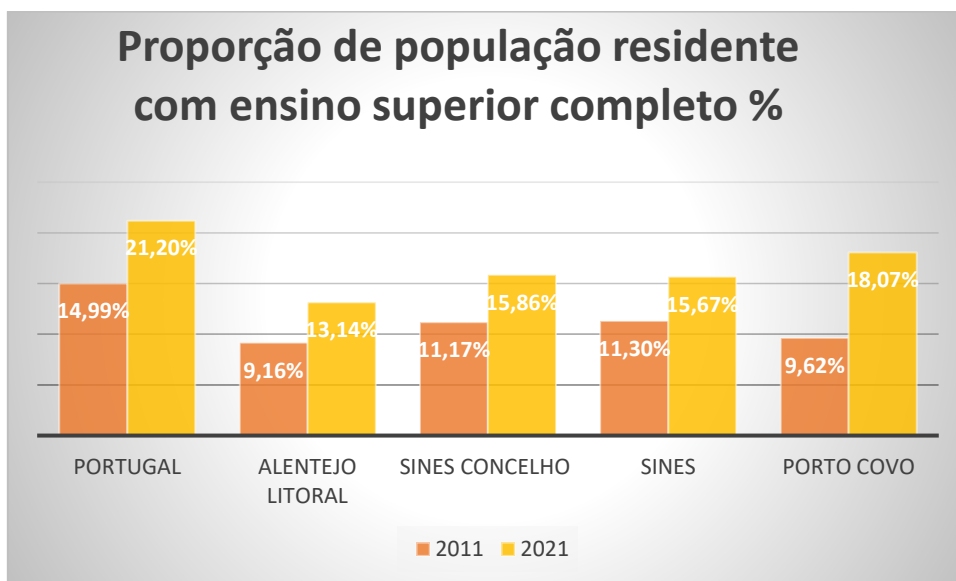
Ensino Musical

- A Escola das Artes do Alentejo Litoral é um projeto gerido pela Associação Pro Artes de Sines. Foi inaugurada em 2008 por iniciativa da Câmara Municipal de Sines. Desenvolve atividades de ensino de música e outras artes nos concelhos de Sines e noutros concelhos do Alentejo Litoral. Os serviços da escola estão sedeados no edifício da antiga estação de caminhos de ferro e no edifício da Câmara Velha, que a Câmara Municipal de Sines recuperou no âmbito do Programa de Regeneração Urbana de Sines.

8.2. A escolaridade no concelho de Sines

O concelho de Sines tem vindo a assumir um crescimento significativo ao nível da escolaridade da sua população nos últimos 10 anos, acompanhando assim a tendência de Portugal.

Gráfico 26: Proporção da população residente com ensino superior completo (%)



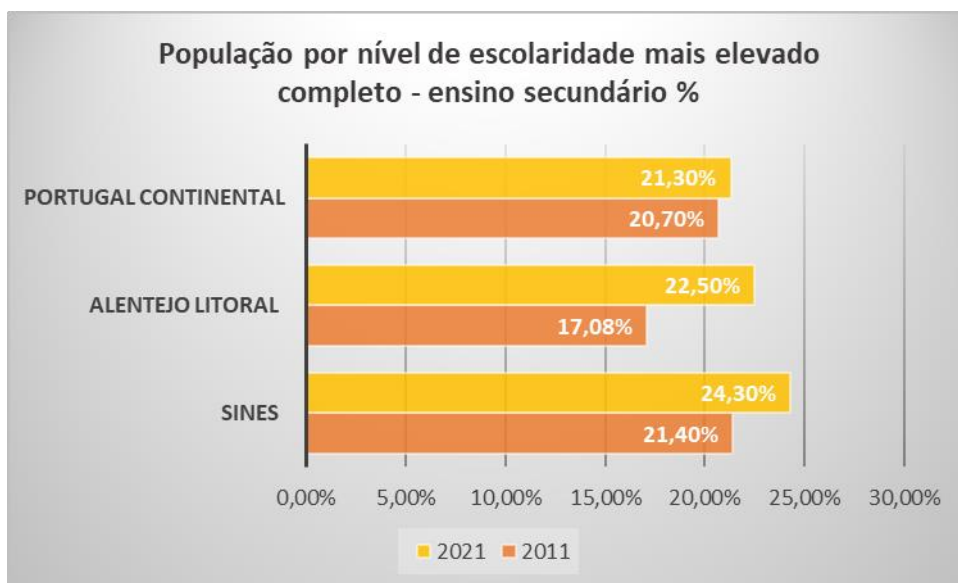
Fonte: INE, censos de 2021

Tal como se verifica no gráfico, existiu um aumento na última década, relativamente à proporção da população residente com o ensino superior completo.

Em Portugal, regista-se um valor percentual de 21,2%, e apresenta como um aumento bastante significativo. Em comparação, o Alentejo Litoral apresenta um valor percentual de 13,14% inferior ao que é registado em Portugal.

No entanto, é de salientar que o Concelho de Sines apresenta valores superiores aos registados no Alentejo Litoral e a freguesia de Porto Covo apresenta-se como tendo o segundo valor mais alto dos locais analisados, com uma percentagem de 18,07%, referente à população residente com o ensino superior completo, tendo sido a região que apresentou o maior aumento, no valor percentual de 8,45%.

Gráfico 27: População por Nível de escolaridade mais elevado completo – Ensino Secundário (%)

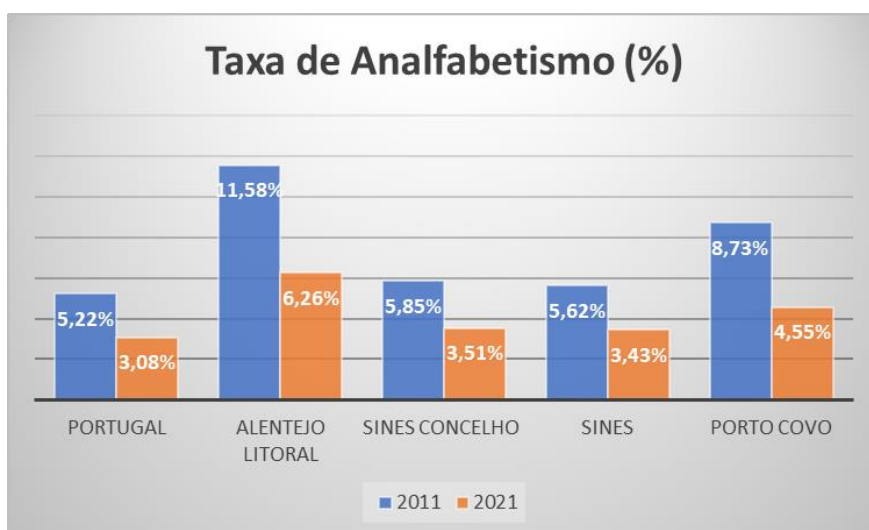


Fonte: INE, Censos 2011, 2021

No que diz respeito à percentagem de população por nível de escolaridade mais elevado completo, neste caso a nível do Ensino Secundário, verifica-se que comparativamente aos valores percentuais de 2011, existiu um aumento em Portugal continental, Alentejo litoral e o concelho de Sines, no entanto, destaca-se uma maior percentagem de crescimento, no Alentejo litoral apresentando uma diferença de 5.2%.

Contudo, de acordo com os valores apresentados, a tendência de aumentar o ensino secundário, tem vindo a acompanhar os últimos anos.

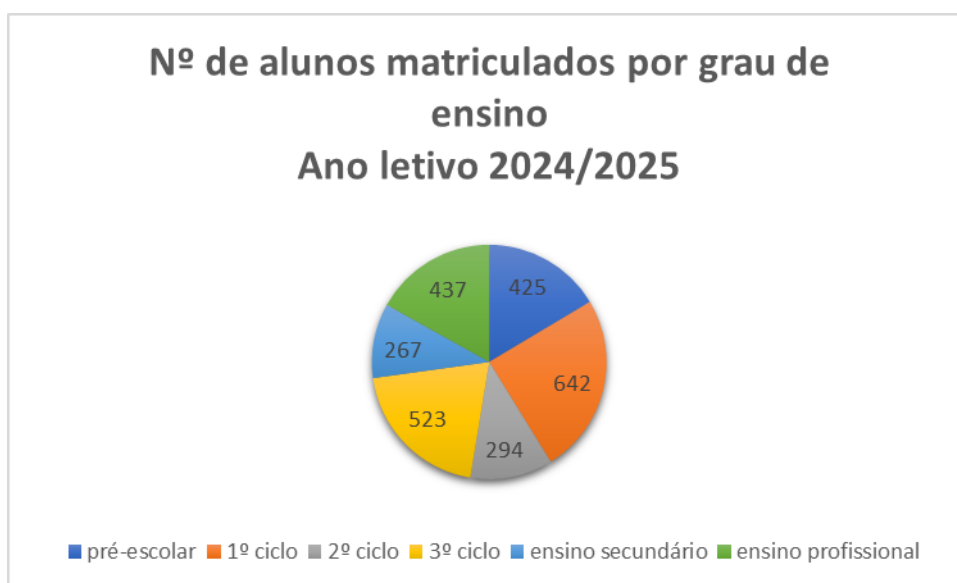
Gráfico 28: Taxa de analfabetismo (%)



Fonte: INE

Na última década verificou-se uma diminuição geral na percentagem da Taxa de analfabetismo, sendo que a região do Alentejo Litoral mantém-se como a região com o maior valor em termos percentuais de 6,26%. Relativamente aos restantes locais em análise verifica-se que tanto no concelho de Sines e Portugal, existem valores semelhantes rondando os 3,08% a 3,51% de taxa de analfabetismo. No entanto verificamos que em Porto Covo existe uma taxa de analfabetismo superior, tanto às que verificamos no Concelho de Sines, como à de Portugal, regista-se assim uma taxa de analfabetismo de 4,55%.

Gráfico 29: Alunos matriculados por grau de ensino 2024/2025



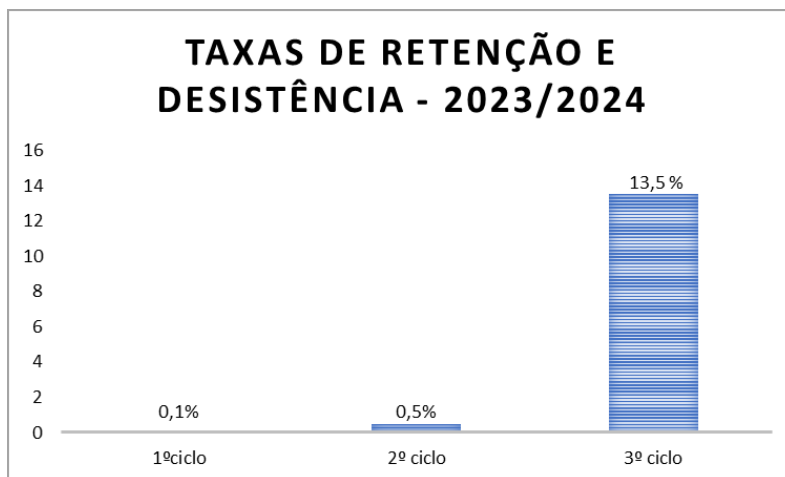
Fonte: Dados cedidos pelos estabelecimentos de ensino

De acordo com o gráfico apresentado, e os dados cedidos pelos estabelecimentos de ensino do concelho de sines, no presente ano letivo, pode verificar-se que o maior número de alunos matriculados frequenta o 1º ciclo com 642 matrículas, de seguida o 3ºciclo, com 523 matriculas e posteriormente o ensino profissional apresentando 437 alunos matriculados. O Ensino pré-escolar, ocupa o quarto lugar, com 425 alunos, depois o 2º ciclo e por fim o ensino secundário com 267 matrículas.

Sines conta com uma boa oferta de equipamentos, composta por 4 equipamentos de Pré-Escolar da rede pública e 3 da rede privada. O número de inscrições na rede pública tem vindo a aumentar, e o mesmo verifica-se na rede privada. A boa cobertura da rede pré-escolar e a forte presença de residentes de outros concelhos que trabalham em Sines, optando por matricular os educandos nesta zona, coloca Sines acima das taxas de pré-escolarização regionais, segundo o Instituto Nacional de Estatística. No Ensino Básico, esta tendência mantém-se, contando

também com elevadas taxas de escolarização, e com uma descida ao longo do tempo da taxa de retenção e desistência, situando-se em 2020/2021 nos 2,5%, valor abaixo da média nacional (3,1%), segundo o INE.

Gráfico 30: Taxas de retenção e desistência



Fonte: Dados cedidos pelo Agrupamento de escolas de sines

Relativamente à percentagem de retenção e desistência do ano letivo de 2023/2024, destaca-se os 13.5% de desistência/retenção no 3º ciclo que se refere justamente ao número de reprovação no 3º ciclo, talvez um dos factos seja pelo motivo de existir alunos de provindos de outros países. No 2º ciclo verifica-se uma percentagem de 0.5% e no 1º ciclo, 0.1%.

8.3. Equipamentos e Serviços Educativos (2024/2025)

Creches privadas e de carácter social

Tabela 34: Número de crianças que frequentam a creche

Entidade Gestora	Estabelecimento	Nº de salas	Nº de Crianças a frequentar o Ano letivo 2024/25	Nº de crianças NEE (Nec. educ. Especiais)	Nº de crianças em lista de espera	Nº pessoal docente Educadores	Nº. Pessoal não docente	Horário Letivo/func.
------------------	-----------------	-------------	--	---	-----------------------------------	-------------------------------	-------------------------	----------------------

Espiga – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL	Centro Infantil “A Conchinha”	5	77	0	24	4	16	7h45/19h
Cáritas Paroquial de Sines	Infantário “O Pintainho”	11	100	0	50	5	11	7h45 – 19h15
Colégio Estrela do Mar	Colégio Estrela do Mar	5	72	0	0	4	8	7h30-19h30

De acordo com a tabela 34, respeitante à resposta social de Creche, para crianças entre os 0 e os 3 anos, existem no nosso concelho 3 equipamentos: 2 são apoiados pela segurança social, instituições sem fins lucrativos, e um é privado com fins lucrativos e, todos localizados na Freguesia de Sines. Concluindo, de acordo com os dados fornecidos por estas entidades existem 249 crianças a frequentar a creche.

No entanto as 3, encontram-se abrangidas por acordos ou pelo programa Creche Feliz - rede de creches gratuitas do Instituto da segurança Social I. P.

Beneficiários: Todas as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, inclusive, que estejam matriculadas em creches, creches familiares da rede solidária, amas da Segurança Social, ou em creches da rede privada lucrativa que façam parte da bolsa de creches aderentes, têm direito à creche gratuita.

Atualmente, encontram-se 74 crianças em lista de espera, e a tendência para esta necessidade é que continue a aumentar devido ao aumento significativo da população tanto a nível nacional, como no concelho. Neste, deve-se sobretudo à atração/contratação de trabalhadores para os projetos e expansão do Pólo industrial da região.

Serviço de AMA

Uma resposta social para crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos é o serviço de ama. Os dados que se seguem reportam ao serviço de amas apoiado pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

Existem 3 amas em resposta de creche familiar, geridas pela Cooperativa Espiga, 2 na freguesia de Sines e 1 na freguesia de Porto Covo, resposta insuficiente para a necessidade existente.

À data de recolha dos dados existiam 32 crianças com idade inferior a 3 anos na freguesia de Porto Côvo. Destas, 4 encontram-se integradas na única ama existente na freguesia, existindo uma lista de espera de 2 crianças na freguesia de Porto Covo e 4 na freguesia de sines

Estabelecimentos de Educação pré-escolar

Tabela 35: Número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar

Entidade Gestora	Estabelecimento	Nº de salas	Nº de Alunos a frequentar	Nº de alunos NEE (Nec. Educ Especiais)	Nº de crianças em lista de espera	Nº pessoal docente	Nº pessoal não docente	Horário letivo
Espiga	Centro Infantil A Conchinha	3	75	1	2	3	5	7h45 – 19h00
Cáritas	Infantário o Pintainho	4	100	5	2	4	4	7h45 – 19h15
Colégio	Colégio Estrela do Mar	2	47	2	0	2	4	7h30 – 19h30
Agrupamento escolas de sines	JI Nº1	4	85	5	0	4	4	9h00 – 12h00/ 13h30-15h30
	JI Nº2	3	56	7	0	3	3	
	JI Nº3	2	41	2	0	2	2	
	JI Porto Covo	2	36	2	0	2	2	

Fonte: Entidades do ensino pré-escolar

O concelho de sines conta com uma alargada oferta de equipamentos. De acordo com a tabela 35 verifica-se que o concelho é composto por 7 escolas do ensino pré-escolar, 6 na freguesia de sines e 1 na freguesia de Porto-Covo. Três equipamentos públicos (JI Nº1, JINº2, JINº3, JI Porto Covo), dois de carácter social, sem fins lucrativos (Centro infantil - A conchinha e Infantário o pintainho) e por último o colégio Estrela do Mar que é privado.

Atualmente, para a resposta do ensino pré-escolar e de acordo com o quadro exposto, verifica-se que se encontram 4 crianças em lista de espera.

Frequentam um total de 440 crianças e foram referenciadas 24 com necessidades educativas especiais.

Relativamente ao número de pessoal docente foram contabilizados 20, e 24 não- docentes na sua totalidade.

Os horários de funcionamento dos estabelecimentos apresentados são distintos, o colégio Estrela do Mar apresenta um horário mais alargado, com início às 7h30 e término às 19h30, o Centro infantil a Conchinha e Pintainho conta com um horário relativamente semelhante, e por último os jardins de infância do agrupamento das escolas de sines, que apresentam um horário letivo das 9h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30, no entanto existe a possibilidade de requerer às atividades de animação de apoio à família (AAAF) prolongando o horário até as 18h30.

Segundo o INE, a boa cobertura da rede pré-escolar e a forte presença de residentes de outros concelhos que trabalham em sines, faz que que matriculem os seus educandos nesta zona colocando sines acima das taxas de pré-escolarização regionais.

Ensino Básico do 1º Ciclo: 1º, 2º, 3º e 4º Anos

Tabela 36. Número de crianças que frequentam o 1º ciclo

Escolas 1º ciclo	Nº de salas	Nº de Alunos a frequentar Ano letivo 2024/25	Nº de alunos NEE (Nec. Educ. Especiais)	Nº pessoal docente	Nº pessoal não docente	Horário letivo
EB Nº1	10	199	24	10	8	9h00 – 12h 13h30 – 17h
EB Nº2	9	188	18	9	7	
EB Nº3	10	208	12	10	7	
EB Porto Covo	3	47	1	3	2	

Fonte: Escolas do Ensino Básico

De acordo com a tabela 36, no presente ano letivo, verifica-se que estão matriculados 652 alunos nas 4 escolas públicas de 1º ciclo, dos quais 55 são crianças referenciadas com necessidades educativas especiais.

De acordo com os dados cedidos pelo agrupamento de escola de sines e serviço de educação do município, comparativamente ao ano anterior, a Eb nº1 e a EB PC têm mais uma sala.

Relativamente ao número de recursos humanos, foram contabilizados na sua totalidade: 32 de pessoal docente e 20 pessoal não- docente.

O horário letivo é idêntico às quatro escolas, e de forma a garantir o funcionamento da escola das 9h às 17h, o município é promotor das Atividades extra-curriculares (AEC) onde cada aluno tem a possibilidade de se inscrever.

Ensino Básico 2º e 3º ciclo: 5º, 6, 7º, 8º e 9º.

Ensino Secundário: 10º ao 12º

Tabela 37: Ensino básico e secundário do 5º ao 12º ano

Escolas 2º e 3º ciclo.	Nº de Salas	Nº de Alunos a frequentar Ano letivo 2024/25	Nº de alunos NEE (Nec. Educ. Especiais)	Nº pessoal docente	Nº pessoal não docente	Horário letivo
EB 23 Vasco da Gama	28	469	158	62	28	8h05 - 17h05
Escola Secundária Poeta Al Berto	35	718	46	68	24	8h15 – 18h10

Fonte: Escolas do Ensino Básico e Secundário

O segundo ciclo tem a duração de dois anos. O ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se em regime de um professor por área. Este nível de ensino é assegurado, apenas, pela Escola 2,3 Vasco da Gama de Sines, e que abrange não só o segundo, como também o terceiro ciclo com um total 469 alunos, sendo 294 alunos de 2º ciclo, distribuídos por 15 turmas e 175 alunos de 3º ciclo distribuídos por 9 turmas.

As áreas mais especializadas são as seguintes: Educação Visual e Tecnológica, Educação Tecnológica, Educação Visual, Ciências da Natureza, Ciências Físicas ou Químicas, Educação Musical e Educação Física.

Comparativamente à escola secundária Poeta Alberto, estão matriculados 718 alunos, dos quais 322 frequentam o 3ºciclo do ensino básico geral e 10 alunos, numa turma CEF- curso de educação e formação. 267 alunos encontram-se a frequentar o ensino secundário (10º ao 12º) distribuídos por 15 turmas.

As áreas especializadas são as seguintes: Ciências e tecnologias, ciências socioeconómicas, artes visuais, línguas e humanidades.

Financiamento:



Intermediário:



Os cursos profissionais, permitem obter dupla certificação, e estão matriculados 84 alunos nas seguintes áreas: - técnico auxiliar de saúde, técnico de logística, técnico de turismo, técnico de desporto, técnico de ação educativa, técnico de distribuição.

O ensino secundário é obrigatório e compreende um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade).

Relativamente ao Ensino Secundário, existem 3 estabelecimentos em Sines, 2 dos quais Escolas Profissionais privadas, cujo número de matrículas também tem vindo a aumentar, de forma geral. Do mesmo modo, a taxa de transição e conclusão tem registado uma evolução positiva ao longo dos últimos anos, sendo em 2020/2021 de 91%.

Território Educativo de Intervenção Prioritária

O Programa TEIP visa estabelecer condições para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos e, em particular, das crianças e dos jovens que se encontram em territórios com população carenciada.

O projeto do Agrupamento de Escolas de Sines tem como objetivo, melhorar os resultados escolares dos alunos, diminuir o abandono escolar precoce e o absentismo e por último melhorar os níveis de indisciplina. Este projeto é renovado anualmente, pelo Ministério da Educação e está dependente dos resultados obtidos, pelo agrupamento. Neste sentido, o agrupamento beneficia de técnicos para a implementação do mesmo, entre outros recursos de acordo com o plano de melhoria traçado.

Cursos Técnico/ Profissionais:

Os cursos profissionais são lecionados nas escolas:

1 - Escola Poeta Al Berto (já referida anteriormente)

2- ETLA – Escola Tecnológica do Litoral Alentejano

Na ETLA estão inscritos 257 alunos distribuídos por 15 turmas, (3 de cada ano, 1º, 2º e 3º). Nos seguintes cursos técnicos: Análise Laboratorial; química industrial; Manutenção industrial/eletromecânica; Eletrónica de Automação e Instrumentação e Informática e gestão.

Ainda na ETLA, em parceria com o Instituto Politécnico de Setúbal, são lecionados cursos CTeSP com a qualificação nível 5, onde são atribuídos diplomas de técnico superior profissional.

3 - CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria metalúrgica e metalomecânica. Núcleo de Sines.

Nesta escola estão inscritos 96 formandos, dos quais 16 são jovens alunos na turma CEF - curso de educação e formação, dando equivalência ao 9º ano de escolaridade, qualificação profissional nível 2.

Educação Especial:

A Educação especial em Sines é assegurada pela Cercisiago - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém

- CRI – Centro De Recursos Para A Inclusão

O CRI é uma resposta Social da CERCISIAGO, integra a rede nacional de Centros de Recursos para Inclusão (CRI) acreditadas pelo Ministério da Educação. Tem como objetivo promover a inclusão de crianças e jovens com deficiência e incapacidade no acesso ao ensino, participação social, lazer, formação e trabalho.

O CRI conta com o apoio de técnicos especializados em áreas diversificadas, nomeadamente Psicologia, Terapia da fala e Psicomotricidade, desenvolvendo as suas atividades em contexto educativo (Agrupamento de Sines e Escola Secundária Poeta Al Berto).

Publico alvo: Alunos em escolaridade obrigatória (dos 6 aos 18 anos de idade), que beneficiem de Medidas de suporte à aprendizagem e à Inclusão (3º Nível – Medidas adicionais).

No concelho de sines o CRI dá resposta a 32 beneficiários.

- A Formação Profissional da Cercisiago desenvolve, no âmbito da qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade, ações de formação profissional inicial. As ações de formação profissional inicial desenvolvidas baseiam-se em percursos formativos individualizados com base em referenciais de formação não integrados no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) com a duração máxima de 2900 horas.

As ações de formação têm duas componentes:

- Formação de Base; adquirir ou reforçar competências profissionais, pessoais e sociais tendo em vista a inserção na vida ativa e a adaptabilidade aos diferentes ou á ocupação de um posto de trabalho. Neste contexto os formados frequentam os seguintes módulos de formação:

Financiamento:



Intermediário:



Linguagem e Comunicação, Matemática para a Vida, Tecnologias de Informação e Comunicação, Cidadania e Empregabilidade e Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.

- Prática em Contexto de Trabalho (PCT) - Dotar os formandos de competências que lhes permitam o desenvolvimento de atividades práticas e resolução de problemas inerentes ao exercício de uma determinada profissão com vista a facilitar a futura inserção profissional.

Áreas de Formação: Empregado(a) de Higiene e Limpeza; Serviços Gerais; Auxiliar de Cozinha; Empregado(a) de Aproveitamento e Armazém; Manutenção de Espaços Verdes e Auxiliar de Assistente Administrativo.

Em 2024 este centro teve em formação 38 formandos dos diferentes municípios da área de abrangência, sendo que 11 eram residentes no município de Sines.

Áreas de Formação disponíveis para 2025:

- Serviços Gerais - Manutenção
- Serviços Gerais - Hotelaria
- Aproveitamento e Armazém

Ensino Musical:

Escola das Artes do Alentejo Litoral - é um projeto gerido pela Associação Pro Artes de Sines. A sua sede localiza-se no Largo do Poeta Bocage (junto ao Castelo de Sines) no entanto a escola abrange 3 concelhos do Alentejo litoral – Odemira, Sines, Santiago do Cacém.

Apresenta uma oferta Educativa:

- Pré-escolar: dar início ao desenvolvimento das competências musicais nos primeiros anos de vida da criança, bem como contribuir para o seu carácter e enriquecimento pessoal.
Beneficiários: Crianças de 3 – 5 anos

- Musicoterapia: para estimular o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional da criança/jovem forma a aumentar as capacidades de aprendizagem, socialização e bem-estar. ^[1]_[SEP] Crianças dos 6 aos 18 anos, pais e bebés. Musicoterapia Clínica – terapia individual para a Comunidade em Geral.

- Iniciação Musical I Ao IV: É composta pelas disciplinas de Formação Musical, Classe Conjunto e Instrumento. Beneficiários: alunos que se encontrem a frequentar o 1º ciclo do ensino básico

- O Curso Básico de Música: Certificado pelo Ministério de Educação. Duração de cinco anos (1º ao 5º grau). Beneficiários: Alunos do 5º ao 9º Ano de escolaridade.
- O Curso Secundário de Música: Certificado pelo Ministério de Educação. Duração de cinco anos (do 6º ao 8º grau). Beneficiários: Alunos do 10º ao 12º ano de escolaridade.
- Cursos Livres: Com o objetivo de adquirir e aprofundar os conhecimentos musicais destinados à comunidade em geral.
- Orquestras: Com o objetivo de proporcionar e desenvolver o gosto e o interesse pela música, promovendo a integração social através da aprendizagem de um instrumento.

No presente ano letivo de 2024/2025, estão matriculados na EAAL, 276 alunos, dos quais 103 são alunos residentes no concelho de sines:

- 16 alunos no ensino Pré-Escolar (curso aberto apenas em Sines);
- 24 alunos no 1º ciclo do Ensino Básico (curso aberto apenas em Sines);
- 39 alunos no ensino básico em regime articulado;
- No ensino secundário em regime supletivo: 4 alunos;
- 10 alunos, no regime de Musicoterapia (aberto apenas em Sines);
- Oficina de Instrumento – 14 alunos.

8.4. Atividades de Tempos livres – Centro de Estudos

Centro de Estudos /ATL

O ATL e Centro de estudos existentes no concelho e freguesia de sines que prestam apoio ao ensino básico, desde o 1º ciclo ao 3º ciclo, são os seguintes:

- ATL A Gaivota – uma resposta da Junta de Freguesia de Sines,
- Espiguinhas – uma resposta social da Espiga, Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
- Centros de apoio ao estudo, privados:

- Ilustres Notas, Ida,

- Estrela do Mar,

- + Descobertas,

Financiamento:



Intermediário:



- Mar de Conquistas,
- Temas e Vírgulas,
- Na ponta da Língua.

Na freguesia de Porto Covo existe apenas ocupação de tempos livres para as crianças que frequentam o ensino pré-escolar, as AAAF - atividades de animação de apoio à família, tal como decorre nas outras 3 escolas da freguesia de Sines.

Atividades de Animação e Apoio à Família

A Câmara Municipal de Sines oferece prolongamento de horário às famílias que necessitem por motivos de trabalho, em todos as escolas do agrupamento, a nível do pré-escolar. Considera-se prolongamento o horário fora da atividade curricular (9h/12h e das 13h30m/15h30m).

Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular

A CMS é a entidade promotora das atividades, para todos os alunos do 1º ciclo, que se inscreverem, garantindo assim o funcionamento da escola das 9h às 17h30m.

Disciplinas ano letivo 2024/2025:

Inglês (1º e 2ºAno), AFD – Atividade física desportiva (1º - 4º ano), Oficina do brincar (1º ano), Expressão Dramática (3º e 4º ano), Música (2º ao 4º ano).

8.5. Ação Social e apoio escolar

No Agrupamento de Escolas de Sines, no ano letivo 2023/2024, cerca de 27% dos alunos foram beneficiários de ação social escolar, sendo que 213 tinham escalão A, 133 escalão B e 5 escalão C. Na Escola Secundária Poeta Al berto, 27 alunos têm Escalão A, e 35 o escalão B.

Comparativamente aos anos anteriores estes números têm sofrido um decréscimo, o que poderá ser interpretado como aspeto positivo a nível da melhoria das condições de vida das famílias.

Relativamente ao apoio social escolar, segundo os dados cedidos pelo serviço de educação da CMS, (material escolar e isenção do valor de refeições) comporta no atual ano letivo 238 alunos: 160 do 1º ciclo e 78 do ensino pré-escolar.

No âmbito do apoio dos transportes escolares, estão abrangidos até ao momento, 119 alunos.

O presente apoio assume duas modalidades:

1. Circuito especial: transporte garantido através do parque de viaturas e motoristas do município, tendo como beneficiários: alunos do ensino pré-escolar e ensino secundário. Presta apoio em cinco circuitos da freguesia de sines nos seguintes lugares: casoto, paiol, morgavel, ribeira dos moinhos, barbuda - lentiscais. E apoio na freguesia de porto covo nos seguintes lugares: cabeça da cabra, sonega e fonte mouro.
2. Comparticipação de passe dos transportes interurbanos, tendo como beneficiários os alunos do desde 2º ciclo ao ensino secundário, residentes no concelho.

Bolsas de estudo

A Câmara Municipal de Sines atribui bolsas de estudo a estudantes matriculados no ensino superior. As bolsas destinam-se a apoiar o prosseguimento dos estudos a estudantes economicamente desfavorecidos e com aproveitamento escolar. No ano letivo de 2023/2024 foram atribuídas 90 bolsas, enquanto que no ano anterior foram atribuídas 82.

8.6. Formação ao Longo da vida

Neste capítulo, são referenciados escolas, equipamentos, programas e centros de formação dedicados à formação de adultos:

1. **CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria metalúrgica e metalomecânica. Núcleo de sines.**

Nesta escola estão inscritos 80 alunos, nos cursos EFA – Educação e Formação de Adultos, a partir dos 18 anos de idade.

Cursos técnicos laborais: Segurança no trabalho; Administrativo;

Cursos técnicos pós-laborais: Instalações elétricas; Segurança no trabalho; Soldador.

Dando equivalência ao 12º ano de escolaridade, qualificação profissional nível 3.

2. **Centro de Formação Profissional do IEFP**

Apresenta as seguintes modalidades de Formação:

- Cursos de Aprendizagem+: Beneficiários Jovens e adultos, com idade até aos 29 anos (inclusive), que tenham o 9.º ano de escolaridade, ou habilitação legalmente equivalente, sem

Financiamento:



Intermediário:



a conclusão do nível básico de educação e que estejam a frequentar uma modalidade de educação ou formação ou um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências de nível secundário. Diploma ou certificado de nível 5 de qualificação do QNQ, ou diploma de especialização tecnológica, ou grau ou diploma de ensino superior.

- Especialista em desenvolvimento de produtos Multimédia – 1500h
- Técnico especialista em comércio internacional – 1500h, decorrem em Vila Nova de St André.

• CET – Cursos de especialização Tecnológica: Os CET são cursos pós-secundários que conferem uma qualificação de nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e permitem o prosseguimento de estudos e a obtenção de equivalências a algumas Unidades Crédito (ECTS) de cursos de nível superior (licenciaturas) e a qualificação de quadros intermédios através de uma especialização em áreas tecnológicas.

Destinatários:

- a) Titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente e que pretendam a sua qualificação ou reconversão profissional;
- b) Tendo concluído o nível básico de educação, estejam a frequentar uma das modalidades de educação ou formação ou um processo de RVCC, de nível secundário;
- c) Sejam titulares de um diploma ou certificado de nível 5 de qualificação do QNQ, de um diploma de especialização tecnológica ou de um grau ou diploma de ensino superior e que pretendam a sua requalificação profissional.

- Técnico especialista em gestão de redes e sistemas informáticos – 1375h – Vila Nova de St André;

• EFA

EFA Técnico: Os cursos de educação e formação para adultos (Cursos EFA) permitem elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta e, por esta via, melhorar as suas condições de empregabilidade. Diploma ou certificado de nível 4 de qualificação do QNQ.

- Bombeiro técnico – 1125h
- Técnico de higiene e segurança no trabalho – 1325h

EFA Básico: Acesso: 4º ao 6º ano do ensino básico.

- EFA B1 – Operador de Jardinagem – 800h e EFA B3 – operador de logística – 1520h

Financiamento:



Intermediário:



Diploma ou certificado de nível 1 ou 2 de qualificação do QNQ.

- Percursos formativos do ensino secundário: S3, tipos A (1970 horas) – Técnico de ação educativa – Grândola e técnico de qualidade – Vila nova de St André. Diploma ou certificado de nível 5 de qualificação do QNQ.

- Vida ativa

Os cursos no âmbito da Medida Vida Ativa - Emprego Qualificado permitem potenciar o regresso ao mercado de trabalho de desempregados, através de uma rápida integração em ações de formação. Esta medida integra uma estratégia de formação designada por Vida Ativa - QUALIFICA+, destinada a pessoas desempregadas com muito baixas qualificações. curta duração. Diploma ou certificado de nível 4 de qualificação do QNQ.

- Gestão de recursos humanos, organização de eventos, comercio, empregados andaimos, técnico de juventude, língua inglesa – tec relações laborais, apoio psicossocial e técnico de comunicação e serviço digital. Pode ser na modalidade FAD – Formação à distância ou no pólo da quinta da Boavista (centro de formação do IEFP);

- Competências digitais:

O mercado de trabalho demanda competências digitais, ou seja, trabalhadores que dominem, além de outros idiomas ou sua especialidade académica, as ferramentas essenciais para se desenvolverem com fluidez na era tecnológica. Falamos de conhecimentos sobre dispositivos eletrônicos, redes, segurança cibernética, sistemas de comunicação ou análise de dados, entre outros.

- Proficiência digital, básica, nível intermédio e nível avançado. (Entre 150 a 200h - Pode ser na modalidade FAD – Formação à distância ou no polo da quinta da Boavista (centro de formação do IEFP);

- Ativos empregados

Formações com noções básicas de 1ºs socorros, criatividade e resolução de problemas (cerci), prevenção de riscos psicossociais, técnico auxiliar de saúde HLA. Formações de qualificação de nível 2 e 4 - De 8h a 25h

Formação presencial no polo da quinta da Boavista (centro de formação do IEFP), Infratróia e Zambujeira do Mar.

- Emprego + digital

Formações na área de gestão e conteúdos digitais, escritório eletrónico, Meios de comunicação digital, criação e tratamento de imagens.

- PLA - Português Língua de Acolhimento

Os cursos de Português Língua de Acolhimento permitem elevar a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa, junto de adultos migrantes em Portugal, e facilitar o seu processo de integração social, profissional e cívico, contribuindo para a prevenção da discriminação em função da origem e promovendo a igualdade.

Duração: de 150h a 75h, formação presencial em Vilanova de Milfontes, Sines, Almogrove, Odemira (summerberry) (Camposol).

Tabela 38: Formações 2023 - IEFP – Alentejo Litoral

<u>FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2023</u>	Alentejo Litoral	
		Abrangidos
111201-SISTEMA DE APRENDIZAGEM		31
111210-SISTEMA DE APRENDIZAGEM +		16
111202-SISTEMA DE APRENDIZAGEM - ENT. EXTERNAS		0
111206-CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA		82
112225-FORMAÇÃO MODULAR - Desempregados		884
112218-FORMAÇÃO MODULAR - Ativos empregados		489
213205-FORMAÇÃO MODULAR - VA Qualifica +		0
119209-FORMAÇÃO MODULAR - Jovem + Digital		130
119211-FORMAÇÃO MODULAR - Emprego + Digital		202
112227-FM - Certificado Competências Digitais		251
112226-FORMAÇÃO MODULAR - VA Jovem		102

Financiamento:



Intermediário:



112230-TRABALHO & COMPETÊNCIAS VERDES		0
113202-EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS		231
131201-FORMAÇÃO DE FORMADORES		86
112228-QUALIFICAÇÃO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO		41
112216-PORTUGUÊS LINGUA ACOLHIMENTO		507
Total:		3052

Fonte: IEFP

CENTRO QUALIFICA 2023 – IEFP - Centro de emprego e formação profissional do Alentejo litoral

Tabela 39: IEFP Centro Qualifica do Alentejo Litoral

Total Inscrições	Total encaminhamentos	Total 2023 Encaminhamentos outras modalidades 2023	Total encaminhamentos rvcc - 2023	Total certificações RVCC	Total certificações – outras modalidades
740	675	384	291	55	509

Fonte: IEFP

De acordo com a tabela 38, conclui-se que no ano de 2023, no Alentejo litoral, 3052 adultos, terminaram cursos de formação profissional do IEFP, e de acordo com a tabela 39, relativa aos centros qualifica, verifica-se que um total de 564 alunos foram certificados, 55 na modalidade de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais - é um processo que permite obter uma certificação profissional com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida e de competências adquiridas através da experiência profissional ou noutros contextos) e 509 certificadas noutras modalidades.

3. Unidade de Ensino e Formação Sines Tecnopolo

O Sines Tecnopolo é uma associação privada sem fins lucrativos que desenvolve a sua atividade no âmbito da promoção, desenvolvimento e apoio ao empreendedorismo, reconhecido pela maior rede de empreendedorismo e inovação europeia.

Financiamento:

Intermediário:

Seguem os dados cedidos pela entidade, relativamente às estatísticas da formação profissional que foi prestada em 2023 e 2024:

Tabela 40: Dados estatísticos Formação e Centro Qualifica 2023 e 2024:

Dados estatísticos da formação profissional - 2023:

Total de Ações	736
Total Formandos Certificados	4037
Total de horas de Formação	4113
Empresas participantes	175

Dados estatísticos da formação profissional- 2024 (Jan a Out):

Total de Ações	498
Total Formandos Certificados	3214
Total de horas de Formação	3418

Centro Qualifica

Dados estatísticos de processos de RVCC - 2023

Certificações Parciais de Secundário	4037
Certificações totais do secundário:	14

Dados estatísticos de processos de RVCC – 2024 (Jan a Out):

Certificações Totais Secundário	2
Certificações Parciais de Secundário	0

Fonte: Sinestecnopolo

De acordo com a tabela 40, conclui-se que no ano de 2023, o sines tecnopolo formou no Alentejo litoral, 4037 alunos, e que no ano atual, 3214 alunos terminaram os cursos de formação profissional.

Relativamente aos centros qualifica, verifica-se que em 2023, foi registado um total de 4037 alunos certificados na modalidade de RVCC e no ano atual registou-se 2 certificações totais.

Pode concluir-se que no ano 2023, no Alentejo litoral formaram-se com certificação profissional: 7598 alunos e 4091 alunos no âmbito do programa rvcc.

4. ADL – Associação de Desenvolvimento do litoral alentejano

No ano 2023, desenvolveu no âmbito do seu plano de ação - A capacitação institucional do litoral alentejano, 2021/2023 – realizou webinários , workshops e colóquio - 17 sessões, contaram a presença de 510 participantes.

“Fundamentos Gerais de Compliance com o RGPD”; Comunicação Digital; Produção de Conteúdos para o Canal Digital; Descarbonização/transição verde; A Agenda do Trabalho Digno e as alterações à legislação do trabalho; Economia Azul; Press Release; Apoios 2030 no Alentejo; Novas tecnologias na agricultura; Valorização dos Serviços de Ecossistema; As alterações ao CCP resultantes do Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro; Transição Digital; Economia Circular e resíduos; O que é avaliado nas candidaturas? ; Normas APA.

FORMAÇÃO DE RECONVERSÃO PROFISSIONAL – candidatura submetida e aprovada pelo Fundo de Transição Justa para o Alentejo Litoral, para uma economia mais verde e sustentável e para o período 2024-2026. Estão previstas Unidades de Formação de Curta Duração nas áreas do Turismo e Lazer, Indústria Alimentar e Produção Agrícola e Animal.

9. Habitação

Em Portugal, de acordo com os resultados dos Censos de 2021, o parque habitacional regista um aumento não tão significativo como os aumentos gerais das últimas décadas, aumentando 435 alojamentos, desde os Censos de 2011.

Ao observarmos o gráfico atual, é possível perceber, que os tipos de residência mais habituais no concelho de Sines são a residência habitual compreendendo um total de 68% dos alojamentos. A residência secundária representa cerca de 20%, os alojamentos que se encontram para venda ou arrendamento representam 8% e a residência sazonal os restantes 5%.

Gráfico 31: Alojamentos familiares clássicos

Financiamento:



Intermediário:



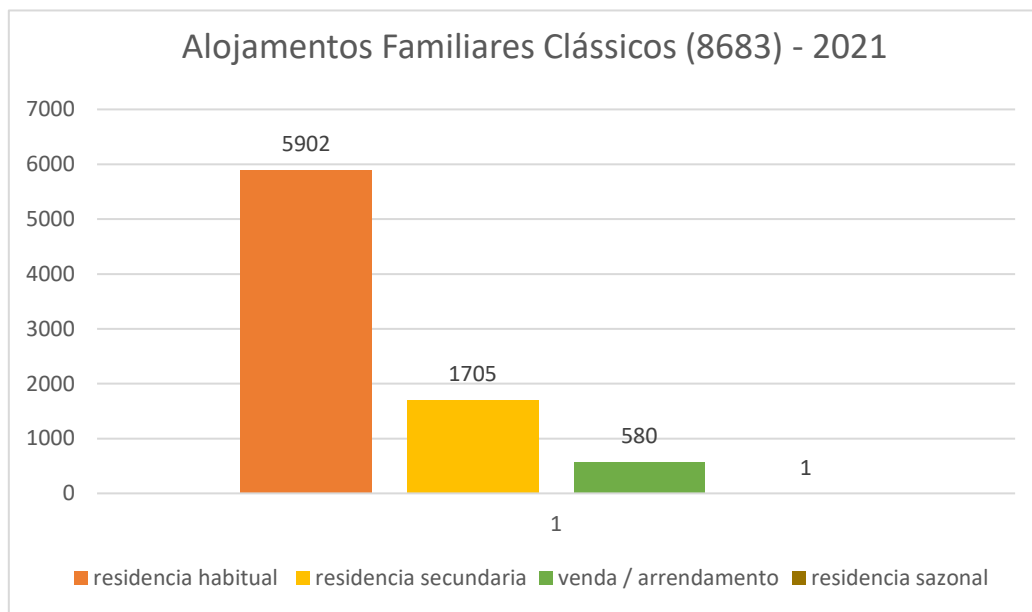


Gráfico 32: Habitação Municipal



Serviço de Habitação, CMS

O parque habitacional, atualmente o mesmo é composto por 268 habitações, 65 estão distribuídas a beneficiários com contratos de comodato e 203 a beneficiários de renda apoiada.

Até à data de hoje, não existem habitações vagas no serviço de habitação da Câmara Municipal de Sines, e encontram-se registados 401 pedidos de habitação no ano atual, enquanto que no ano anterior o serviço registou 351 pedidos.

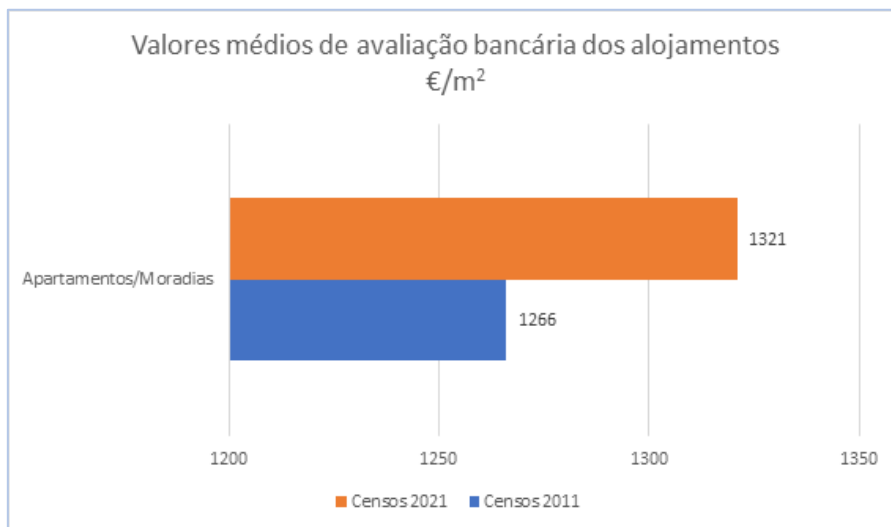
Este número tem vindo a aumentar consideravelmente.

As famílias que recorrem a este serviço, não têm capacidade para suportar as rendas elevadas praticadas no concelho, onde uma habitação de tipologia T2 (2 quartos) pode atingir em média os 1200 /1500€.

Devido a esta situação, como apoio às dificuldades sentidas relativamente ao arrendamento, surgiu o Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA), destinado a agregados familiares que se encontrem em situação de carência habitacional efetiva ou iminente e manifestem incapacidade económica para suportar o valor da renda habitacional.

Segundo o serviço de habitação, foram apoiados no período de 2023-2024, 10 agregados familiares, e para o período de 2024-2025, está previsto o apoio de 2 agregados familiares.

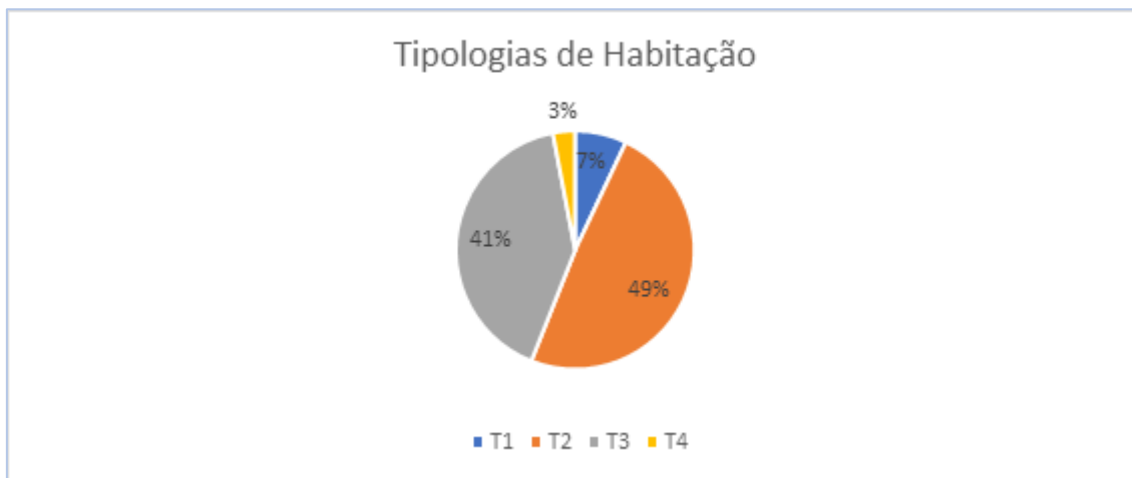
Gráfico 33: Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos €/m²



Fonte: Censos 2021 INE

O presente gráfico permite-nos ter a perceção do valor elevado de avaliação bancária dos alojamentos (apartamentos/moradias) no concelho por m², senda clara a observação do aumento que existiu no valor na última década registando-se um valor monetário de 55€ por m².

Gráfico 34: Tipologias dos apartamentos do Bairro Municipal da Floresta



Fonte: Serviço de Habitação, CMS

Esta situação não registou alterações significativas, 63% das habitações pertencem ao Bairro Municipal da Floresta. Parte da população recenseada em 1999 que vivia em barracas foi realojada neste bairro, especificamente construído para o efeito em 2005. O bairro caracteriza-se pela sua heterogeneidade cultural.

Atualmente, neste bairro residem 135 famílias das quais 38 de etnia cigana e 28 famílias cabo-verdianas.

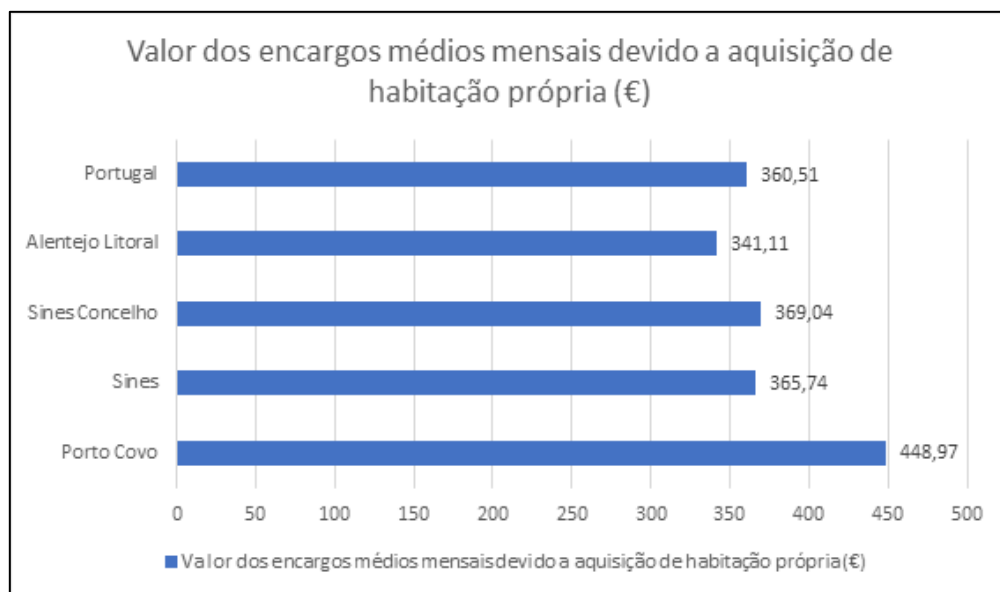
O decreto-lei n.º 166/93, de 7 de maio, que estabelece o regime de renda apoiada procura uniformizar os regimes de renda de imóveis sujeitos ao regime de arrendamento social, de modo a que todas as habitações destinadas a arrendamento de cariz social se aplique um único regime define o preço técnico, impedindo o crescimento da renda para valores especulativos; avança com a definição de critério sociais que, a partir da determinação de uma dada taxa de esforço, permite o cálculo da renda que o arrendatário pode efetivamente suportar.

As rendas aplicadas no Bairro Municipal da Floresta variam entre os 5,00€ e os 316,57€ tendo em conta os rendimentos dos agregados familiares.

Ao verificar-se o gráfico 34, entende-se que 49% das habitações existentes no Bairro Municipal da Floresta são de Tipologia T2, sendo que de seguida encontramos com maior representatividade as habitações de tipologia T3. A tipologia T1 apresenta uma menor

representatividade apenas com 7% das habitações, tal como a T4 que representa apenas 3% das habitações compreendidas neste bairro.

Gráfico 35: Valor dos encargos médios mensais devido a aquisição de habitação própria (€)



Fonte: INE, Censos 2021

Neste gráfico, de acordo com os censos de 2021, podemos verificar que o valor dos encargos médios mensais que os agregados familiares sentem como consequência da aquisição de habitação própria, comparativamente às restantes regiões de Portugal, o Alentejo Litoral apresenta um valor médio menor de 341,11€ de encargos mensais. No entanto, analisamos que comparativamente ao valor médio apresentado pelo Alentejo Litoral, o concelho de Sines e a cidade de Sines apresentam valores aproximados, mas superiores ao apresentado pelo Alentejo Litoral com um aumento de 25 a 28 € nos encargos médios mensais.

Apesar do aumento generalizado com os encargos mensais no concelho de Sines, Porto Covo determina-se como sendo o local onde mais se sente um aumento do valor médio de encargos devido a aquisição de habitação própria, registando-se um valor médio de 448,97€.

Apresenta-se assim como sendo o local mais dispendioso para aquisição de habitação própria devido ao valor substancialmente alto dos encargos acrescidos com a aquisição da mesma.

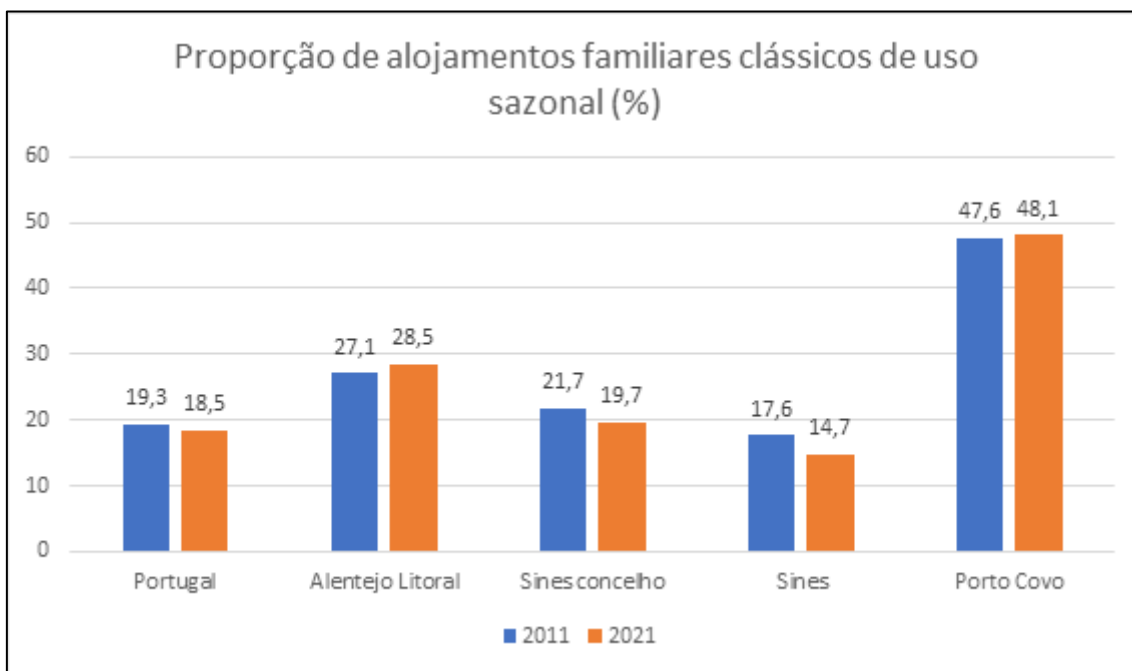
Gráfico 36: Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%)

Financiamento:



Intermediário:



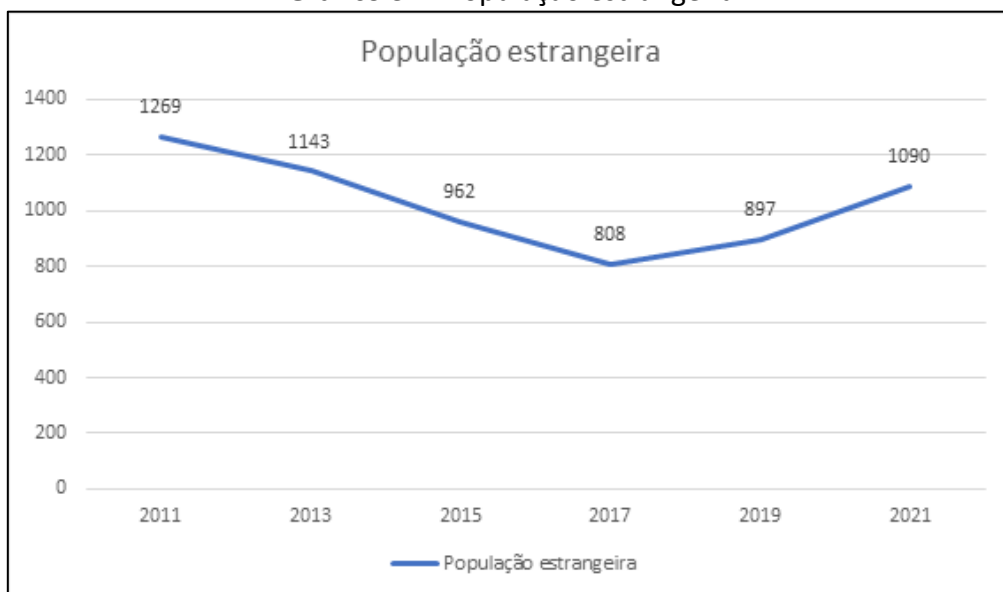


Fonte: INE, Censos 2021

Na análise do gráfico referente à proporção de alojamentos familiares de uso sazonal existentes, consegue-se compreender que durante a última década não existiu uma mudança geral em todas as regiões a serem analisadas. Tanto em Portugal como no concelho de Sines. Sines sofreu uma diminuição na percentagem deste tipo de alojamento, contudo o concelho de Sines apresenta uma percentagem de 19,7% sendo esta superior à que se regista em Portugal de 18,5%.

Comparativamente ao valor que é registado no Alentejo Litoral de 28,5 %, o concelho de Sines revela valores inferiores, registando a cidade de Sines o valor mais baixo dos analisados - 14,7%. Em consequência do seu crescimento turístico e económico, Porto Covo apresenta assim o valor mais alto dos analisados, registando quase mais vinte por cento que o registado no Alentejo Litoral, com o valor de 48,1%.

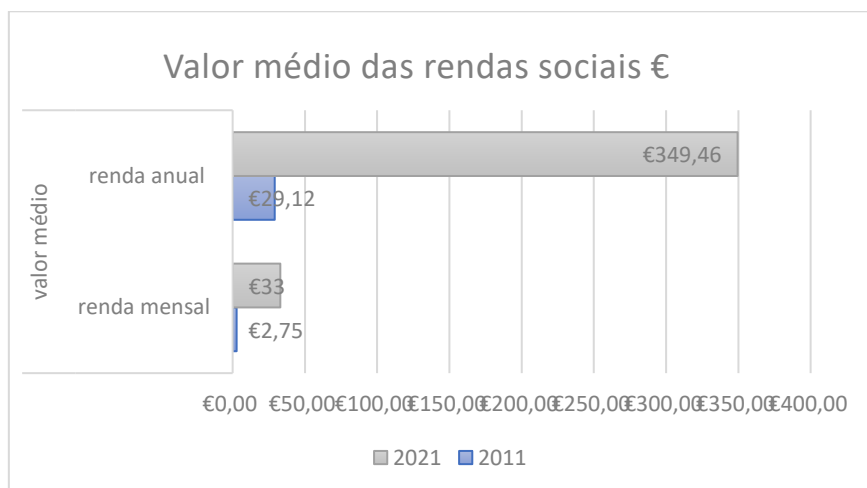
Gráfico 37: População estrangeira



Fonte: INE, Censos 2021

Comparativamente com os dados dos Censos de 2011, registou-se na última década uma oscilação da população estrangeira no município. Podemos compreender que de 2011 a 2017 existiu um decréscimo da população estrangeira registando-se em 2017 menos 461 pessoas de origem estrangeira. No entanto no período de 2019 a 2021 existiu novamente um aumento, de 282 pessoas de origem estrangeira no município.

Gráfico 38: Valor médio das Rendas Sociais (€)



Fonte: Serviço de Habitação, CMS

No ano de 2011, o valor médio mensal das rendas sociais das habitações da CMS situava-se no valor médio de 2,75€, tendo sofrido um aumento em 2021, passando a 29,12€.

O mesmo verifica-se relativamente à renda a anual, sendo que o valor médio da mesma era de 33,00 €, e em 2021 passou a 349,46€ registando-se assim um aumento claro no valor anual das rendas sociais, com base no regulamento em vigor.

Estratégia Local de Habitação

A Estratégia Local de Habitação (ELH) de Sines, é o instrumento que pretende definir a estratégia de intervenção no concelho, em matéria de política de habitação, com base no diagnóstico das carências habitacionais e recursos e dinâmicas locais existentes, com metas e objetivos a atingir num certo período de tempo, apontando soluções habitacionais e sua priorização.

Deve ainda, articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente, as políticas urbanas, sociais, de emprego, educação, saúde, transportes, entre outras.

No âmbito da ELH, são apresentadas soluções habitacionais, algumas das quais, com recurso a financiamentos, ao abrigo do Programa 1º Direito, estando previstas as seguintes soluções:

Tabela 41: Soluções habitacionais

Beneficiários		Propostas de soluções habitacionais		
		1º Direito		
Beneficiário Direto	Entidade Beneficiária (CMS)	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Construção de prédios ou de empreendimentos habitacionais	Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação
230	162	271	84	37

Outras - Soluções habitacionais		
Estabelecimento de parcerias com privados para a recuperação de imóveis e disponibilização para arrendamento a custos acessíveis	Venda de fogos a custos controlados diretamente ou em parceria com outras entidades	Atribuição em propriedade plena de lotes de terrenos destinados a habitação permanente, a custo inferiores aos referenciados no mercado
43	100	19

Fonte: Serviço de Habitação, CMS

Sem abrigo no município

Segundo a informação cedida pelo SAAS, serviço de atendimento e acompanhamento social de sines, existem cerca de 20 pessoas sem abrigo sinalizadas. Têm idades compreendidas entre os 25 e 60 anos, 18 são do sexo masculino e 2 de sexo feminino, e encontram-se sozinhos sem elementos familiares (filhos, etc.).

10. Conclusão

O Diagnóstico Social de 2024 foi elaborado pela Equipa do Projeto Radar Social e pelo Núcleo Executivo com a participação dos parceiros do Conselho Local de Ação Social de Sines.

Este documento é um instrumento de planeamento da Rede Social que tem como objetivo aumentar o conhecimento sobre a realidade do concelho pelo que não deve ser visto como um documento fechado mas sim em constante atualização de forma a introduzir novas dinâmicas e realidades sociais.

Na sequência da caracterização do território, e após a existência de reuniões de trabalho temáticas com as entidades parceiras que atuam no território nas diversas áreas, ficou clara a importância do trabalho em rede e da necessidade de melhoria constante da articulação e comunicação entre as entidades.

A conceção do Plano de Desenvolvimento Social de Sines 2025-2028, será orientada pelos dados constantes no caderno de atualização do Diagnóstico Social, do resultado das reuniões de trabalho temáticas entre os diversos parceiros do território, bem como outros instrumentos de planeamento locais e documentos estratégicos de âmbito nacional, em alinhamento com as orientações internacionais mais relevantes.

O Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Sines considerou como principais Eixos de Intervenção do PDS:

- Trabalho em Rede;
- Educação, Qualificação e Emprego;
- Saúde e Bem-Estar;
- Desafios Demográficos;
- Coesão Social, Igualdade e Cidadania;
- Pobreza Infantil e Exclusão Social.

Esperamos que este documento tenha utilidade para todas as entidades, no que respeita ao conhecimento das potencialidades existentes no nosso concelho, bem como base para candidaturas/projetos futuros.

11. ANEXO I – GLOSSÁRIO

Acesso efetivo e gratuito: uma situação em que os serviços estão facilmente disponíveis, são acessíveis, de boa qualidade e prestados em tempo útil, e em que os potenciais utilizadores têm conhecimento da sua existência, bem como do direito que lhes assiste de deles usufruir, sendo os serviços em causa prestados de forma gratuita, quer mediante a organização e prestação desses serviços, quer por meio de prestações adequadas para cobrir os respetivos custos ou encargos ou de forma a que as circunstâncias financeiras não constituam um obstáculo à igualdade de acesso. (Garantia para a Infância)

Agregado Familiar: pessoas que vivem em economia comum (em comunhão de mesa e habitação) e que tenham estabelecido entre si uma vivência comum de entreajuda e partilha de recursos.

Contrato de Comodato: um contrato que se encontra regulado na lei portuguesa e pelo qual alguém (comodante) entrega a outrem (comodatário) o imóvel, para que se sirva deste, com a obrigação de a restituir no encerramento do contrato.

Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social: as pessoas com menos de 18 anos de idade em risco de pobreza ou exclusão social, designadamente oriundas da imigração, oriundas de minorias étnicas, em especial das comunidades ciganas, em situação familiar precária, em situação de privação habitacional grave, com deficiência, com problemas de saúde mental, em estruturas de acolhimento alternativas, sobretudo institucionais. (Garantia para a Infância)

Crianças em situação familiar precária: as crianças expostas a vários fatores de risco que podem conduzir à pobreza ou à exclusão social, incluindo: viver numa família em que apenas uma pessoa auferir remuneração; viver com um progenitor com deficiência; viver num agregado familiar em que há problemas de saúde mental ou uma doença prolongada; viver num agregado familiar em que há problemas de toxicodependência ou violência doméstica; ser filho/a de um cidadão da União que se tenha mudado para outro Estado-Membro, tendo os filhos permanecido no seu Estado Membro de origem; ser filho/a de mãe adolescente ou ser mãe adolescente; e ser filho/a de um progenitor recluso. (Garantia para a Infância)

Exclusão social: Conceito que traduz uma situação oposta à de participação e que pode assumir diversas aceções conforme os contextos nacionais em que ela é usada. A tradição anglo-saxónica associa-a a impedimentos que impossibilitam as pessoas de exercer o seu estatuto de cidadãos e, portanto, de usufruir de direitos como o direito à habitação, ao emprego, à saúde, à educação,

à posse de uma identidade positiva, etc. Nos países francófonos ela refere-se à rutura dos laços sociais (*institucionais* com os sistemas de emprego, habitação, etc. e *informais*, com a família, com vizinhos e amigos, etc.) e é entendido como um processo que em fases extremas pode conduzir ao isolamento social. Pode ainda ser entendida como o oposto de inclusão ou de *empowerment*, isto é, como a privação de capacidade de intervir nas próprias condições de vida, o que supõe o arredamento dos excluídos dos mecanismos de transformação societal e das decisões, inclusivamente daquelas que a eles dizem mais diretamente respeito.

Família Monoparental: agregados familiares constituídos apenas por um progenitor e seus filhos (economicamente dependentes), estando a responsabilidade parental (maioritariamente) a cargo desse progenitor.

Habitação adequada: uma habitação que satisfaça as normas técnicas nacionais em vigor, se encontre em razoável estado de manutenção, proporcione um grau razoável de conforto térmico e esteja disponível e acessível a um preço comportável.

Indexante dos Apoios Sociais (IAS): montante pecuniário que serve de referência à Segurança Social em Portugal para o cálculo das contribuições dos trabalhadores, o cálculo das pensões e de outras prestações sociais. Serve ainda de referencial para a fixação, cálculo e atualização das receitas da administração central do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Limiar de pobreza- Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

Plano de Recuperação e Resiliência: programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa, ao longo da próxima década.

Portugal 2030: Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil M€. A iniciativa Portugal Inovação Social 2030 foi criada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 54/2023, de 9 de junho com o objetivo de desenvolver e dinamizar o empreendedorismo, a inovação social e o investimento de impacto em Portugal, contribuindo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em linha com os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Programa, 1.º Direito: Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

Regime do arrendamento apoiado: é aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam.

Sistemas de proteção social obrigatória: Sistemas de proteção social através dos quais o Estado concede proteção aos cidadãos, diminuindo a sua exposição a determinadas situações de risco social. Por regra, esta proteção é assegurada como contrapartida de contribuições sociais, sendo financiada através de receitas de impostos quando visa outros fins sociais designadamente a garantia de níveis mínimos de rendimento. Em Portugal o direito à proteção social é efetivado essencialmente pelo Sistema de Segurança Social. Porém, a Caixa Geral de Aposentações, constituída em 1929 para assegurar a proteção dos funcionários públicos, manteve a sua autonomia.

O Sistema de Segurança Social compreende o Sistema Previdencial destinado à substituição dos rendimentos do trabalho perdidos por ocorrência de determinadas eventualidades, o Sistema de Proteção Social de Cidadania que por definição abrange todos os cidadãos portugueses e o Sistema Complementar, que visa a partilha de responsabilidades de proteção social através do incentivo a regimes complementares de natureza voluntária.

Pobreza: Refere-se às deficientes condições materiais de existência, podendo ser relativa quando a insuficiência de recursos materiais é impeditiva do acesso a condições de vida dignas segundo o padrão de cada país, ou absoluta quando essa deficiência é inibidora da satisfação de necessidades de subsistência e impede o desempenho das atividades elementares do quotidiano.

Pobreza Infantil: Em Portugal, a pobreza infantil refere-se a crianças que vivem em agregados familiares cujo rendimento está abaixo de 60% do rendimento mediano nacional. Mas a pobreza é mais do que pobreza de rendimentos, especialmente para as crianças. As crianças que vivem em pobreza podem não usufruir, plenamente, de todos os seus direitos, como direito à alimentação saudável, água e saneamento, acesso a serviços de saúde, habitação, educação, participação e proteção.

12. ANEXO II – Sessões com a Comunidade

Com o objetivo de caracterizar, identificar os problemas e determinar as prioridades de intervenção que estruturam o diagnóstico e o plano de desenvolvimento social, proporcionou-se sessões participativas com a comunidade, com recurso à utilização do método Brainstorming ou tempestade de ideias, com os seguintes grupos heterogéneos:

- 1- 2 Sessões com desempregados inscritos no IEFP;
- 2- 2 Sessões com frequentadores de 2 espaços séniores municipais
- 3- 1 Sessão com crianças/Jovens frequentadores do projeto Entre Nós.

1 – Sessões com os/as desempregados/as:

Foram realizadas no centro de artes de sines, duas sessões no dia 06/11/2024 com o apoio do IEFP. Na primeira sessão estiveram presentes 7 pessoas e na segunda sessão estiveram presentes 17 pessoas.

Perguntas:

- a) Que respostas/atividades/ações consideram que seriam boas para a cidade?
- b) Se fosse político por um dia, o que faria para o bem-estar dos cidadãos?

Respostas:

- Mais oportunidade de emprego;
- Maior oferta na variedade de formação profissional;
- Criação de mais habitações;
- Maior oferta na área de habitação a custos controlados;
- Melhoria da rede de transportes públicos com maior disponibilidade de horários;
- Construção de mais passeios e ciclovias;
- Construção de mais um pólo desportivo;
- Melhoria na manutenção dos espaços públicos;
- Criação de um espaço público para os animais;
- Melhoria das instalações da Rodoviária;
- Funcionamento em pleno da Associação cabo verdeana;

2- Sessões com os frequentadores dos Espaços Séniores Municipais:

Financiamento:



Intermediário:



Sessões realizadas no Espaço sénior do Br. 1º Maio e no Espaço sénior do Jardim das Descobertas) realizadas no dia 04/11/2024. Nas duas sessões estiveram presentes 14 pessoas.

Perguntas:

- a) De acordo com a vossa experiência de vida, o que acha que poderia fazer para ajudar a população mais velha?
- b) Que respostas/atividades/ações acham que seriam boas para a cidade?
- c) Se fosse político, o que faria para o bem-estar dos cidadãos?
- d) Quais os aspetos positivos a identificar no concelho?

Respostas:

- a) Voluntariado e criação de uma rede de voluntários que visitassem pessoas doentes, dependentes, e que residam sozinhas. (Conversar com elas, escutar, fazer compras no supermercado e entregar na sua habitação ,...); Denunciar casos de violência; Maior participação e partilha em projetos relacionados com o “nosso” conhecimento, vivências e memórias.
- b) - Melhor gestão na manutenção dos espaços públicos;
 - Renovação do mercado municipal;
 - Mais wc’s nos espaços públicos do concelho;
 - Implementação de passadeiras com iluminação;
 - Melhores acessibilidades para pessoas que usam cadeiras de rodas;
 - Maior fiscalização e segurança na cidade;
 - Proporcionar mais ações de educação cívica para a comunidade;
 - Criação de uma resposta de Abrigo para apoiar os sem-abrigo.
- c) - Recuperação de habitações sociais;
 - Maior dinamização da avenida da praia;
 - Implementação num jardim, de um espaço dedicado aos animais (cães);
 - Proposta de regresso do mercado anual e quinzenal;
 - Prolongamento das feiras temáticas;
 - Mais intercâmbios interinstitucionais;
 - Decoração de rotundas;
 - Funcionamento do comboio;
 - Construção de um edifício para a rodoviária, funcionar 24h p/dia.

d) - Concertos e outras festividades;

- Tasquinhas;
- Passeios;
- Programas séniores;
- Espaços de convívio municipais.

3 - Sessões com crianças/Jovens

Sessão realizada com os participantes do projeto Entre Nós, realizada no dia 06/11/2024.

Participaram 17 crianças/jovens na sessão.

Perguntas:

- a) Que respostas/atividades/ações acham que seriam boas para a cidade?
- b) Se fosse político, o que faria para o bem-estar dos cidadãos?

Respostas:

a)

- Piscinas exteriores;
- Mais habitações;
- Mais transportes públicos;
- Construção de um shopping e mais lojas de brinquedos;
- Mais parques infantis;
- Academia de dança;

b)

- Contratação de mais profissionais de saúde;
- Limitação das fábricas industriais e construção de mais espaços verdes;
- Aumento ao incentivo de emprego;
- Contratação de mediadores interculturais e psicólogos;
- Funcionamento em pleno da associação cabo-verdiana;
- Maior apoio à terceira idade e pessoas carenciadas;
- Abertura de universidades em sines;
- Redução do horário escolar;
- Maior investimento no plano alimentar.

Financiamento:



Intermediário:



Conclusão: De uma forma geral, analisamos, que todos os grupos inquiridos, mencionaram as idênticas respostas:

- Maior manutenção e melhoria de espaços públicos (passeios, jardins, habitações);
- Criação de mais habitações;
- Aumento de condições da Rodoviária e criação de mais horários dos transportes públicos;
- Criação de um espaço público destinado aos animais;
- Renovação do mercado municipal;
- Investimento na fiscalização e segurança para o bem-estar dos cidadãos.